

(Ginamara Lima Jacques Pinto – CRB 10/1204)

dos autores
P- edição: 2005

Revisão: *dos autores*
Capa: *Rafael Marczal de Lima* Projeto
Gráfico: *Jadeditora Ltda.* Editoração:
Rafael Marczal de Lima Fotolitos e
Impressão:
Evangraf Ltda.

Sumário

Apresentação:

**Para desencaminhar o presente Psi: biografia, temporalidade e
experiência em Michel Foucault**
Heliana de Barros Conde Rodrigues..... 7

A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de
Michel Foucault
Arthur Arruda Leal Ferreira 29

Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar
uma psicologia em outras bases)
Kleber Prado Filho..... 73

Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade
contemporâneos
Henrique Caetano Nardi e Rosane Neves da Silva 93

Efeito Foucault: desacomodar a psicologia
Simone Maria Hüning e Neuza M E Guareschi 107

F762F Foucault e a psicologia / Neuza M. E Guareschi,
Simone M. Hüning (org.); Heliana de B. Conde
Rodrigues... [et] – Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

128 p.

1. Psicologia Social. 2. Foucault, Michel - Crítica e
Interpretação. 3. Filosofia. I. Guareschi, Neuza M. F. II.
Hüning, Simone M. III. Rodrigues, Heliana de Barros
Conde.

CDD: 301.1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ISBN 85-86472-06-9

Apresentação

PARA DESENCAMINHAR O PRESENTE PSI: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Apresentar a deliciosa ousadia deste livro, que conecta "Foucault e a Psicologia", constitui um desafio a contrariar a ordem do discurso, ou seja, a resistir às práticas logofóbicas hegemônicas que não toleram a surpresa, o aleatório e o inaudito sempre passíveis de permear ditos e escritos. Praticada, hoje, por significativo número de pesquisadores e profissionais do campo psi, a aventura de trabalhar com ferramentas foucaultianas implica, nesse sentido, um enigma que melhor seria, talvez, deixar sem solução - atitude que prefácios e/ou apresentações parecem destinados a minar, pois...como antecipar-se sem advertir?

Um convite, no entanto - como o que me foi feito pelos que retomam/transformam, neste livro, a "função autor" -, é daqueles atos discursivos que conclamam à potencialização recíproca, e não à rígida fidelidade (por mais que de inspiração foucaultiana) a princípios "não-prefaciantes" - atitude radical, porém inevitavelmente solitária. Acato, pois, o convite generoso a apresentar esta publicação, embora sem o mais leve intuito de decifração ordenadora, preferindo, ao contrário, ensaiar uma experimentação compartilhada. Nesse sentido, o presente texto visa simplesmente a explorar algumas linhas de pensamento convocadas pelo quebra-cabeças "Foucault e a Psicologia", jamais a tentar privar o leitor dos desejáveis riscos a que o irão expor os artigos-discursos que compõem a tessitura deste volume.

Professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); integrante do *Clio-Psyché* - Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia.

Por inúmeras vezes, Michel Foucault afirmou que seus escritos constituíam "fragmentos de autobiografia". Essa curiosa circunstância poderia levar a supor fundada em alguma *identificação disciplinar* a paixão que muitos psicólogos demonstram por suas hipóteses de trabalho. Com base nos escritos de Didier Eribon¹, sabe-se, por exemplo, que na juventude Michel Foucault trabalhou em hospitais psiquiátricos, teve fascínio pelo teste de Rorschach, lecionou psicologia em universidades e chegou a pensar, inclusive, em tornar-se psicólogo. A despeito da menção ao biográfico, nada mais oposto, entretanto, às perspectivas foucaultianas do que essas razões pretensamente profundas, que são ancoradas em um *sujeito constituente* e que nada explicam, afinal, ao se arrogarem o direito de dar conta de tudo, em todas as vidas. Se o biográfico tem singular importância, seja nos percursos de Foucault seja na alegria dançarina com que muitos psicólogos se apropriam de suas ferramentas conceituais (martelos, geralmente...), cumpre, para evitar enfoques redutores (quicá mortíferos para o pensamento), aproximar-se do modo como ele concebeu e articulou os temas da *temporalidade* e da *experiência*.

Como abandonar os confortos do moderno

Publicado em 1966, ano ápice do estruturalismo na França, é freqüente que *As palavras e as coisas* seja apresentado como típico exemplar dessa tendência: exhibe *epistemes* – conjuntos de regras a que obedecem os modos de ver e dizer presentes em um conjunto de territórios de saber simultâneos -, descreve-as detalhadamente, afirma o descontínuo à maneira de uma série de sistemas de longa duração. Em função de tais características, Sartre acusou o trabalho, à época, de "última muralha da burguesia" contra o marxismo, pois ele representaria uma completa negação do devir histórico².

Apaixonada que sou por Foucault - o que, diz-se, leva a supervalorizar minúcias -, encontro no livro duas passagens propícias a

Eribon, D. - Michel Foucault: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 2 Idem, p. 159.

dar início à exploração das questões acima esboçadas. A primeira volta-se para a caracterização do descontínuo: "O descontínuo (...) dá acesso, sem dúvida, a uma erosão que vem de fora, a esse espaço que, para o pensamento, está do outro lado, mas onde, contudo, ele não cessou de pensar desde a origem. Em última análise, o problema que se formula é o das relações do pensamento com a cultura: como sucede que um pensamento tenha lugar no espaço do mundo, (...) e que não cesse, aqui e ali, de começar sempre de novo? Mas talvez não seja ainda o momento de formular o problema..."³. A segunda passagem torna a levantar (e soluciona, em parte) o problema antes dito prematuro: "A que acontecimento ou a que lei obedecem essas mutações que fazem com que de súbito as coisas não sejam mais percebidas, descritas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo (...)? Se, para uma arqueologia do saber, essa abertura profunda na camada das continuidades deve ser analisada, e minuciosamente, não pode ser ela 'explicada' nem mesmo recolhida numa palavra única. É um acontecimento radical que se reparte por toda a superfície visível do saber e cujos signos, abalos, efeitos, pode-se seguir passo a passo"⁴.

Em *As palavras e as coisas*, portanto, se há descontinuidades e, ao mesmo tempo, estruturas (as tão incompreendidas *epistemes*), as primeiras – relativas a pensamentos ou discursos - reclamam correlações (a descobrir/ inventar) com outros tipos de séries; as últimas demandam, para que se possa dar conta de sua emergência no tempo, não a *lei* - e como poderia a arqueologia admiti-la sem se transformar em grande narrativa te(le)ológica? -, mas o *acontecimento*. Conquanto o caráter desse acontecimento se mantenha problemático (e, no livro em pauta, silenciado), Foucault assevera não ser ele apreensível "numa palavra única"; ou, para usar uma expressão que preferimos, numa palavra *com maiúscula* (Devir, Dialética, Homem, Progresso, Evolução e mesmo História... tradicional).

O livro apelidado *o mais estruturalista* de Foucault propõe combinar o *acontecimento* e a *estrutura* mediante um procedimento alheio

Foucault, M. – *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 65. ⁴ Idem, p. 231-232.

aos cânones estabelecidos: admite que se possa dar conta da estrutura... através do acontecimento! É claro que por este último termo não se designam os feitos de grandes homens - Foucault anuncia mesmo que o homem, grande ou pequeno, está prestes a morrer... Mas como poderiam ser apreendidos os transtornos promovidos pela entrada em cena das forças, de que mais tarde falará em tons nietzscheanos⁵, prescindindo da singularidade dos eventos? Por ora, ainda sem dispor de jusdicativas maiores, alegremo-nos com a hipótese: a coerência apriorística do sujeito e/ou das causalidades sem elo perdido pode dar lugar à acolhida da diferença; a historicidade (com minúsculas) dessa diferença decorre de acontecimentos que não se identificam a (grandes) feitos, tampouco a fatos (consumados), mas apontam a ocorrências simultaneamente rupturais... e rompidas em mil pedaços, qual na figura do caleidoscópio a que Veyne⁶ assemelha a história em moldes foucaultianos.

Para mergulhar nessa perturbadora invenção, sejamos infiéis a Foucault, seguindo uma das figuras-funções que ele dizia detestar (tanto quanto os prefácios ou apresentações): o comentador. Mitchell Dean, porém, constitui um comentador muito especial: sente-se insatisfeito com o recurso a categorias globalizantes — industrialização, racionalização, urbanização, secularização, burocratização... modernização, em suma - por meio das quais as ciências sociais vêm tentando entender nosso presente (em poucas e imprecisas palavras, a sociedade industrial - ou pós o capitalismo, o Estado liberal - ou neo). Ao estudioso australiano, tais categorias soam como parte do que precisa ser explicado, por mais que, ao utilizá-las, a sociologia julgue ter adquirido a dignidade de ciência nomotética e, condescendentemente, relegue a história à busca de uma vulgar dimensão idiográfica⁷.

5. Foucault, M. — "Nietzsche, a genealogia e a história". Em: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

6 Veyne, P. — "Foucault revoluciona a história". Em: Como se escreve a história Brasília: Editora da UNB, 1992.

7 Dean, M. - Critica! and effective histories: Foucault's methods and historical sociology. London and New York: Routledge, 1994, p.7.

Dean está ciente de que a disciplina sociológica se institui exatamente por essa demarcação: através de análises sincrônicas das totalidades sociais, ela proclama ser uma ciência da história que, paradoxalmente, está dispensada da necessidade de realizar análises históricas concretas. Não obstante tal pretensão tenha sido várias vezes contestada ao longo do século XX, a sociologia permanece apoiada nas categorias globalizantes mencionadas, que se integram a duas formas apenas aparentemente contrastantes de teoria: a progressivista (progressivist) e a crítica.

A primeira defende um esquema de progresso social andado em uma teleologia — da razão, da tecnologia ou da produção. Trata-se do modelo denominado alto modernismo, exemplificado pelas narrativas do Iluminismo, pelo positivismo comteano e, inclusive, por alguns elementos da teoria marxista da história ou eventuais interpretações da concepção weberiana da racionalização. Em qualquer dessas variantes, consiste numa elaboração que "busca adquirir o prestígio das ciências naturais, atribuindo freqüentemente a suas afirmações a forma de explicações gerais e causais, com caráter semelhante ao da lei".

Já a teoria crítica propõe uma dialética em que as formas presentes da razão e da sociedade são simultaneamente negadas e preservadas. Faz severas restrições às narrativas do alto modernismo, denunciando a razão instrumental que celebram, ao mesmo tempo que oferece uma versão alternativa (e supostamente mais elevada) de racionalidade, através de narrativas de "reconciliação do sujeito consigo mesmo, com a natureza, com a forma de sua própria razão (...) [que] prometem emancipação e salvação secular"⁹. Variantes dessa perspectiva permeiam todo o marxismo ocidental, sendo identificáveis, de modo mais específico, na Teoria da Racionalidade Comunicativa de Habermas e na Dialética do Iluminismo de Adorno e Horkheimer, ambas formas de modernismo crítico.

Para Dean, contudo, jamais sabemos se fomos, somos ou seremos modernos. Principalmente, nunca nos deveríamos considerar ex-

Idem, p. 3. Idem, Idem.

plicáveis pela *modernização*, um termo-processo que é termo-armadilha, pois, aderindo a ele ou contestando-o, promovemos des-historicização: o presente será *caminho* – para os modernistas - ou *descaminho* - para os modernistas críticos -, mas em nenhuma das duas teorias se verá *des-encaminhado*.

Nessas circunstâncias, o sociólogo australiano entrevê um terceiro tipo de prática intelectual para o pesquisador social: a *problematizante*. Ela estabelece "uma análise da trajetória das formas de verdade e conhecimento sem origem ou finalidade", tendo por efeito "a perturbação das narrativas seja de progresso seja de reconciliação, descobrindo questões onde as outras viam respostas"¹⁰. Para tanto, mantém-se receptiva à *dispersão* das transformações históricas, à rápida mutação dos *eventos*, à multiplicidade das *temporalidades* e, primordialmente, à possibilidade de *reversão* de trilhas históricas. O problematizador é também um crítico, embora adote estratégia distinta da dos modernistas críticos: "recusa-se a aceitar os componentes dados-por-óbvios (*taken-for-granted*) de nossa realidade e as explicações oficiais acerca do como vieram a ser o que são"¹¹. Esse singular caráter remete a um inquérito em princípio *ilimitado* acerca do presente: quando nele diagnostica limites, está disposto a atribuí-los a constrangimentos *contingentes*. Com isso, faculta-se a entrada em cena daquilo que Foucault, seguindo Nietzsche, chamou de "história efetiva"¹² – a que rejeita a colonização, quer do conhecimento quer da ação política, por sínteses filosóficas que prescrevam significados primeiros, últimos e/ou globais.

Em um passo arriscado – palavras são perigos! -, Dean acata uma polêmica denominação: "se o amplamente usado termo 'pós-modernismo' for definido como a teimosa problematização do dado, ficaria feliz em ver este tipo de história como um exercício de pós-modernidade"¹³. O prefixo *pós*, conforme aqui manejado, designa menos um *depois* da modernidade do que uma ilimitada possibilidade de *interrogá-la*.

¹⁰ Idem, p. 4.

¹¹ Idem, idem.

¹² Foucault, M. - op. cit, 1979.
Dean, M. - op. cit., p. 4.

Não obstante seja sempre um exagero de linguagem falar de método em se tratando de Foucault - o que ele apresenta nesse sentido descreve investigações anteriores ou antecipa experimentações futuras, sem ser jamais prescritivo -, a prática problematizante ganha nuances metodológicas em *Arqueologia do saber* para Dean (e para nós), o livro ultrapassa o debate continuidade *versus* descontinuidade, situando sua própria novidade no estatuto singular atribuído ao documento histórico. A monumentalização documental nele proposta tanto significa a inclusão do documento em séries (e séries de séries) quanto, especialmente, uma ênfase nos nexos entre documentação e *problema*; de forma mais precisa, aliás, uma ênfase no caráter polêmico da definição de *qual deve ser o problema* – em síntese, encaminhar... ou desencaminhar o presente?

São, porém, os textos foucaultianos dos anos 1970 que potencializam politicamente essa ênfase e o fazem por meio da definição precisa de um adversário para uma história que, além de *crítica* –cônsua de seus limites (os arquivos que nos foram legados) -, se quer *efetiva* - capaz de intervir no presente. Tal adversário é toda a gama de *supra-histórico* que nos rodeia, condicionando modos de ser, pensar e atuar por meio de permanentes reassseguramentos identitários - não sendo a modernização o menor deles....

Apelando a Nietzsche, Foucault diagnostica, então, a presença do supra-histórico em alguns dos usos da própria história-disciplina: uso monumental (grandes vultos e feitos), antiquário (acentuação da continuidade-tradição) e crítico (julgamento-condenação do passado em nome do presente, tornando o primeiro algo fixo, paralisado e menor). Ainda com Nietzsche, projeta, como alternativa, um uso paródico (contrário ao realismo de uma reminiscência-reconhecimento), dissociativo (contraposto à identidade) e sacrificial (renúncia à vontade de verdade, à história "orgulhosa" de ser conhecimento). Esses exercícios aspiram a "fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo metafísico e antropológico, da memória. Trata-se de fazer da história uma *contramemória* e de descobrir conseqüentemente toda uma *outra forma do tempo*"¹⁴.

Foucault, - op.cit., 1979, p. 33, grifos nossos.

A proposta foucaultiana, por conseguinte, é a de uma história singularmente *crítica e efetiva*: a arqueologia dispensa toda *arché* ou fundamento, construindo/analizando *arquivos* a partir da massa documental que nos foi legada – ela orienta teoricamente nossos procedimentos; mas somente combinada com a genealogia pode afastar o ranço positivista que a assedia, colocando igual importância nos *usos* do conhecimento histórico. Daí ressaltar Dean ainda um terceiro termo, *presentismo* ou *história do presente*: história feita no presente, sim; história que tenta dar conta do que presentemente somos como sujeitos de conhecimento, ação e moral, decerto; fundamentalmente, porém, história que luta contra compreensões anacrônicas – aquelas que fazem do presente o resultado necessário de um passado aprisionado em significações - e assim nos liberta, parcialmente que seja, para o exercício de formas de pensar, agir e ser...que ainda não existem.

○ futuro do pretérito

Nos comentários de Dean, obtivemos argumentos para sustentar que eventos e história (com minúscula, não metafísica) são perfeitamente compatíveis: só há dissonância quando os primeiros são atribuídos a esquemas fixos do tipo causa-e-efeito ou remetidos a unidades de significação preestabelecidas (caminho do progresso ou descaminho instrumental, pouco importa). Esse mesmo ponto é diretamente abordado no debate entre Foucault e alguns historiadores, ocorrido em 1978, quando o primeiro chega a defender a necessidade de uma *événementialisation* (eventualização) da disciplina historiográfica: "Onde nos sentimos tentados a fazer referência a uma constante histórica ou a um traço antropológico imediato (...), trata-se de fazer surgir uma 'singularidade'. Mostrar que não era 'assim tão necessário'. (...) Ruptura das evidências, destas evidências sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. (...) Ao mesmo tempo, a *événementialisation* consiste em descobrir as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc. que, em dado

momento, formaram o que a seguir vai funcionar como evidência, universalidade, necessidade"¹⁵.

Reler esse fragmento induz a pensar em possíveis construções do que propomos denominar *futuro do pretérito*. Na pena de um historiador, em grandes linhas, o evento histórico pode redundar seja em *destino* (fato consumado, funcionalizado, estruturalizado) seja em *contingência* (raridade, singularidade, desencaminhamento). No caso de um evento se tornar explicável por regras - acentuadas, inegavelmente, por Foucault -, também estas são passíveis de entendimentos alternativos: *apriorismos sintáticos e/ou semânticos* (estruturas significantes imutáveis, edifícios sociais com determinações em última instância, dialéticas universalizantes) ou *repetição/reforço de práticas determinadas* - por mais que este segundo caso exija imaginar um caleidoscópio manejado por mãos preguiçosas ou pouco curiosas... É em decorrência do realce dado por Foucault ao segundo termo dessas díades que Rajchman¹⁶ o chama de "filósofo da liberdade" – nada nos determina a não ser o que nos *acontece* atualmente -, embora nunca da "libertação" - inexistem causa, princípio ou finalidade preestabelecidos, últimos, universais.

Para apreciar melhor tal circunstância, cumpre recorrer a *Genealogia e poder*, aula de um curso no Collège de France datado de 1976. No início da exposição, Foucault se refere às pesquisas por ele levadas a efeito nos anos 1970 como "dispersas e fragmentárias", "saber inútil e suntuoso" cujo lugar mais adequado seriam as notas de rodapé; uma "maçonaria da erudição inútil", em suma, feita de escritos empoirados e textos nunca antes lidos.

Sem renegar seu idiossincrático apreço pela minúcia, Foucault assinala a seguir que este se coaduna muito bem com uma característica presente no panorama cultural, político e intelectual de então: a "eficá-

¹⁵Foucault, M. "Table ronde du mai 1978". Em: *Dits et Écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994, p.23.

¹⁶Rajchman, J. - *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Foucault, M. - "Genealogia e Poder". Em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a, p. 168.

cia das ofensivas dispersas e descontínuas"¹⁸ A expressão condensa uma série de ocorrências: entraves ao funcionamento da instituição psiquiátrica provocados pelos discursos e práticas, bastante localizados, da antipsiquiatria; eficácia dos ataques contra o aparelho judiciário e penal, apenas vagamente ligados ao argumento da luta de classes, ou longinqüamente anarquistas; perturbação causada por livros como o *Anti-Édipo*, praticamente auto-referente, sem tradição teórica, institucional e/ou filosófica.

Foucault se refere, assim, a uma *experiência* – a eficácia das críticas particulares e locais - que faculta o acesso a algo não previsto. Regressaremos, um pouco mais tarde, ao sentido do termo *experiência*. Por enquanto, concentremo-nos na explicitação da descoberta imprevista: a apreensão do "efeito inibidor próprio às teorias totalitárias, globais", dentre as quais se destacam a psicanálise e o marxismo. Na verdade, não importa tanto a especificação das teorias globais a que se fazem restrições; cumpre estar primordialmente atento ao "efeito de refreamento" que qualquer uma delas provoca quando retorna sem cessar a sua própria totalidade, em lugar de ser "recortada, despedaçada, deslocada, invertida, caricaturada, teatralizada"¹⁹.

Reativando, quanto a quaisquer disciplinas, o que, com Nietzsche, sugerira em favor de uma história efetiva – uso paródico, dissociativo e sacrificial Foucault passa a ver suas pesquisas como portadoras de uma primeira (e, agora, desejável) característica: o *caráter local da crítica*, "espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, (...) que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância com um sistema comum"²⁰. Essa crítica local se dá através de um *retorno de saber*; melhor dizendo, de uma *insurreição dos saberes dominados*. Pela expressão se devem entender: (1) "conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistemas formais", reveladores da "clivagem dos confrontos, das lutas que as orga-

¹⁸ Idem, idem.

¹⁹ Idem, idem.

²⁰ Idem, idem.

nizações formais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar"; (2) "uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do conhecimento ou da cientificidade"²¹.

A insurreição dos saberes dominados, por conseguinte, tanto comporta blocos de *saber histórico* – até então dessingularizados no interior de sistemas - quanto revaloriza o *saber das pessoas* - saber "particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que (...) deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam". Ao contrário das classificações hegemonicamente aplicadas, esse saber das pessoas não é bom senso nem senso comum: é saber *deixado de lado*, quando não explicitamente *subordinado*. Consoante Foucault, a crítica local deve seu impacto exatamente a essa junção entre "o saber *sem vida* da erudição e o saber *desqualificado* pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências; em última análise, ao saber histórico *da luta*"²².

É muito ampla a gama de associações que essas frases podem despertar. Limite-me, todavia, a evocar uma antiga afirmação de Barthes – "a história é um sonho porque conjuga, sem assombro e sem convicção, a morte e a vida" –, assim como a pergunta-réplica com que Arlette Farge, em artigo dedicado ao *événement* (evento), nos convida a contradizê-la: "Como conjugá-las [a morte e a vida] com assombro e com convicção, a fim de que a história não seja um sonho, mas, ao contrário, um meio de estar no passado a fim de decidir quanto ao presente e, quem sabe, quanto ao futuro?". O *futuro do presente* se vê, assim, implicado no *futuro do pretérito*.

Antes mesmo que Lyotard viesse a conceituar a condição pós-moderna como "fim da grande narrativa", Foucault, no texto que ora privilegiamos, chama atenção para o quanto a história comporta de

²¹ Idem, p. 170.

²² Idem; idem; grifos nossos.

²³ Apud Farge, A - "L'instance de l'événement". Em: France, D.; Prokhoris, S.; Roussel, Y. (eds.) - *Au risque de Foucault*. Paris: Editions du Centre Pompidou, 1997, p. 27. ²⁴ Farge, A - op. cit., p. 27.

estratégico. Nesse sentido, a elaboração de *certas* narrativas (ou a luta pelo encerramento das *grandes*) tem a possibilidade de se constituir em algo muito distinto de uma atitude *blasée*, desencantada ou quietista. Representa, ao contrário, valiosa inquietação em face do que é considerado *dado*, *coerente*, *óbvio*, *lógico*, *previsível*, *evidente*, *funcional* ou *nobrememente científico*, inquirindo o quanto comporta de "emparia com os vencedores" - para usar uma expressão de Walter Benjamin que, tal como Foucault, desejava "escovar a história a contrapelo"²⁵.

Foucault não acena com cientificidade: blocos de saber histórico até então mascarados (uma erudição, arquivos, séries documentais) e saberes pessoais incapazes de unanimidade (um vozerio, falas contrastantes, narrativas-memória) combinam-se para gerar genealogias, e, o que é mais importante, as genealogias são ditas "anti-ciências" porque desenvolvidas "contra a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica"²⁶. Elas montam *contrariedades* àquilo que é tomado por garantido.

Das lições da história às experiências e experimentações: o abalo do presente

Em um artigo cujo andamento nos servirá de guia, D'Amaral e Pedro²⁷ põem em discussão as formas de *temporalidade* que os historiadores constroem e narram. O primeiro modo identificado pelos autores é o da *história universal de tipo positivista*, já suficientemente pisado e repisado, em que o historiador-narrador atua como se estivesse situado no *fim dos tempos*. Melhor dizendo, como se ocupasse a extremidade de uma linha reta, orientada, extremidade esta em cuja direção o passado se encaminharia como que naturalmente justificado por uma cadeia causal de fatos consumados:²⁸

Benjamin, W. — "Sobre o conceito de história". Em: *Obras escolhidas - magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Foucault, M. - op. cit., 1979a, p. 171.

D'Amaral, M.T. e Pedro, R.M.L.R. - "O tempo: entre a ciência, a cultura e a história".

Documenta, ano IV, n.º 7, 1996.

a história caminharia... em nossa direção. Por estranho que pareça, conquanto alardeiem repúdio às histórias filosóficas, os positivistas são os primeiros a admitir um *fim da história*: o lugar que eles próprios ocupam é idealizado como objetivo ou meta da mesma; em última instância, como a *grande lição* - a finalidade, o objetivo - da história.

O segundo modo apresentado por D'Amaral e Pedro aponta à microhistória italiana, mais precisamente ao *paradigma indiciário* descrito por Carlo Ginzburg, porém podemos estendê-lo a inúmeras outras formas de prática historiográfica especializada, elaboradas sob a égide das críticas à história positivista empreendidas pela Escola dos Annales desde a década de 1920. Recorrendo a uma frase inspirada - "É do presente que o passado faz questão" -, os autores fazem ver que esses historiadores estão perfeitamente cômnicos de que se encontram em um momento particular, o presente, a partir do qual *constroem* objetos relativos ao passado. Dir-se-ia que se sabem presos em uma espécie de jaula temporal, reconhecendo que o que nela penetra está obrigatoriamente filtrado; em decorrência, aquilo que o estudioso é capaz de narrar também o está. Apesar disso, tanto os microhistoriadores, como Ginzburg, quanto os *annalistas* de variadas estirpes, ao defenderem o que o primeiro apelida *rigor flexível*, acabam por colocar ênfase maior no *rigor de uma história-verdade* do que nos limites (históricos) impostos a esse rigor. Nos termos de D'Amaral e Pedro, "o objeto, mesmo construído, ainda porta em si uma verdade oculta, invisível, a qual se deve buscar com rigor"²⁹.

O terceiro modo de relacionar tempo e narrativa histórica exposto pelos autores é o foucaultiano. Parte das inquietações que ele nos poderia trazer já foram antecipadas: com Foucault, nada de lições de uma história-passado que no presente encontra seu objetivo; tampouco segredos ocultos de um passado-totalidade inferidos com flexível rigor a partir de um presente qualquer. Algo, porém, ainda surpreende: consoante Foucault, para apreender o vínculo entre o presente e o passado estabelecido na narrativa histórica, é preciso estar atento à relação do

²⁸ Idem, p. 83.

²⁹ Idem, p. 84.

presente... com ele mesmo! Melhor dizendo, para que o passado se torne objeto de investigação, demanda-se que "o presente se perceba num movimento de separação de si mesmo (...); no momento em que o presente está deixando de ser o que é, a história se torna possível"³⁰.

Essas proposições reafirmam que, tratando-se de Foucault, a expressão *história do presente* faz bem mais do que designar o *caráter construtivo* do trabalho do historiador. É claro que fazemos história hoje, motivados por problemas formulados hoje, aspirando a que as soluções encontradas não sejam anacrônicas - estes são nossos *limites*. Mais do que limitada pelo presente, todavia, a genealogia foucaultiana é *desencadeada* por ele; em outras palavras, promovida por um movimento, mínimo que seja, de desprendimento, que, por isso mesmo, torna o presente *historicizável*. História *do* presente é história feita *no* presente *sobre* um presente... que já não somos mais.

Chamemos em nosso auxílio, para explorar essa perspectiva, um artigo de Gilles Deleuze, cujo título indaga *Qu'est-ce qu'un dispositif?*. Após a caracterização do trabalho de Foucault como uma *filosofia dos dispositivos* - repúdio aos universais, afastamento do eterno em favor da criação -, ali se propõe: "Nós pertencemos aos dispositivos e agimos neles. À novidade de um dispositivo em relação aos precedentes chamamos sua atualidade, nossa atualidade. (...) O atual não é o que nós somos, mas o que nos tornamos (...) o outro, nosso devir-outro. Em todo dispositivo, é necessário diferenciar o que nós somos (o que já não somos mais) e o que estamos em vias de nos tornar: a parte da história e a parte do atuar'.

Há três termos em jogo nesse fragmento: o ontem, o hoje e o passado. O ontem é uma dimensão do *presente*: é o que somos, mas, igualmente, o que estamos deixando de ser. O hoje - designado, por Deleuze, como o *atual* - é o que estamos nos tornando. Finalmente, o passado é o que se constitui, na forma de *história*, a partir da distância instaurada entre o ontem (o presente) e o hoje (o atual).

³⁰ Idem: idem.

Deleuze, G. - "Qu'est-ce qu'un dispositif?" Em *Association pour le Centre Michel Foucault - Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989, p. 190-191.

Nessa perspectiva, o passado não é o que nos fundamenta. Longe de ser fonte de nossa identidade, ele é *faccionado* a partir de nossa dispersão - a diferença presente/atual -, facultando uma reflexão sobre ela e alimentando *experimentações* com o novo, com o que está em vias de ser. Porque o atual não é esboço de um futuro livre e desalienado, mas o agora de nosso devir, desejável como *tempo outro*, nunca como completude, realização ou reconciliação.

Embora grande parte dessas considerações emergja de maneira mais explícita na pena de Deleuze e seja costumeiramente associada aos últimos trabalhos de Foucault, a problematização é muito mais remota, podendo ser conectada aos temas do biográfico, da experiência e dos usos estratégicos da história.

Radical anti-humanista, Michel Foucault foi, surpreendentemente, um dos pensadores contemporâneos que mais batalhou para que a *experiência* fosse incorporada à reflexão filosófica e historiográfica. Conhecendo as restrições foucaultianas à fenomenologia, o leitor poderia objetar estar eu, agora, tentando transformar Foucault em uma espécie de Sartre, que tão feliz ficava em dispor de uma ferramenta que lhe permitia fazer filosofia, inclusive, acerca do *cocktail* saboreado nas mesas do Café de Flore. É claro que não se trata disso. Foucault integra a *experiência* à reflexão historiográfica na qualidade de uma inquietação que se torna *ponto de partida* para um trabalho teórico, ético e político. Manter a experiência em nível pessoal, sem desdobrar suas conseqüências, é que seria limitar-se, qual Sartre, ao plano de um subjetivo constituinte, atenuando virtuais poderes de perturbação.

A esse respeito, Eribon ressalta as repetidas referências de Foucault a "experiências transformadoras"³² envolvendo relações com os outros, inserções na vida cultural, engajamentos políticos, confrontos com normas institucionais, etc. Em uma entrevista concedida em 1981 a *Libération*, por exemplo, Foucault declara: "Cada vez que tentei fazer um trabalho teórico, foi a partir de elementos de minha própria *experiência*: sempre em relação com processos que eu via se desenvolverem

Eribon, D. - *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996, p.36.

em torno de mim. Foi porque acreditei reconhecer nas coisas que via, nas instituições com que me ocupava, em minhas relações com os outros, fissuras, abalos surdos, disfunções, que empreendi esse trabalho - algum fragmento de *autobiografia*".

Se isso dá a impressão de ser mais uma das reconstruções de trajetória tão ao gosto de Foucault, pode-se recorrer a um texto bem mais antigo, a apresentação de autor que figurava na capa de *História da loucura* quando de seu lançamento, em 1961: "Este é o livro de alguém que se surpreendeu (...), freqüentou os hospitais psiquiátricos (do lado em que as portas se abrem), conheceu na Suécia a felicidade socializada (do lado em que as portas não se abrem mais), na Polônia, a miséria socialista e a coragem necessária, na Alemanha, não muito longe de Altona, as novas fortalezas da riqueza alemã (...). Tudo isso o fez refletir, com seriedade, sobre o que é um asilo..."³⁴

Sob forma mais abstrata, é aproximadamente a mesma idéia - a da experiência transformadora, a da experiência ético-política de um devir-outro - que emerge em *Arqueologia do saber*. "A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que fora de nós nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (...) a partir de discursos que começam justamente a deixar de ser os nossos (...). Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico (...) porque nos desprende de nossas continuidades (...), faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência".

A despeito desses indícios remotos, não há como negar que um maior destaque da experiência transformadora, incluindo os nexos que esta mantém com a vida-biografia e a construção da narrativa

³³Foucault, M.- "Est-il donc important de penser?" Em *Dits et Écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 182, grifos nossos.

³⁴ Apud Eribon, op. cit., 1996, p. 41.35

Foucault, M. - *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 150-151.

historiográfica, data do final dos anos 1970 e da década de 1980 - momento em que a produção foucaultiana tem por foco os modos de subjetivação, a ética, a governamentalidade. Em uma entrevista concedida nos Estados Unidos em 1979, após denunciar como um *perigo* a compreensão de identidade e subjetividade sob a forma de componentes profundos e naturais - conclamando a uma liberação de nossa *relação a nós mesmos* -, Foucault situa o lugar de suas pesquisas (e a eventual verdade nelas contida) nesse processo: "Eu não sou propriamente um historiador. E não sou romancista. Pratico uma espécie de ficção histórica. De certa maneira, sei muito bem que o que digo não é verdade (...). Sei muito bem que o que fiz é, de um ponto de vista histórico, parcial, exagerado (...). Tento provocar uma interferência entre nossa realidade e o que sabemos de nossa história passada. Se sou bem sucedido, essa interferência produzirá efeitos reais sobre nossa história presente. Minha esperança é que meus livros ganhem sua verdade uma vez escritos - e não antes (...). Espero que a verdade de meus livros esteja no futuro"³⁶.

Quanto a isso, vale lembrar que Nietzsche, filósofo que Foucault muito admirava, tanto via utilidade quanto, principalmente, desvantagem para a vida na história - como sugere o título da *Segunda Consideração Intempestiva*. Para inverter o balanço, a temporalidade instituída precisaria ser alterada a marteladas, pois "cessa de viver tudo que é dissecado até o fim" e, em todos os domínios, "apenas algo surge e já se explica o itinerário passado, a evolução futura, (...) se o decompõe, se o corrige ou admoesta - se faz de tudo para evitar precisamente o que mais importa, que a obra tenha seu efeito sobre a vida e sobre a ação"³⁷. Nesse sentido, de acordo com Nietzsche, não caberia relacionar os homens a seu tempo; ao contrário, seria desejável pensá-los, a cada momento, *em luta contra seu tempo*. Disso, justamente, nos fala Foucault

³⁶ Foucault, M. - "Foucault étudie la raison d'État". Em *Dits et Écrits*, vol. III. Paris: Gallimard, 1994, p. 805.

³⁷ Apud Pélbart, P.D. - "Deleuze, um pensador intempestivo". Em Lins, D. et al. - *Nietzsche e Deleuze. Intensidade e paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 67.

com sua história-ficção - história do presente construída contra o presente, a partir daquilo que este já carrega de devir-outro, de intempestivo.

Trata-se igualmente, conforme assinalamos, de uma relação extremamente singular entre tempo e narrativa historiográfica. Pois se essa narrativa pode "agir sobre" (transformar) a dimensão presente-futuro - fazendo-se verdadeira *a partir do momento* em que é escrita -, sua elaboração está, ao mesmo tempo, condicionada pelas *experiências* que, de algum modo, já nos desprenderam do que somos. É nessa linha que, em uma entrevista concedida em 1978 a Ducio Trombadori, Foucault aborda a relação entre experiência pessoal e escrita da história. Desde o começo da interlocução, afirma-se um experimentador mais do que um teórico: diz que seus livros foram provocados por experiências; que os próprios livros são experiências; que uma experiência é aquilo de que se sai transformado; que escreve para mudar a si mesmo e aos outros. Intrigado com o uso repetido do termo *experiência*, o entrevistador levanta a hipótese de um possível nexos com a fenomenologia. Foucault retruca que o problema principal não está em trazer à luz "a significação da experiência cotidiana para reencontrar, no que sou, o sujeito fundador", como acontece no projeto fenomenológico; a experiência, ao contrário, tem por função "arrancar o sujeito de si mesmo, fazer com que ele não seja mais ele mesmo", em um empreendimento de "des-subjetivação".

Atuando como uma espécie de "advogado do diabo", Trombadori lhe pergunta de que forma, em meio a tanta experimentação, poderiam ser atendidos os critérios de verdade histórica, credibilidade e objetividade. Foucault não se faz de rogado: cômico de estar imerso nas lutas entre programas de verdade, admite trabalhar com os métodos clássicos (documentos, esquemas, citações, formas de explicação), o que faz de seus livros objetos tão passíveis de confirmação e/ou refutação quanto quaisquer outros. No entanto, não se importa de que eles possam ser, igualmente, considerados ficções: "...meu problema não é satisfazer os historiadores profissionais. Meu problema é o de fazer, e de convidar os

³⁸ Foucault, M. - "Entretien avec Michel Foucault". Em: *Dits et Écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 43.

do, uma experiência daquilo que nós somos, daquilo que não é apenas nosso passado mas também nosso presente, uma experiência de nossa modernidade da qual saímos transformados. O que significa que ao fim do livro possamos estabelecer relações novas com o que está em pauta". Em uma referência específica à questão da loucura, adenda: "...que eu, que escrevi o livro, e que aqueles que o leram tenham com relação à loucura, a seu estatuto contemporâneo e à sua história no mundo moderno, uma outra relação".

Logo, por mais que Foucault fale em autobiografia e em experiência pessoal, a questão não está em transpô-las diretamente para o saber, à maneira de confissões. A experiência e o biográfico se situam, simultaneamente, no começo e no fim de um processo: a construção do objeto é deflagrada por uma perturbação do *taken for granted* do presente (o *atual* o designa como o que já não somos mais); a narrativa histórica, por sua vez, faculta o acesso a uma experiência nova, transformação ou metamorfose que, eventualmente, se liga a uma prática coletiva - pensemos nos vínculos dos livros de Foucault com a antipsiquiatria, os movimentos de liberação sexual, os movimentos de detentos, etc. Quanto a este último aspecto, Trombadori expressa novas dúvidas, considerando difícil que práticas *coletivas* possam ser conectadas a experiências *individuais*, o que redundaria em novo esclarecimento por parte de Foucault: "Uma experiência é qualquer coisa que se faz realmente sozinho, mas que não se pode fazer plenamente senão na medida em que escape à pura subjetividade e que os outros possam, não diria retomá-la exatamente, mas ao menos cruzá-la e atravessá-la".

Vigiar e punir lhe serve, a seguir, de mote decisivo. Afirma que, quando o livro saiu, muitos trabalhadores do sistema penitenciário lhe diziam que era paralisante: depois de lê-lo, não conseguiam atuar do mesmo modo que antes. Além de recordar ter sido o texto escrito *a partir* da experiência do GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões),

³⁹ Idem, p. 44.

Idem, p. 47.

Foucault identifica nesses efeitos o sucesso do empreendimento historiográfico: "Ele se lê, portanto, como uma experiência que muda, que impede (...) de ter com as coisas, com os outros, o mesmo tipo de relação que se tinha antes da leitura. Isto mostra que, no livro, se exprime uma experiência bem mais ampla que a minha. Ela nada fez senão inscrever-se em alguma coisa que estava efetivamente em curso; na transformação do homem contemporâneo quanto a si mesmo, poderíamos dizer. Por outro lado, o livro também trabalhou por esta transformação (...). Eis o que é para mim um livro-experiência, por oposição a um livro-verdade e a um livro-demonstração"⁴¹.

Um pouco de possível, senão....

Um livro-experiência, afinal, em contraste com tantos e tantos livros-verdade, livros-demonstração, que nos intoxicam de saberes psicológicos pretensamente nobres, orgânicos, maiores, os quais, como que distraidamente, ignoram as condições de produção da dita "ciência" que veiculam - eis a provocação primeira da aproximação entre "Foucault e a Psicologia", aventura da presente publicação.

Impossível, e mesmo desaconselhável, apresentar-prefaciá-la uma experiência; mais vale seguir, atento, seus destinos, quando se vir atravessada pelas experiências de seus leitores. Posso apenas focalizar minha própria travessia, a de primeira leitora (ao menos oficialmente); nada mais fiz até aqui, aliás, do que dela falar. Porque se optei em trazer, de meus descaminhos junto a Foucault, algumas articulações entre biografia, temporalidade e experiência, foi em função do impacto que me provocaram as *experiências biográficas transformadoras* que, sinto e partilho, conduziram Kleber Prado Filho, Arthur Ferreira, Simone Hüning, Neuza Guareschi, Henrique Nardi e Rosane Neves da Silva à elaboração de suas ficções transgressivas - discursos e práticas que recusam, para o campo *psí*, a *temporalidade* inevitável de um destino... funesto.

⁴¹ Idem, idem.

Para tanto, esses companheiros discursivos imiscuíram-se naquelas zonas cinzentas de que é feita a genealogia - circunstância que os levou a parar de mentir, ou melhor, a negar-se a construir/praticar uma psicologia das manhãs modernistas, tingida do azul da verdade revelada através das grandes narrativas. Cumpre frisar, contudo, que, em meio aos tons cinzentos, espaços de luminosidade se esgueiram - eles os inventam, qual obras de arte, na forma de arqueologias, histórias, problematizações auto-reflexivas e interferências em jogos de verdade, em lugar de lamentar-se por algum ilusório descaminho do qual estariam desimplicados. Com isso, nos facultam vislumbrar aquela parcela de possível que nos livra da sufocação, que impede a asfixia.

Virando a página, novos leitores poderão *conspirar* - termo que, como bem disse Guattari, sugere "respirar junto". E também eu sigo, agradecida por este convite a apresentar dotado da liberdade de jamais policial, respirando (junto) com eles.⁴²

Guattari, E - "Três milhões de perversos nos bancos dos réus". Em: *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

A PSICANÁLISE E A PSICOLOGIA NOS DITOS E ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT

Arthur Arruda Leal Ferreira¹

Introdução: Michel Foucault e o nomadismo no pensamento

A crítica foucaultiana à pretensão de unidade do discurso em função da noção de autor estabelecida em *O que é uma autor* (1968-B) talvez não encontre maior pertinência que na reunião de enunciados cunhados pela assinatura do próprio Michel Foucault. Quase impossível detectar um traço qualquer de permanência, que não seja o constante ultrapassagem de um pensamento, que sempre apaga suas próprias pistas e produz novas evidências. Como se a essência do pensar pudesse ser constantemente se dis-pensar se re-pensar. Impossível falar em nome de Foucault, impossível Ser foucaultiano. Antes de se perguntar "Quem-Foucault?", necessário se perguntar "Qual-Foucault?", na instantaneidade de um certo texto, no conjunto de forças momentâneas que atravessam os enunciados assinados com o seu nome. Daí que sob a máscara foucaultiana podemos encontrar o zumbido de um coletivo.

Fica difícil portanto avaliar o conjunto de textos foucaultianos conforme um bloco, ou segundo um conjunto de princípios. Não é possível jamais reconhecer um sistema filosófico delineando os seus textos. Contudo, segundo Márcio Goldman (1998), persistiria ao longo dos trabalhos de Foucault: a) um modo de constituição de objetos, b) um procedimento de exame e c) um conjunto de objetivos. Quanto à constituição de objetos, Foucault, segundo Goldman, escreveria

¹ Professor adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ, pesquisador apoiado pela FAPERJ e FUJB, e doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

conforme Carmelo Bene em seu *manifesto do menos*, extraindo os personagens maiores da cena, e dando vida aos menores e coadjuvantes. É deste modo que este pensador procederia, retirando de foco, por exemplo, ciência e ideologia como eternos protagonistas, e introduzindo saber e poder. No que tange ao procedimento de exame, o ponto de partida se encontra numa questão, ou numa luta presente. A partir daí, toma-se um determinado objeto em questão como a clínica, a prisão, ou a sexualidade, e dissolve-o em suas condições de possibilidade históricas, acontecimentalizando-o e lançando-o na singularidade de suas múltiplas causas. É deste modo que tudo que se apresenta como universal e necessário remontaria a uma contingência objetivada e rarificada ao longo da história. Por fim, o seu objetivo, como se pode entrever, é político. Mas não no sentido de fornecer diretrizes, e sim instrumentalizando lutas. E isto seria realizado de três modos: 1) tornando crítico o que escapava à crítica, através da historicização; 2) problematizando a própria luta, estabelecendo-a tão local e histórica quanto os seus alvos; 3) participando nas próprias lutas através da passagem pela alteridade e pela diferença.

Contudo, esta constante proposição de objetos, modos de exame e lutas faz entrever a existência de alguns períodos no pensamento foucaultiano baseado em alguns critérios como:

1) A trama conceitual expressa nos principais objetos postulados: saberes e discursos (arqueologias), poderes e *governamentalidade* (genealogias), cuidados de si ou éticas (subjetivações).

2) Os seus alvos críticos: o positivismo, o humanismo-fenomenológico, o estruturalismo, o marxismo (a *comunistologia*), e a psicanálise.

3) O que afirma em cada período como alternativa: a literatura e o ser da linguagem, a revolução e os contrapoderes, a liberdade e a possibilidade de estranhamento de nossas formas de subjetivação.

Através destes critérios é possível mapear cerca de dez períodos no pensamento foucaultiano, sendo a atribuição dos cinco primeiros inspirada no texto de Roberto Machado, *Ciência e Saber* (1982-A). A tarefa deste artigo será tentar captar o sentido das transformações que se escondem sob a assinatura de Michel Foucault ao longo destes dez perí-

odos, e tentar delinear os possíveis diálogos desses personagens que aí espreitam com a psicanálise e a psicologia. Esta multiplicidade de autores se verá refletida nas seguidas reavaliações feitas em torno destes temas. Jacques Derrida (1994) se referirá à relação com a psicanálise utilizando a imagem de uma dobradiça de porta (em que Freud seria o porteiro), de um pêndulo ou de um balancim, que "sucessivamente abre e fecha, aproxima e afasta, repudia ou aceita, exclui ou inclui, desqualifica ou legitima, domina ou liberta" (op.cit., pp.62-63). É deste modo que a psicanálise, de *contraciência humana* em *As Palavras e as Coisas*, torna-se mero efeito do dispositivo confessional da sexualidade, ou *hermenêutica de si* cristã, ao longo dos três volumes da *História da Sexualidade* (1976-C, 1984-A e B). A psicologia, apesar de alguma consideração positiva em seus primeiros artigos (década de cinqüenta), gozará de uma avaliação mais unânime em torno da crítica, apesar das razões se modificarem. Avaliemos esta relação de Foucault com estes saberes período a período.

1- O Jovem Foucault (década de cinqüenta)

Neste momento seminal, temos a rara oportunidade de ver um Foucault psicólogo, buscando delinear a positividade deste saber. Para este autor (1957-B, p.148), a verdadeira pesquisa psicológica seria produzida à margem da ciência institucional (como por exemplo a psicanálise e a noção de inconsciente, gerada fora dos cânones de uma psicologia oficial da consciência). A relação entre pesquisa e prática só seria inteiramente positiva em uma sociedade marcada pelo pleno emprego e com uma técnica industrial exigente, sem, pois, qualquer contradição. Como esta condição não se cumpre em nossa sociedade, a pesquisa psicológica só pode nascer dos obstáculos das práticas sociais (que seriam disciplinados pela psicologia oficial):

Sem forçar a exatidão, pode-se dizer que a psicologia em sua origem é uma análise do anormal, do patológico, do conflitual, uma reflexão sobre as contradições do homem com ele mesmo. E se ela se transforma em uma

psicologia do normal, do adaptativo e do ordenado, é de um modo secundário, como por um esforço de dominar as contradições (Foucault, 1957A, pp. 121,122).

O objeto de exame por excelência neste período será o homem concreto na negatividade e na contradição de sua existência social ao longo da história. Este homem concreto é deslindado no cruzamento de várias referências, como o marxismo (a alienação do doente mental como produto de contradições históricas), o existencialismo' (a existência autêntica expressa no sonho e na angústia, na qual a loucura seria uma forma inautêntica, uma vez que desprovida de liberdade histórica) e a psicanálise (a importância do significado e da interpretação na apreensão da negatividade do homem). Buscando uma positividade para esta psicologia do homem concreto, ela será recusada nas suas vertentes positivistas, uma vez que estas buscam apagar as contradições históricas, como a existente entre um método positivo e o seu objeto, marcado por uma negatividade essencial (Foucault, 1957-A). Daí que se possa dizer que a positividade da psicologia só pode vir da negação de sua objetividade e da afirmação da negatividade do homem: "A psicologia só se salvará através de uma volta aos Infernos" (op. cit., p.158). Neste quadro, a psicanálise seria a única das psicologias verdadeiramente positiva, pois daria conta do negativo do homem: "Esse sentido originário é ainda um dos paradoxos e uma das riquezas de Freud, de ter percebido melhor que qualquer outro, contribuindo para recobri-lo e escondê-lo" (op. cit., p.158). E, deve-se acrescentar, com a metodologia adequada, qual seja, a busca de *significações objetivas* (Foucault, 1957-A).

Contudo, a contradição mais notável no seio da psicologia estaria em seu estatuto como saber crítico, posto que estaria num regime entre a tomada de consciência de nossa constante produção de ilusões, própria da história, e a denúncia dos erros, inerente às ciências naturais. A psicologia teria pois um estatuto híbrido: crítica como a histó-

Notadamente o de Ludwig Biswanger, autor ao qual Foucault prefaciou no texto *Le rêve et le existence* (1954).

ria, mas realista como a ciência. Contudo, este saber não atingiria nem a positividade das ciências (a objetividade) nem a da história (do reconhecimento das ilusões), restando apenas o constante ultrapassamento crítico de si que a caracteriza (Foucault, 1957-B., p.144-145). É deste modo que este "jovem Foucault" explica a pluralidade da psicologia: ela ocorre porque cada orientação sua (behaviorismo, gestaltismo, psicologia dinâmica, etc.) se ergue nesta missão de uma crítica híbrida contra as demais, sempre denunciando-as entre a ilusão e o erro.

2- Foucault arqueólogo (década de sessenta)

O sentido do trabalho arqueológico de Foucault é a ampliação do alvo de suas investigações, passando do exame das condições de surgimento da psiquiatria (*História da Loucura*), às da clínica (*Nascimento da Clínica*), e até ao círculo antropológico que as constitui (*As Palavras e as Coisas*). A literatura será tomada nesta fase como uma alternativa a este círculo antropológico, afirmado-se neste período de diversos modos, conforme cada subfase, e em contraste com os objetos examinados ao longo dos deslocamentos arqueológicos (loucura, clínica, ciências humanas)³. Neste bojo, a psicanálise e a psicologia serão avaliadas de modo diferenciado conforme as subfases⁴ deste período.

2.a) Arqueologia da Percepção⁵ (*História da Loucura, 1961-1962*)

O tema da história da loucura poderia sugerir a presença de uma história progressiva da psiquiatria, ao modo das histórias da ciência.

Esta é a principal tese de Roberto Machado desenvolvida em seu livro *Foucault, a filosofia e a literatura* (1999).

A designação das subfases arqueológicas seguirá a classificação apresentada por Machado em seu livro *Ciência e Saber* (1982-A). Devo ressaltar que uma grande parte das idéias aqui expostas sobre o período arqueológico foram desenvolvidas ao longo dos seus cursos de pós-graduação em filosofia na UFRJ.

⁵ O uso do conceito de percepção remete a Maurice Merleau-Ponty, uma vez que esta, sendo social e pré-racional, daria conta das práticas operadas ao longo da história em torno da loucura.

Mas segundo Machado (1982-A, pp.93-95), se é possível vislumbrar um sentido histórico para a psiquiatria, ele é negativo, pois o suposto progresso desta implica o distanciamento daquilo que é tomado como referência para Foucault nesta época: a *experiência trágica da loucura*. Não se trata de uma essência imutável da loucura, mesmo ao "confrontar as dialéticas da história e as estruturas imóveis do trágico" (1961-A, p.162). Trata-se de uma *experiência* (portanto sem qualquer caráter universal como promete a pesquisa de uma essência), e *trágica* (sem a menor possibilidade de síntese ou pacificação). Neste referencial nietzscheano⁶, o homem concreto deixa de ser a medida da negatividade que lhe atravessa. Torna-se mais uma das figuras aptas a silenciar a loucura: "Se (Pinel) libertou o louco da desumanidade de suas correntes, acorrentou ao louco o homem e a sua verdade" (Foucault, 1961-B, p.522). A recusa ao homem concreto remete a um abandono do referencial marxista, presente na mudança do conceito de *alienação*'. Deste modo, este é retirado de seu viés trans-histórico, e associado a uma das formas em que a loucura foi capturada pela razão moderna, como verdade do homem, na qual o louco se encontra imerso: "a alienação será depositada como verdade secreta no coração de todo conhecimento objetivo do homem" (Foucault, 1961-B, p.457).

O que se mostrará consonante com esta *experiência trágica da loucura* será a literatura' enquanto *ausência de obra*. Segundo Machado (1999, capítulo 1), esta relação passa por três aspectos: 1) ambas seriam linguagens; 2) a loucura seria a verdade da obra literária; 3) verdade essa que se daria na ausência de obra. O conceito de *ausência de obra* seria

⁶ Segundo Machado (1999), há um enorme paralelo entre este primeiro livro de Foucault com o primeiro livro de Nietzsche, O Nascimento da tragédia Um bom guia para esta análise é o texto de Macherey: Nas origens da história da loucura: retificação e limite (1985)

'Exemplos deste espírito trágico na literatura seriam Hölderlin, Nerval, Sade e Nietzsche. Mas haveriam representantes em outras artes, especialmente no período renascentista (quando a distância entre razão e desrazão se fazia menor), como Bosch e Bruegel (pintura) e Shakespeare (teatro). Cabe ainda uma referência à pintura de Goya, mesmo que própria do período moderno.

proveniente de Artaud, apontando para uma escrita no limiar entre a loucura (ausência de sentido) e a obra (produção de uma ordem determinada). De todo modo, a linguagem do louco, dada numa autoimplicação que não apontaria para nada mais além dela (o vazio da linguagem), serve de modelo para a compreensão da literatura, e medida para julgar o suposto progresso da psiquiatria.

Agindo num sentido excludente, a constituição do dispositivo psiquiátrico revelará em seu desenrolar o silenciamento, a distância e a tentativa de domínio da experiência trágica da loucura. Esta história será contada na partição entre dois níveis, o da *Percepção* (que virá mais tarde a configurar o que Foucault nos anos setenta designa por poder) e o do *Conhecimento* (que virá a se transformar em saber em *As Palavras e as Coisas*), distribuídos em três grandes períodos: Renascimento (do fim da Idade Média até 1650, data inicial do Grande Internamento), Idade Clássica (de 1650 até 1789, e a suposta libertação dos loucos por Pinel) e Modernidade (que engloba a atualidade). Somente a *experiência trágica da loucura* permaneceria imóvel ao longo dos tempos. Ainda que ao longo da fase arqueológica mudem os alvos de pesquisa para a clínica e para as ciências do homem, estes períodos permanecerão os mesmos.

Mesmo sendo mudados os referenciais da pesquisa foucaultiana, persevera a hipótese do primeiro período, da psicologia gerada através dos avessos da prática, ou, conforme fórmula de Frederic Gros (1997, p.80), da luz das empiricidades nascendo na escuridão. No presente caso, a escuridão refere-se às baixas origens da psicologia ligadas ao movimento de internação massiva da loucura (período clássico) e à fixação de uma natureza humana como verdade da loucura a partir da paralisia geral, loucura moral e da monomania: "*o homo psychologicus é descendente do homo mente captus*" (Foucault, 1961-B, p.522). Para utilizar novamente uma imagem de Gros (1997, p.79), o homem e a psicologia "apóiam sua positividade no vazio furioso do insensato". Quanto ao homem, este "só se torna *natureza* para si na medida em que é capaz de *loucura* [...] forma principal e primeira do movimento com o qual a verdade do homem passa para o lado do objeto e se torna

acessível a uma percepção científica" (Foucault, 1961-B, p.518). No que diz respeito à psicologia:

O paradoxo da psicologia "positiva" do século XIX é o de só ter sido possível a partir do momento da negatividade: psicologia da personalidade por uma análise do desdobramento; psicologia da memória pelas amnésias; da linguagem pelas afarias, da inteligência pela debilidade mental. (op. cit., p. 518).

A loucura moderna sob a qual repousa o *honro psychologicus* seria marcada por uma série de aporias, que se veriam refletidas no campo do conhecimento. É deste modo que a loucura reflete ora a verdade mais primitiva, ora a verdade mais terminal do homem; ora a loucura representa o triunfo do orgânico (materialismo), ora a maldade em estado selvagem (espiritualismo); ora o acúmulo de razões que se desdobra na irresponsabilidade (determinismo), ora a ausência de qualquer razão plausível; ora uma contradição na própria razão em vigor, ora a necessidade da razão do outro, como no tratamento moral (op.cit., pp. 512-514).

Em suma, é neste sentido que se pode dizer que a psicologia é tributária da loucura, mas não vice-versa. De modo que é possível afirmar que Foucault pretende tomar a desmedida como medida da psicologia:

Ela [a psicologia] está sempre na encruzilhada entre dois caminhos: aprofundar a negatividade do homem ao ponto extremo onde amor e morte pertencem um ao outro indissolavelmente, bem como o dia e a noite, a repetição atemporal das coisas e a pressa das estações que se sucedem - e acaba por filosofar a marteladas. Ou então exercer-se através de retomadas incessantes, os ajustamentos do sujeito e do objeto, do interior e do exterior, do vivido e do conhecimento (op. cit., p.522).

A psicanálise é desbancada por Nietzsche como via de acesso ao negativo do homem. Nesse início dos anos sessenta, passa a ter estatuto ambíguo, pois se Freud teve a vantagem de se opor à estrutura asilar, por outro lado, ele está incluído na linhagem médica inaugurada por Pinel:

Freud fez deslizar na direção do médico todas as estruturas que Pinel e Tuke haviam organizado no internamento. Ele de fato libertou o doente dessa existência asilar na qual tinham alienado seus "libertadores". Mas não o libertou daquilo que havia de essencial nessa existência; agrupou os poderes dela, ampliou-os ao máximo, ligando-os nas mãos do médico... (Foucault, op.cit, p. 503).

Contudo, como lembra Derrida (1994), *História da Loucura* é um dos textos mais ambíguos de Foucault, onde seu pêndulo oscila mais, pois em várias outras passagens a psicanálise é vista como próxima à experiência da desrazão clássica abafada pela psicologia moderna (posição presente em todo o livro, com exceção dos dois últimos capítulos):

Freud retomava a loucura ao nível de sua *linguagem*, reconstituía um dos elementos essenciais de uma experiência reduzida ao silêncio pelo positivismo. Ele não acrescentava à lista dos tratamentos psicológicos da loucura uma adição maior; reconstituía, no pensamento médico, a possibilidade de diálogo com o desatino... (Foucault, 1961-B, p.338).

2. b) A Arqueologia do olhar (*Nascimento da Clínica, 1963-1964*)

Do mesmo modo que opera em relação à história da psiquiatria, Foucault, no exame da clínica, pretende pôr à prova o seu estatuto atemporal, através de um suposto olhar que se apuraria progressivamente. Pelo contrário, ela se constituiria através de diversas articulações entre o visível e o dizível. Para tal, o par estrutural *Ver-Dizer* (ou olhar loquaz, olhar-linguagem, espacialização-verbalização, etc.) se impõe como conceito fundamental. Aqui, cada termo pertence ao outro numa relação intrínseca, de resto bem diversa da distância do par *Percepção-Conhecimento*. É também em *O Nascimento da Clínica* (1963-B) que Foucault faz a primeira referência ao termo *arqueologia*, presente no subtítulo. As fases desta história são as mesmas de *História da Loucura*: haveria uma *protoclínica clássica* (com o predomínio do dizer sobre o ver, marcada por uma taxonomia dos sintomas, relacionando-os

como signos dentro de uma botânica das espécies patológicas ideais) e uma *anátomo-clínica moderna* (com o privilégio do visível no par estrutural, remetendo a patologia não mais a um conjunto de signos ideais, mas ao volume corporal dos tecidos), intermediadas por uma *clínica* na passagem do século XVIII para o XIX (com equilíbrio entre visão e discurso, onde sintoma e sentido se equivalem).

A referência às práticas sociais, ou como Foucault chama neste livro, *estruturas terciárias* da medicina, dão-se na primeira metade do livro, numa abordagem próxima da que será retomada no período genealógico, ainda que se sustente aqui uma concepção repressiva do poder. A tese de Foucault sobre as *estruturas terciárias* da medicina remete à solução de compromisso entre as forças presentes no período da Revolução francesa: entre o corporativismo dos médicos, buscando codificar o ensino profissional para controle dos charlatães; o liberalismo empírico, associado ao fim dos privilégios, associando qualquer conhecimento ao olhar livre; e o assistencialismo, presente na instituição hospitalar, enquanto depósito de doentes pobres, com o fim de isolá-los do convívio com outras classes. A clínica costura estas demandas enquanto ensino empírico-prático que distingue os médicos dos oficiais de saúde em sua formação, os primeiros atuando sobre os pobres depositados nos hospitais, que pagariam a sua assistência com a exposição para uma pedagogia clínica a ser revertida mais tarde em tratamento seguro para as classes mais altas.

Mantém-se aqui a mesma lógica de *gênese pelo avesso das práticas* inaugurada pelo primeiro Foucault e prosseguida na *História da Loucura*, conforme atesta Frederic Gros (1997, pp. 75-82). Da mesma maneira que se devem buscar as origens da psicologia na loucura, a da clínica deve ser buscada na morte: "Isto que estabelece a rigidez de um cadáver é o frio rigor das leis que comandam a vida" (op. cit., p. 80). De toda maneira, é esta lógica que permite que pela primeira vez se estabeleça no oci-

A questão da linguagem e da literatura, é associada agora ao tema da morte da linguagem (Maurice Blanchot) e da transgressão (Georges Bataille). Esta é a tese defendida no segundo capítulo (A Morte) do livro Foucault, a filosofia e a literatura de Machado (1999). Conferir também Pélbart (1989, p.80) e O prefácio à transgressão (Foucault, 1963-A).

velha lei aristotélica que interditava sobre o indivíduo o discurso científico foi levantada quando, na linguagem, a morte encontrou o lugar de seu conceito" (Foucault, 1963-B, pp. 195-196). Na década seguinte, genealógica, caberá à prática do exame e não mais à morte ou à loucura a gênese do indivíduo. Ainda que o entorno de seu pensamento se modifique, as palavras do jovem Foucault ainda ecoam:

O homem ocidental não pôde se constituir a seus próprios olhos como objeto da ciência, ele não se toma no interior de sua linguagem, nem se dá a si senão na abertura de sua própria supressão: da experiência da Desrazão, nascem todas as psicologias e a possibilidade mesma da psicologia; da integração da morte no pensamento médico nasce uma medicina que se constitui como ciência do indivíduo (Foucault, op. cit., p.227).

Outra passagem relevante as dá quando Foucault relaciona o surgimento das Ciências Humanas à passagem de uma medicina regulada pela noção de saúde para uma mais recente regida pelo conceito de normalidade:

Se as ciências do homem apareceram no prolongamento das ciências da vida, é talvez porque estavam *biologicamente* fundadas, mas é também porque o estavam *medicamente*; sem dúvida por transferência, importação e, muitas vezes metáfora, as ciências do homem utilizaram conceitos formados pelos biólogos; mas o objeto que eles se davam (o homem, suas condutas, suas realizações individuais e sociais) constituía, portanto, um campo dividido segundo o princípio do normal e do patológico. (op. cit., p.40).

Por outro lado, inaugura-se a fase de aproximação com a psicanálise, que segue até *As Palavras e as Coisas*. No texto *A loucura, ausência de obra* (1964-A), Foucault considera quatro desvios da linguagem, remetidos a quatro modos de loucura: as palavras sem sentido (própria dos insensatos, imbecis e dementes), as blasfematórias (dos violentos e furiosos), as palavras com sentido proibido (dos libertinos e teimosos) e a

linguagem esotérica (para onde a loucura migra no início da modernidade). Esta quarta modalidade apontaria para uma forma da linguagem e da loucura que somente a psicanálise daria conta, na medida em que toma-a não como uma ordem oculta, "mas como retenção e suspensão do sentido, como criação de um vazio onde possa se alojar não um, mas vários e diferentes sentidos" (Pélbart, 1989, p.115). Tal concepção faz eco com a tese exposta em *Nietzsche, Marx e Freud* (Foucault, 1964-B), em que a interpretação é vista não como uma escavação de sentidos, mas como uma sobreposição destes por sua força, sem que haja um primeiro termo de origem.

2.c) A Arqueologia do Saber (As Palavras e as Coisas, 1965-1967).

Neste livro Foucault irá também se posicionar no interior da contenda mais marcante do pensamento francês da época: a que opunha estruturalistas e fenomenólogos. Ainda que o privilégio concedido à história distancie-o do perfil de um estruturalista clássico, e que a sua idéia de estrutura se aproxime mais da de Georges Dumézil do que da de Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan, é do lado destes que Foucault irá se perfilar. Irmana-se a estes ao negar o privilégio do conceito de homem ("apenas um rosto a se desvanecer na areia") e de sujeito em prol de um sistema de linguagem pura (1966-B, p.32), ou *ser da linguagem*. As diferenças com relação ao entendimento do que seja esta linguagem pura, e o privilégio da história se tornarão mais latentes no próximo subperíodo, e o estruturalismo inicial de Foucault cederá à sua negação, como ocorre com várias de suas alianças ao longo de seus trabalhos.

Neste texto será proposta uma nova trama conceitual. Teríamos de um lado os *saberes*, ou os conjuntos de enunciados que são possíveis dentro de uma época (anteriores a qualquer legitimação científica), e por outro, aquilo que subjaz arqueologicamente a estes, a *épistémè*, que fornece uma lógica ou uma estrutura congruente a todo este conjunto de saberes. A *épistémè*, com suas características de profundidade e globalização (cf. Machado, 1982-A, pp. 149-150), refere-se à *condição de possibilidade histórica* de um conjunto de saberes aparentemente

dispersos num período, nutrindo-os como o seu "húmus" (Canguilhem, 1970). Esta "experiência pura da ordem e de seus modos de ser" (Foucault, 1966-A, p.10) é o que permite se pensar numa *estrutura histórica* (por mais contraditório que seja este termo) dos saberes, como, por exemplo, a *representação*, enquanto *épistémè* do período clássico, dada na tomada dos objetos através da relação de signos, analisando-os, ordenando-os e classificando-os, como é próprio da história natural, análise das riquezas e gramática geral dos séculos XVII e XVIII. Em oposição a esta lógica taxonômica com fundamento divino, a modernidade através das ciências empíricas (biologia, economia e filologia) penetraria mais além das superfícies semióticas, se aprofundando no volume dos corpos, escavando um objeto até então inusitado: o homem enquanto ser histórico e finito, uma vez que vivo, falante e produtor de valores. Este mesmo homem que, de objeto empírico, é reduplicado em fundamento transcendental pela filosofia, desbancando Deus e fechando em torno de si um círculo, que Foucault denominará antropológico. Círculo em que o homem ganha duplo estatuto de ser transcendental e empírico, fonte do *cogito* e limite impensado deste, retorno e recuo de toda origem. Neste círculo, a filosofia crítica de Kant, que buscava separar entre um nível empírico e outro transcendental, será esquecida. É deste modo que o círculo antropológico, de efeito da negatividade das práticas nas fases anteriores do pensamento foucaultiano, torna-se *épistémè*, condição de possibilidade dos saberes modernos, como a psicologia e as demais ciências humanas¹⁰.

Com as mudanças na análise da modernidade, muda também o *a priori* histórico da psicologia, estabelecendo-se em Foucault uma segunda hipótese quanto à gênese deste saber. É deste modo que a psicologia, como as ciências humanas, reduplica o homem como objeto empírico no homem como ser transcendental, através da *representação* (ressuscita-
"

Lebrun (1985) vislumbra uma continuidade entre estas duas possibilidades, em que a alteridade continua a se manifestar pelo impensado, que passa a ser transformado de positivo em negativo pela filosofia.

da da idade clássica) numa consciência. Reduplicação, uma vez que o homem como fundamento já seria, por sua vez, uma duplicação filosófica do homem escavado como objeto empírico pelas ciências empíricas (biologia, economia e filologia). Este quadro reduplicado das Ciências Humanas é configurado através de um triedro (incluindo aqui também os modelos formais das matemáticas). Assim, na psicologia, o que se encontra reduplicado é o transcendental positivista da norma, que por si já é a duplicação da análise empírica da função em biologia. Mas é perfeitamente possível se pensar uma psicologia nos duplos da economia (conflito e regra) ou da lingüística (significação e sistema). Ciências empíricas (ou do homem), filosofias antropológicas e sistemas formais constituem os eixos do triedro moderno em que a psicologia, junto com as ciências humanas, ocupará o volume interno (Foucault, 1966-A, pp. 450-451). Em função desta minuciosa descrição da *epistémè* moderna, é que Canguilhem (1970, pp.146-147) comparará analogicamente o que foi a *Crítica da Razão Pura* para as Ciências Naturais, com o que pôde ser *As Palavras e as Coisas* para as Ciências Humanas.

Além destas considerações presentes em *As Palavras e as Coisas*, Foucault, numa curiosa entrevista a Alain Badiou (Foucault, 1965, p. 440), define a psicologia como uma Ciência Humana singular, uma vez que em oposição às demais: como ciência da alma em oposição à fisiologia; como ciência do indivíduo em oposição à sociologia; e como ciência da consciência em oposição às filosofias de Nietzsche e Schopenhauer, oposição esta mais decisiva, e que reaglutina todo o campo das ciências humanas em torno da noção de inconsciente (mas ainda dentro do círculo antropológico). Ressalta também o aspecto normativo da psicologia, tal como será deslindado no período genealógico: "Toda psicologia é uma pedagogia, todo deciframento é uma terapêutica, você não pode saber sem transformar" (op. cit., p. 444). De igual modo ressalta a importância de Dilthey na definição das ciências humanas em oposição às ciências naturais, e em torno da hermenêutica, "técnica [...] que não tem cessado de existir no mundo ocidental desde os primeiros gramáticos gregos, dentre os exegetas da Alexandria, dentre os exegetas cristãos e modernos"(op.cit., pp. 446-447). Curiosa hipótese sobre a gênese das

Ciências Humanas (e da Psicologia) sob as graças da hermenêutica, que começará a ser desenvolvida quinze anos mais tarde no período dos estudos sobre o cuidado de si.

A psicanálise tem aqui a sua fase de elogio máximo. Forma junto com a etnologia e a lingüística (pontas de lança do estruturalismo na época), as *Contraciências Humanas*, que dissolvem o ser humano em suas análises:

Em relação às 'ciências humanas', a psicanálise e a etnologia são antes 'contraciências'; o que não quer dizer que sejam menos 'racionais' ou 'objetivas' do que as outras ciências, mas sim que as abordam contra a corrente, reconduzindo-as ao seu suporte epistemológico e que não cessem de 'desfazer' este homem que nas ciências humanas faz e refaz a sua positividade (Foucault, 1966-A, pp. 492).

Contudo, na entrevista concedida a Alain Badiou, Foucault (1965) volta a situar a psicanálise e a interpretação no mesmo Círculo Antropológico em que se encontra encerrada a psicologia experimental. Mais ainda: toda a Psicologia bem como as Ciências Humanas se encontrariam redefinidas pela noção de inconsciente: ela redefiniria velhos problemas, como as oposições *indivíduo X sociedade* e *alma X corpo*, dissolvidas em prol do conceito de *psyché* (op.cit., p.441). Aqui a psicanálise e a psicologia situam-se do lado da exegese e da hermenêutica, e em oposição à literatura e à loucura, posicionadas no âmbito da semiologia (Foucault, 1965, pp. 442-443). Se no primeiro caso a linguagem é buscada como uma interpretação última, na semiologia ela é tomada no vazio de suas leis.

Balançando ainda mais o pêndulo referido por Derrida, Foucault, em um outro texto da mesma época, *Nietzsche, Marx e Freud* (Foucault, 1964-B), sustenta que este trio de pensadores se irmana ao tomar a interpretação a partir da infinitude, da violência, da falta de um referente primeiro e de um interpretante. A interpretação, presente aqui como uma estranha fusão entre o domínio dos saberes e o da língua-

gem, visível numa "região entre a loucura e a pura linguagem" (op. cit., p.27) marca o vazio da linguagem com que a psicanálise dialogará. A interpretação terá seu espaço privilegiado no pensamento foucaultiano da próxima subfase, sob o nome de discurso. Mas a psicanálise não mais: o pêndulo será paralisado no seu ponto mais distante.

2.d) *Período de transição: a Arqueologia dos enunciados*
(*Arqueologia do Saber, A Ordem do Discurso, 1968-1970*)

Morey (1996, p.17) descreve *Arqueologia do Saber* como um livro possuidor de uma metodologia ficcional inteiramente escrita em condicional, que não se aplica a nenhum outro livro seu. Daí o equívoco de Dreyfus e Rabinow (1995) em julgar o seu fracasso teórico deste texto como tendo conduzido à genealogia. Pelo contrário, podem ser vistas características antecipadoras da genealogia se forem comparadas as características dos discursos com a subseqüente *analítica genealógica do poder*. Da mesma forma com que o *poder* procederá na genealogia, os discursos se impõem como unidade de análise, se propondo na sua materialidade, dispersão, raridade e força irruptiva a substituir as antigas unidades tradicionais da análise. Daí a recusa às grandes unidades da linguagem como *espírito, sujeito, autor* (não seriam mais fundamentos, mas funções variáveis e complexas do discurso), *obra e escrita* (meras substitutas das noções anteriores), *objeto, área temática, método, estilo e conceito* (formados através das regras das formações discursivas), *significado, frase, proposição e estrutura* (meros produtos da monarquia do signifiante). Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1970, pp. 60-70) define pela primeira vez a sua tarefa como genealógica, ainda que não se refira à analítica dos poderes: ela diria respeito ao exame dos discursos em sua dispersão, descontinuidade e regularidade; enfim, em seu poder de afirmação, próprio de um positivismo feliz.

Os discursos constituem objetos que sintetizam características dos *saberes* e do *ser da linguagem* (nesta época praticamente desaparecem os textos sobre linguagem literária), e que, por outro lado, antecipam as

características dos poderes na sua força, materialidade e dispersão Seguindo formulação da *A Arqueologia do Saber* (1969), o discurso é composto por enunciados, que são regulados em sua dispersão por *formações discursivas*. Quando um conjunto de enunciados se singulariza em torno de uma formação discursiva, tem-se uma *positividade*, que é própria de um saber; *positividade* esta que não é necessariamente científica, mas que pode até vir a sê-lo em função de seu limiar. Se a *Arqueologia do Saber* privilegia a descrição dos elementos do discurso e sua regulação, a *Ordem do Discurso* (1970) trata dos seus riscos e restrições, a fim de "conjurar o discurso em seu zumbido" (op.cit. p. 50). Se os *riscos do discurso* podem ser *externos* (poder e desejo) ou *internos* (acaso e acontecimento), os *sistemas de exclusão* também o são *externos* (proibição da palavra, segregação da loucura e vontade de verdade) e *internos* (comentário, autor e disciplina), além dos *mecanismos de restrição* (ritual, sociedade de discurso, doutrina e apropriação social do discurso), que visam selecionar os *sujeitos/temas*". O mesmo tema irá nortear seu primeiro curso no *Collège de France* (1997-A), em que opõe a *Vontade de Saber* (discursiva) à *Vontade de Verdade*. Chega também a afirmar como alvo de exame as relações do *discursivo* com o *não-discursivo*, ou *práticas sociais* (Foucault, 1971). Mas não determina os modos de relação, nem ainda realiza uma analítica do poder. Por isto tudo se trata de um período de transição, o canto de cisne da arqueologia.

Nesta trama conceitual, a psicologia não é alvo de grande novidade em sua abordagem, a não ser na sua consideração como efeito da *Vontade de Verdade* no interior do campo discursivo (conferir a *Ordem do Discurso*, 1970), ou da sua história enquanto descrição genética sempre retomada criticamente, em oposição à descrição epistemológica, formal e dedutiva das matemáticas (Conferir *Sobre a Arqueologia das Ciências*, 1968-A, p.46). Quanto à psicanálise, cessa a aliança própria dos meados desta década. Surge a figura dos *instauradores da discursividade*, englobando Marx e Freud, a fim de dar conta de uma

" Trata-se de um jogo de palavras possível na língua francesa, uma vez que o termo *sujet* usado por Foucault, se refere tanto a sujeito quanto a tema.

relação específica de autoria nas Ciências Humanas (*O que é um autor?*, 1968-B). Esta idéia, já presente desde *Nietzsche, Marx e Freud* (1964-B), aponta para uma figura de autor diversa das Ciências Naturais, em que nestas a presença de um nome, como por exemplo no Teorema de Tales, aponta apenas para uma homenagem. Neste caso, o ato de fundação do autor pertence a um mesmo conjunto de transformações lógicas que este sistema sofrerá ao longo do tempo (Foucault, 1968-B, p.61). Dentre os *instauradores de discursividade*, ao contrário do que ocorre nas Ciências Naturais, o retorno a um autor aponta para uma volta, ao mesmo tempo legitimadora (não se trata apenas de uma homenagem) e diferencial, escavando no texto vários outros discursos possíveis: "a instauração de discursividade é heterogênea em relação às suas transformações ulteriores" (op. cit., p.62). Aqui a fundação se encontra, pois, em relação de retração ou excesso com relação aos desenvolvimentos subseqüentes. Segue-se daí que a validade dos discursos subseqüentes não se encontra pertinente em relação à sua estrutura ou normatividade intrínseca, mas ao próprio apelo aos instauradores. É este reexame contínuo, franqueado pela discursividade, que se permite a contínua releitura de Marx e Freud, mas jamais de Galileu e Newton.

3- Foucault genealogista (década de setenta)

O objeto postulado, os poderes não são mais do que a tradução para o campo da práticas sociais das propriedades dos discursos: materialidade, dispersão, força irruptiva e raridade. É deste modo que Foucault propõe uma nova analítica do poder, de natureza bélica, de resto oposta à liberal e à marxista, ambas baseadas no binômio contrato-opressão (conferir Foucault (1976-D, p. 175). Assim, não haveria um único poder que emana de cima, do Estado, propriedade de uma classe (a burguesia), atuando por razões econômicas, e operando apenas no sentido repressivo, ou quando muito, produzindo ideologia, ou falsa consciência. Tal leitura do poder de cunho econômico-jurídico, própria do poder soberano, não reconhece uma multiplicidade de poderes que se espalham por todas as direções

da sociedade (trata-se de uma rede sináptica, de capilaridades), ao modo de lutas contínuas e sem sujeito, situadas nas relações, entre os corpos, podendo ser aglutinadas ou não por um Estado ou por uma classe social, não apenas reprimindo, mas principalmente produzindo saberes, desejos e estados corporais, e gerando resistências e contra-poderes. Esta nova analítica do poder (Foucault recusa o termo teoria) aponta para outra matriz, distinta da liberal-marxista, ao apontar a guerra como modelo. Parafraseando Clausewitz: "A política é a guerra prolongada por outros meios" (op. cit., p.176). Na relação com tal configuração do poder se instala um novo papel do intelectual, não mais na enunciação de caminhos e direções a serem seguidas, mas na problematização das relações de poder atuais e destruição das evidências a elas ligadas, para tal se engajando em torno de lutas locais (em oposição ao intelectual global), inventando novos mecanismos de resistência, e buscando sancionar e dar voz aos contra-poderes (conferir Foucault, 1972).

O sentido da genealogia pode ser visto em um esmiuçar, de modo cada vez mais detalhado as formas de poder: das *formas jurídicas* (a *medida*, o *inquérito* e o *exame*) passa-se à separação entre os poderes *soberano* (baseado na lei) e *disciplinar* (baseado na norma), e daí à subdivisão deste entre uma *biopolítica* (sobre populações) e uma *anátomopolítica* (sobre indivíduos); ambos fariam parte da *biopoder*. O *poder pastoral*, proposto no final dos anos setenta, reúne todas as propriedades do *biopoder* (individualizador e coletivizante), modificando contudo a noção de poder, vista não mais do ponto de vista da guerra contínua, mas a partir da *governamentalidade*. Estes deslocamentos e esmiuçamentos na analítica dos poderes determinarão as subfases deste período. Nestas serão enunciadas hipóteses diversas sobre a gênese da psicologia, da psicanálise e das ciências humanas, que irão se desdobrando conforme os poderes postulados. As psicologias e as ciências humanas vão ser vistas se produzindo e se reproduzindo neste amálgama de poderes. Mas de todos estes saberes nenhum terá tan-

to destaque quanto à psicanálise. De uma crítica parcial no início do período, ao se alinhar às teses do *Anti-Édipo* de Giles Deleuze e Felix Guacari, Foucault passa no final da década a tomar a psicanálise como alvo principal de suas problematizações, questionando inicialmente o dispositivo da sexualidade, e em seguida, já no período seqüente, a hermenêutica do desejo. A dobradiça citada por Derrida se moverá na direção de um fechamento das portas à psicanálise.

3.a) *As Formas Jurídicas (A verdade e as formas jurídicas, 1971-1973)*

O primeiro modo em que a questão do poder é tematizada se dá através da relação entre as modalidades jurídicas historicamente determinadas e as formas de verdade. Relacionar aqui o poder e a verdade não possui o tom de denúncia, a ser concluída na busca de desenlace entre os termos. Neste aspecto, a verdade não é um objetivo a ser atingido, mas um objeto a ser estudado. É deste modo que a *Medida*, como modo grego de justiça, engendra o Conhecimento Matemático; o *Inquérito*, gerado na Idade Média serve de parâmetro para as Ciências da Natureza; e o *Exame*, produzido na Modernidade, conduz às Ciências Humanas (cf. Foucault, 1997-B). Em outros textos como *A verdade e as formas jurídicas* (1973-C) e *Vigiar e Punir* (1975-A), Foucault não trata da *Medida*, mas da *prova*, ou justa entre os homens, em que a justiça e a verdade eram decididas por intervenção da graça divina, tal como se procedia na Antigüidade. De todas as formas de verdade, as Ciências Humanas são as que menos se distanciam de sua estrutura jurídica de origem.

É desta forma que "o *exame*, meio de fixar ou de restaurar a norma, a regra, a partilha, a qualificação, a exclusão" é visto como a "matriz de todas as psicologias, sociologias, psiquiatrias, psicanálises, em suma, do que se chama, ciências do homem" (Foucault, 1997-B, p. 20). As demais hipóteses que se seguirão neste período serão um aprofundamento desta. Contudo, cabem as referências à psicologia como um quinto poder, numa sociedade em que até o poder político passa a

ter função terapêutica (Foucault, 1973-B)¹². Trata de igual modo (1997C, p.42-43) do surgimento do sujeito psicológico no século XIX, como efeito de uma nova física do poder, marcada por uma ótica (em que o panoptismo é o maior símbolo da vigilância constante), uma mecânica (disciplina da vida, do tempo, das energias) e uma fisiologia (normalização por intervenções corretoras).

Quanto à psicanálise, Foucault endossa de início as teses de O *Anti-Édipo* de Deleuze e Guatari, num prefácio à edição americana (1973-A). Aqui, um dos três adversários da nova concepção desejante arrolada no *Anti-Édipo* são: "Os deploráveis técnicos do desejo — os psicanalistas e semiólogos que registram a cada signo e cada sintoma e que gostariam de reduzir a organização múltipla do desejo à lei binária da estrutura e da falta" (op. cit., p.198). A crítica nitidamente endereça-se a Lacan. Mas o ataque fundamental à psicanálise é feita em uma palestra *A Casa dos Loucos* (Foucault, 1975-B), em que a psicanálise é considerada como uma das formas iniciais de *despsiquiatrização*, ou quebra da relação entre o poder e a verdade sobre o louco que o psiquiatra propaga no espaço asilar. Contudo, o esforço de despsiquiatrização da psicanálise se revelaria incompleto, pois se por um lado o poder de enunciar a verdade cede ao silêncio do analista, por outro, a reclusão se recodifica no poder médico ritualizado na cena analítica. Aqui retoma-se uma velha tese presente na *História da Loucura* da psicanálise como ampliadora dos poderes médicos. Das tentativas de *despsiquiatrização*, ou quebra desta equação verdade-poder, promovidas pelas psicocirurgias, psicofarmacologia, psicanálise e antipsiquiatria, somente a última romperia este teorema por completo (op. cit., pp.125-126), uma vez que não recodifica nem o saber nem o poder psiquiátrico na sua destituição do espaço asilar. É neste sentido que a antipsiquiatria se impõe enquanto *contra poder* e modo de questionamento do saber médico.

¹² Esta idéia será retomada em *Vigiar e Punir* (1975-A, pp. 20-25), quando Foucault vai estudar a psicologização do delito, em que a alma, e não mais o corpo, passa a ser o alvo da intervenção jurídica (no exame, diagnóstico e correção). Caso exemplaré a relação do crime com a loucura: se num primeiro momento esta era o limite da punibilidade, num segundo momento ela se torna a essência daquele.

3. b) *Normatização e disciplina (Vigiar e Punir, 1973-1975)*

Aqui, os poderes passam a ser repartidos entre duas grandes modalidades: a *Soberana*, de onde derivam todos os pressupostos clássicos da concepção jurídico-econômica de poder, e a *Disciplinar*, donde se legitimam os poderes das Ciências Humanas, da Medicina e Psiquiatria, e seu respectivo modo de saber, qual seja, o *Exame*¹³. Se a forma Soberana opera conforme o critério da *Lei*, a Disciplina atua conforme o princípio da *Norma*, de natureza biológica e vital. O poder soberano representa um instrumento da monarquia no combate aos poderes feudais, substituindo a guerra pelo tribunal, pelo litúrgio judiciário, fazendo reaparecer o direito romano nos séculos XIII e XIV (Foucault, 1976B, pp.24-25). Posteriormente a burguesia passa a usar este modo de poder jurídico calcado no direito para dar forma às trocas econômicas, e em seguida, pôr em xeque a própria monarquia (op. cit., p. 25). Este modo de poder, em que através da lei se atua por decretos e enunciados sobre uma realidade representada como código inflexível, apresenta alguns inconvenientes: se mostra descontínuo (o castigo esporádico e exemplar), com malhas largas (por onde operaram o contrabando e a pirataria), oneroso (freando o fluxo econômico através de impostos sucessivos, por exemplo) e rígido (na interpretação cabal da lei).

A disciplina, por outro lado, tem sua origem em dois modelos de controle dos indivíduos (conferir Foucault, 1975-A, pp. 173-174): o da peste (de esquadrinhamento de uma população) e o da lepra (exclusão). Esta nova forma de poder representa uma malha mais fina e flexível do poder, atuando sobre os corpos em ação, ordenando-os ao longo do tempo e do espaço, e visando extrair deles o máximo de docilidade e utilidade. Para tal, opera uma distribuição dos indivíduos em um espaço fechado (hospitais, casernas, fábricas, por exemplo),

¹³ "O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los, e por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder" (Foucault, 1974, p. 1 07).

controlando o seu tempo, através de um sistema de vigilância (em que o *Panopticum* é o caso exemplar na medida em que permite o máximo de visibilidade de todos sem ser visto), e produzindo um saber administrativo, que mais tarde gerará as ciências humanas (Machado, 1982-B, pp. XVII-XVIII). Não se trata mais de um "controle-repressão", mas de um "controle-estimulação" (Foucault, 1975-C, p.147). Surgem novos atores do poder, zeladores da norma, separando o anormal do normal como o joio do trigo: professores, juizes, psiquiatras, médicos e psicanalistas (Foucault, 1979-B, p.54). Os indivíduos são o seu alvo e efeito por excelência: "o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu" (Foucault, 1976-A, p. 183-184). É deste modo que a prisão cria o delinqüente, o hospício produz o doente mental, e a confissão e as ciências humanas inventam o indivíduo em sua verdade (Machado, 1982-B, pp.XIX-XX).

O caso exemplar desta ciranda dos poderes é a história das punibilidade, tal como descrita em *Vigiar e Punir* (1975-A). Se no período clássico, sob a égide do Poder Soberano, predominavam os suplícios, que se abatiam sobre os corpos desde o momento da suspeita até a condenação (não havia a separação absoluta entre investigação e punição), numa métrica perfeita da vingança contra a quebra da Lei, tomada como injúria ao corpo do soberano; na alvorada da modernidade, erguem-se as "vozes humanistas" contra o excesso de violência da justiça. Contudo, mais do que bons sentimentos, o que os reformistas vão buscar é um dispositivo mais eficiente de controle do delito, que atinja mais as representações dos não-infratores através de punições exemplares do que simples vinganças aos infratores. Mais do que reparação ou vingança, a punição deve ter fim educativo, e visar um efeito global. Contudo, no momento em que estas reformas se impunham na virada para o século XIX, começa a se disseminar sem qualquer teorização prévia, as prisões. A novidade é que, estas,

visam produzir não efeitos no corpo, mas na "alma" dos delinquentes, observá-la, descrevê-la, corrigi-la: "alma, prisão do corpo" (op. cit., p.32). A prisão aqui atua como um dispositivo disciplinar de normatização autônomo, e mesmo a par da justiça, com todos os seus mecanismos de recompensa e punição. Tributados menos pelo crime do que pela conduta do preso neste espaço. Daí todos os mecanismos de observação e todos os saberes daí derivados.

A psicologia, como toda Ciência Humana, é produzida através do *Poder Disciplinar* e pela *normalização* (1975-C, pp.150-151), em que a história das prisões é apenas um dos casos. Ou ainda, no confronto do *Poder Disciplinar* com o *Poder Soberano*, como é sugerido em *Soberania e Disciplina* (1976-A, pp. 189-190). Trata-se aqui da quarta hipótese foucaultiana. Como as prisões são os objetos privilegiados de análise do *Poder Disciplinar* nesta subfase, encontramos na genealogia destas vários elementos para entender a sua irrupção. Em primeiro lugar, como já destacado na subfase anterior, a psicologia e as demais Ciências Humanas são tributárias das práticas de exame. A se acrescentar aqui, um processo de maior individualização dos examinados no regime *disciplinar*, de modo diverso do regime soberano, onde a individualização se manifestaria nas camadas superiores :

O momento em que passamos dos mecanismos históricos-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida, o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (op. cit., pp.171-172).

Do surgimento uma maneira mais específica, Foucault vai tentar demonstrar que estas práticas disciplinares são tão importantes para o surgimento da psicologia, quanto à mensuração dos limiares diferenciais das sensações, legitimada pela Lei de Weber. O que garantiria uma caução científica e jurídica no seu poder de atuação sobre os corpos:

menos usar a autoridade dos prestígios da fisiologia nascente e que a este título merece constar na história dos conhecimentos. Mas os controles da normalidade eram, por sua vez, fortemente enquadrados por uma medicina ou uma psiquiatria que lhes garantiam uma forma de "cientificidade"; estavam apoiados num aparelho judiciário que, de maneira ou indireta lhes trazia caução legal.. (op. cit., p. 259).

A psicanálise, por outro lado, é cotejada na deriva histórica que constitui os saberes e práticas psiquiátricas. Inicialmente, ela é vista como constituída "contra um certo tipo de psiquiatria (a da degenerescência, da eugenia, da hereditariedade)", desempenhando, especialmente em países como Brasil, "um papel libertador" (Foucault, 1975-C, pp. 150). Isto, contudo, não teria um sentido elogioso à psicanálise, pois não se excluiria aqui seus "efeitos que entram no quadro de controle e da normalização" (op. cit., pp. 151). Nem aboliria outras relações mais profundas com conceitos e experiências psiquiátricas. É o que se pode encontrar no curso proferido no *Collège de France* no período de (1974-1975), *Os Anormais*. Neste curso, Foucault (1975-D, pp. 349-350) opera duas genealogias da psiquiatria em que o conceito de instinto se colocaria como chave. De um lado teríamos, a masturbação infantil, considerada verdadeira pandemia no século XVIII, que demarcaria a sexualidade na base de diversas doenças e que instruiria uma série de racionalizações no espaço familiar. Por outro, encontraríamos o impasse surgido pela presença dos "crimes imotivados", cujo autor não podia ser classificado em um quadro de demência clássica. Este impasse entre o sistema judiciário e o alienismo clássico encontraria a sua solução no conceito de instinto, enquanto um conjunto de automatismos que irromperiam em circunstâncias bastante especiais. Tal conceito, cuja base se encontraria na experiência de possessão (op. cit., pp. 282-283), faz com que a psiquiatria se desloque do "eixo consciência-delírio" para o eixo "inconsciente-automatismo" (op. cit., p. 179), promovendo uma ampliação dos poderes de gerência da psiquiatria na direção dos aparatos judiciário e familiar. Um dos exemplos da

reunião destas duas genealogias, pode ser encontrada na *Psychopathia Sexualis* de Heinrich Kaan, que, em 1844, bem antes do surgimento da psicanálise propõe um instinto sexual na base de diversas patologias (op. cit., p. 353). É nesta genealogia dupla do conceito de instinto na psiquiatria, que se pode enxergar um duplo efeito contemporâneo, a eugenia e a psicanálise:

E, finalmente, a psiquiatria do século XIX vai se encontrar, nos últimos anos desse século emoldurada por duas grandes tecnologias, vocês sabem, que vão bloqueá-la de um lado e dar-lhe novo impulso de outro. De um lado a tecnologia eugênica, com o problema da hereditariedade, da purificação da raça e da correção do sistema instintivo dos homens por uma depuração da raça. Tecnologia do instinto: eis o que foi o eugenismo, desde seus fundadores até Hitler. De outro lado, tivemos, em face da eugenia, a outra grande tecnologia dos instintos, o outro grande meio que foi proposto simultaneamente, numa sincronia notável, a outra grande tecnologia da correção e da normalização da economia dos instintos, que é a psicanálise. A eugenia e a psicanálise são essas duas grandes tecnologias que se ergueram, no fim do século XIX, para permitir que a psiquiatria agisse no mundo dos instintos (op. cit., p.167).

3.c) *O Biopoder (A Vontade de Saber, 1975-1977)*

Foucault postula neste período uma terceira forma de poder. Se o *Poder Disciplinar* (ou *anátomo-política*) produz os indivíduos através do exame com fins de normalização, instruindo as Ciências Humanas, a *Biopolítica*, fará surgir em meados do século XVIII as populações (grupos de indivíduos governados por leis biológicas), por meio de tecnologias de saber (como a Estatística) empreendidas pelos órgãos administrativos dos Estados europeus, visando disciplinar o coletivo e dele extrair sua máxima utilidade. O saber a ser produzido por esta biopolítica torna-se condição de possibilidade das Ciências Sociais. A reunião destas duas formas de poder constituiria o *Biopoder*. Para dar conta da arqueologia da psicanálise, vinculando-a a um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas sobre a sexualidade, Foucault

de igual modo cria a noção de *dispositivo*. Este não seria nada mais do que o conjunto heterogêneo, a rede em que se enlaçariam o discursivo e o não-discursivo (não se vê aqui mais o saber e o poder como unidades segregadas), com relações de funções vicariantes e intercambiáveis entre as partes (um discurso pode ser um programa, um ocultamento ou a reinterpretação de uma certa prática), e visando responder a uma determinada demanda histórica (Foucault, 1977, p.244).

A psicologia não se encontra enredada nesta nova malha conceitual. Ela sai de cena mediante o ataque que passa a ser promovido em direção à psicanálise. É como se a psicologia não fosse mais um adversário à altura. Em *A Vontade de Saber* (1976-C) é lançado o primeiro grande ataque de Foucault à psicanálise, atrelando-a ao *dispositivo da sexualidade* e ao dispositivo anterior a este, o *confessional da carne*, de origem cristã. Contrariando a hipótese repressiva da qual a psicanálise se julga libertadora, o dispositivo de sexualidade se estabelece na associação do sexo como a nossa verdade mais cara, rendendo um misto de interdição e falatório. Deste ponto de vista, a psicanálise pouco possuiria de original. Esta argumentação será melhor esmiuçada no que se segue.

De início a psicanálise é criticada em sua concepção de poder. Se, por um lado, alguns psicanalistas como Jacques Lacan e Melanie Klein, ao contrário de Freud e Reich, não mais opõem instinto, desejo ou pulsão ao poder, pensando-os todos em relação complementar, por outro lado, sua concepção de poder permanece ainda atrelada ao modelo jurídico da soberania, tomando-o como lei, proibição, ou regra, tal como os etnólogos ainda fazem (Foucault, 1976-B, pp.23-24, 41). Como será visto, este vínculo não é gratuito, pois um dos modos com que a psicanálise se liga ao dispositivo da sexualidade é atrelando-o ao da *aliança*, de cunho soberano: "sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens" (Foucault, 1976-C, p. 100). Ligação com o *Poder Soberano*, mas de igual modo com a *Bio-política*, reguladora de populações, e a *Anátomo-política* individualizante: se no corpo-indivíduo, o controle pela normalização do sexo visa coibir o dispêndio sem finalidade

procriativa, no corpo-espécie, a regulação tem como alvo a prole saudável e a gestão da população (Ribeiro, 1993, pp. I 83). Pareia-se o sexo com a saúde, tomando-se esta como um valor a fim de zelar por sua pureza.

Contudo, em *A Vontade de Saber* (1976-C), Foucault vai mais além, remetendo o sexo a um dispositivo (o da sexualidade), que finca longas raízes na história e tem na psicanálise um de seus últimos ramos. Mezan (1985, pp. 103-104) delinea a estratégia deste livro em quatro pontos: 1) mostrar a falsidade da *hipótese repressiva* da sexualidade alardeada pela psicanálise como sua suposta supressora; 2) assinalar que na verdade há uma explosão discursiva que vem desde a *pastoral cristã da carne* (anterior ao século XVIII e ao dispositivo da sexualidade); 3) estabelecer a continuidade entre este regime eclesial e o científico atual; 4) demarcar a psicanálise como um dos efeitos deste movimento (e não a ruptura revolucionária com relação ao cristianismo, à sexologia, ou à psiquiatria)".

Conforme já destacado, o conceito central deste texto, que articulará em rede todas estas pretensões, é o de dispositivo da sexualidade. Será novamente Mezan que nos guiará na heterogeneidade inerente a este conceito, relacionando-o às quatro causas aristotélicas: "Matéria: A sexualidade. Forma: A confissão. Função: Fixar a sexualidade sobre o sistema [dispositivo] de alianças [ou de parentesco, de natureza soberana]. Finalidade: estabelecer uma tecnologia diferenciada do sexo para uso das elites" (op.cit., p.98). Contudo, a marca mais notável e surpreendente deste dispositivo visando estranharmos o que se mostra presente é o pareamento que ele produz entre sexo e verdade: "o que aconteceu no Ocidente que faz com que a questão da verdade tenha sido colocada em relação ao prazer sexual? Esta é a minha questão desde a

¹⁴ Esta longa arqueologia de Foucault, que lançará uma longa linha contínua da psicanálise até o cristianismo primitivo, despertará diversas críticas por parte dos psicanalistas, como a de incompreensão de suas noções fundamentais (inconsciente, pulsão, e mesmo sexualidade). Contudo, o tipo de crítica que mais diretamente se volta contra o dispositivo foucaultiano é a que diz respeito ao seu continuísmo, estranho a um pesquisador que sempre enalteceu as rupturas históricas. É nesta linha de raciocínio que se manifestam Mezan (1985, pp. 113-116) e Miller (1988).

História da Loucura (Foucault, 1977, p.258). Neste esquema em que, através da sexualidade não se fabrica prazer, mas verdade" (op. cit., p.262), a psicanálise gozaria atualmente de largo privilégio: "Ela nos promete, ao mesmo tempo, nosso verdadeiro sexo e a verdade de nós mesmos que vela secretamente nele" (Foucault, 1978-A, p.4).

Este *dispositivo da sexualidade*, que nutre como húmus, tem em sua história uma longa linha de continuidade. Se o *dispositivo da sexualidade* surge no século XVIII, antes havia o *dispositivo da carne*, que se lança no tempo em direção ao cristianismo primitivo, à confissão e ao processo de direção da consciência. São estes processos que permitem o acoplamento da verdade ao sexo: "Por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito" (Foucault, 1977, p.264). O que muda precisamente no século XVIII, na passagem do dispositivo da carne ao da sexualidade, é o investimento de natureza médico-científica dos discursos, em detrimento do eclesiástico, mas ainda mantendo-se o esquema confessional, que atrela o sexo à nossa primeira e mais íntima verdade. Como a psicanálise se enreda neste *dispositivo da sexualidade*? Passemos a palavra a Foucault (1976-C, p. 122-123):

Vimos que ela [a sexualidade] desempenha vários papéis simultâneos neste dispositivo: é mecanismo de fixação da sexualidade sobre o sistema da aliança; coloca-se em posição adversa em relação à teoria da degenerescência; funciona como elemento diferenciador na tecnologia geral do sexo. Em torno dela, a grande exigência de confissão, que se formara a tanto tempo, assume um novo sentido, o de injunção para eliminar o recalque.

É deste modo que a sexualidade, afastada do modelo biológico da degenerescência, reencontra o da lei, através do desejo. E assim a soberania pode ser vista no seio da sexualidade, por intermédio da lei que a regula como poder negativo de interdição na figura do Pai/Rei (Ribeiro;1993, p.185). De igual modo, este *dispositivo da aliança* reativado pela

psicanálise é congruente ao da *pastoral da carne*, mas com uma inversão: se na *pastoral da carne*, a lei impunha à carne uma armação jurídico-legal, na psicanálise a sexualidade anima as regras de aliança, saturando-as de desejo. São enfim estes os três vetores que animam o dispositivo da sexualidade sobre o qual se ergue a psicanálise: a) dispositivo da Aliança, b) *pastoral da Carne*, e c) referências médico-jurídicas da Sexualidade. Em outros termos, poderes soberanos, disciplinares e biopolíticos.

3.d) *A Governamentalidade e o Poder Pastoral* (Período de transição, 1978 -1979)

Para além do *Biopoder*, Foucault começa a estudar no final dos anos setenta a *governamentalidade*, ou o governo enquanto gestão (de saúde, higiene, natalidade e raças) das populações, movimento surgido no século XVI. A *Governamentalidade* se cristaliza entre nós como *Racionalidade de Estado*, que é a doutrina repartida entre uma *Razão de Estado*, que busca determinar as especificidades do governo, e a *Polícia*, enquanto conjunto de objetivos, objetos e instrumentos do Estado a fim de controlar homens e riquezas. Foucault irá pôr esta *Racionalidade de Governo* em contraste com diversos elementos: com o que a antecede e se opõe, a *Arte de Governar Soberana*; com o que a sucede e se opõe, o *Liberalismo*; e com o seu associado enquanto condição de possibilidade dos Estados modernos, o *Poder Pastoral*.

Antes da *Racionalidade Governamental* existia o que Foucault chama de *Arte de Governar Soberana*, tendo como um de seus principais representantes Maquiavel, e sendo baseada no reforço de poder do príncipe, expresso na proteção apenas da extensão territorial. Como reação essa *Arte de Governar*, surge a partir do século XVI uma série de manuais que irão lhe contrapor objetos de atuação, objetivos e estratégias políticas diversas: tem-se como alvo a gestão de riquezas e homens em diferentes níveis de governo que se implicam mutuamente, seja o de si (moral), o da família (economia), e o do Estado (política). Esta exposição da razão de governo em seu estado nascente segue a linha de

manuais como os de Guillaume de La Perrière. Mas esta racionalidade não se coloca de modo puro no interior das práticas de governo na época. A razão de governo, expressa inicialmente no mercantilismo e no cameralismo, se encontra entrelaçada com a soberania. O que desbloqueia, desenlaça e libera esta nova *governamentalidade* é a explosão demográfica da população do século XVII na Europa. Com isto, a família deixa de ser modelo de governo e se torna instrumento de intervenção; a população transforma-se em alvo e instrumento para o governo; e a economia, de governo das famílias, torna-se um modo racional de intervenção e controle, ou um nível singular de realidade, uma vez que a soberania se veja superada (cf. Foucault, 1978-B, pp.280-281).

Quanto ao *liberalismo*, este é visto como uma prática, e não uma ideologia, uma teoria, ou mesmo uma representação. E esta prática é a de sempre pôr a governabilidade em questão, seja em nome da sociedade, ou ainda do mercado, não sendo, portanto, um movimento apenas doutrinário. Do mesmo modo que a *governamentalidade* para a soberania, o liberalismo se valeu de início dos recursos da razão de governo como o sistema parlamentar e as políticas econômicas para se expressar (Foucault, 1997-D, pp.93-94). Contudo, uma das principais escolas liberais, a de Chicago, chega a inverter o processo: o mercado não é apenas um instrumento crítico do governo, mas a própria como racionalidade que regularia outros domínios sociais, como a família, a natalidade, a delinquência e a política penal (op. cit., p.96).

Contudo, o elemento mais fundamental nesta correlação com a *Racionalidade do Estado* é o *poder pastoral*, enquanto condição de possibilidade da *governamentalidade*. Dando um imenso salto histórico para trás em direção à Antiguidade, Foucault constata que o tema do pastorado é oriental (judaico, egípcio, assírio e mais tardiamente cristão), jamais dando conta do modo político operado na Grécia clássica. O poder pastoral, de origem mais hebraica e propagado pelo cristianismo nascente seria demarcado pelas seguintes características: 1) o pastor exerce o poder sobre um rebanho e não sobre uma terra; 2) o pastor reúne, guia e conduz o seu rebanho (basta que o pastor desapareça para

que o seu rebanho se disperse); 3) o papel do pastor é garantir a salvação de seu rebanho, cuidando de cada indivíduo dia após dia; 4) a relação do pastor para com o seu rebanho é de devotamento; tudo o que ele faz está voltado para o bem de seu grupo (Foucault, 1979-A, pp. 80-81). Este dispositivo pastor-rebanho combinado com o da cidade-cidadão dará ensejo aos Estados Modernos, em seu poder, ao mesmo tempo coletivizante e individualizante.

Esta reaglutinação dos poderes conduz a uma nova analítica diversa da produzida nos períodos anteriores. No artigo *O sujeito e o poder* (1982A), Foucault promove uma série de diferenciações com relação ao tema do poder, bem diversas do modelo belicista que sustentou ao longo da década de setenta: o poder terá na liberdade a sua condição de exercício. De início (op. cit., pp.240-242) o poder é diferenciado do domínio das *capacidades objetivas* (trabalho, técnica e transformação do real) e da *comunicação*. Estes três domínios se entrelaçam em blocos, que são denominados *disciplinas* (eis aqui mais um deslocamento conceitual de Foucault). A disciplinarização nada mais seria que o ajuste mais controlado entre estes três domínios. De igual modo, distingue o poder do *consentimento* (transferência de direitos ou liberdades) e da *violência* (mera ação ou domínio sobre corpos); o poder seria ação sobre sujeitos ativos sem qualquer constrangimento. O poder não seria, pois, da ordem do *afrontamento*, mas do governo, estruturando o campo de ação dos demais indivíduos. Nem seria por outro lado, a *propriedade do Estado*, mas o resultado da interação de diversos grupos (op.cit., pp.243-244). De igual modo o poder não se identifica com o *confronto*, ainda que este encontre o seu termo na codificação de uma relação de poder; a história das lutas pode ser traduzir na história dos poderes e vice-versa (op. cit., pp.248-249).

A partir destas diferenciações, a nota mais marcante do poder é a sua existência em ato, dada na mera ação (ou conduta tanto no sentido de comportamento como de conduzir) dos sujeitos uns sobre os outros, e supondo a liberdade destes expressa na sua possibilidade

60

Foucault e a Psicologia

de resistência (op. cit., pp. 234, 243). Deste modo a liberdade se coloca numa relação complexa com o poder, tornando-se sua

condição e suporte, ao mesmo tempo que dependente dele

para a sua existência em ato (op. cit., p.244). Nesta relação biunívoca entre liberdade e poder se aloja pois, a resistência. É deste modo que em textos como *Omnes et Singulatim* (1979-A, pp.98-99) é sugerido o questionamento da racionalidade dessa forma específica de poder que é o pastoral. No caso, a crítica seria voltada ao seu principal sucedâneo, a *Racionalidade do Estado*, em seus aspectos totalizante e individualizante. Somente deste modo é que se pode afrontar esta estranha figura, o Estado, que obtém sua força do suplemento de vida que ele mesmo fornece e retira de seus indivíduos. Seria preciso combater pois os seus efeitos individualizante e totalizante ao mesmo tempo, e não de modo separado

Que lugar tem a psicologia e a psicanálise neste esquema? Estas, como as demais ciências humanas e sociais tem que ser combatidas, uma vez que tem sua condição de possibilidade no seio do poder pastoral, ou da *governamentalidade* (reunindo aquele poder e a Razão de Estado). Seria a quinta hipótese foucaultiana sobre a gênese da psicologia, considerando os saberes individualizantes e coletivizantes: "E, em vez de um poder pastoral e de um poder político mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma 'tática' individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores" (Foucault, 1982-A, p. 238). A *governamentalidade* aponta não só para o governo dos outros, mas também para o governo de si que, somado à sexualidade como objeto da verdade de si, gera o *cuidado de si* como objeto do próximo trabalho de Foucault. A questão passa a ser descobrir como um governo de si transformou-se numa verdade de si, própria do cristianismo.

Foucault e a Psicologia

61

4- A Ética de Si Foucaultiana (*O Cuidado de Si & O Uso dos Prazeres*, 1980-1984)

Como tema principal desta rede conceitual se impõe a *Ética*, ou *Cuidado de Si*, ou *Tecnologias de Si*, ou ainda, o modo como nos

constituímos sujeitos. Nunca é demais destacar que este tema, por sua historicidade nada tem a ver com a moderna pesquisa do sujeito como sede necessária e universal do conhecimento. Contudo a constituição deste tema histórico em Foucault possui também uma história. Pode-se dizer que Foucault passa do *indivíduo examinado* na genealogia ao *sujeito-sujeitado* do Poder Pastoral, chegando ao *sujeito governante de si* nesta fase. Este tema do sujeito surge no final dos anos setenta, na confluência entre a *governamentalidade de si* (e não mais dos outros) com o da *sexualidade*, enquanto verdade de si. Nos textos iniciais desta fase (de 1980 a 1982), a sobreposição não sintetizada entre sexualidade e *governamentalidade* é bem patente, gerando este conceito não completamente integrado, que é o de subjetividade¹⁵. Somente nos anos finais deste período (1983-1984) é que Foucault transformará este governo de si, em que a sexualidade é apenas um de seus possíveis alvos, e a verdade um de seus possíveis modos, em ética. Poder-se-ia pensar numa subdivisão em dois períodos menores nesta fase *subjetivo-ética* do pensamento de Foucault em função da renomeação e singularização do objeto de pesquisa, mas os últimos anos (1983-1984) nada mais são do que uma organização sistemática da pesquisa dos primeiros anos da década (1980-1982).

Se a pesquisa da subjetivação tem que ser distinta das abordagens epistemologizantes, a *ética* tem que ser separada do levantamento dos atos e códigos morais. Estes códigos ou agem determinando os atos que são permitidos e proibidos, ou atuam apenas determinando o valor de uma conduta possível. De caráter meramente proibitivo ou prescritivo, teriam permanecido quase os mesmos desde a antiguidade, regulando a frequência sexual, as relações extraconjugais e o sexo com os jovens

Foucault sob pseudônimo de M. Florence (citado por Morey, 1996, p.21) esclarece o que ele entende por subjetividade: "Se trata de uma história da 'subjetividade', se entendemos esta palavra como o modo em que o sujeito faz a experiência de si em um jogo de verdade em que está em relação consigo". Contudo, em outros textos, a subjetivação transforma-se mais adiante em apenas "uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si" (Foucault, 1984-C, p.137).

(Foucault, 1983, p. 265; 1984-C, p.131). A *ética*, ao contrário, diz respeito ao modo de relação consigo mesmo (conferir Foucault, 1983, pp.254; 262-263). E seria composta de quatro elementos: a *substância ética* (aspecto do comportamento que se encontra ligado à conduta moral: pode ser a *aphrodisia* grega, a carne ou desejo dos primeiros cristãos, a sexualidade moderna, a intenção kantiana ou ainda os sentimentos), os *modos de sujeição* (formas pelas quais as pessoas são chamadas a reconhecer suas obrigações morais: pode ser uma lei natural, uma regra racional, a ordem cosmológica etc.), o *ascetismo* ou *prática de si* (meios ou técnicas utilizados para nos transformarmos em sujeitos éticos, como a hermenêutica cristã), e, por último, a *teleologia* (em que visamos nos transformar no contato com a moral: sujeito político ativo ou portador de uma bela existência conforme os gregos, sujeito purificado de acordo com o cristianismo, ou ainda o indivíduo autêntico para nós).

Considerando estas categorias éticas, Foucault redelineia o seu projeto de uma História da Sexualidade (nome inadequado dentro dos novos propósitos), demarcando novos períodos neste *cuidado de si*. A partir daí é possível vislumbrar uma *ética grega clássica*, tendo como substância a *aphrodisia* (mais centrada na saúde e na alimentação do que sobre o sexo), a sujeição como *estético-política* (levando a que o indivíduo busque um auto-governo de modo equilibrado como uma obra de arte), impondo, dentre as técnicas, a *contemplação ontológica de si* (trata-se de uma contemplação ontológica e não psicológica, pois o que estava em mira era a alma na universalidade das Idéias contempladas) e, como teleologia, a *maestria de si* (*a techne tou biou*); uma *ética greco-romana* (correspondendo à antiguidade tardia), mantendo a mesma substância do período anterior, mas tendo como sujeição a imagem do *ser humano racional e universal* (o que não implica a presença de uma verdade no sujeito, mas o conhecimento do mundo e de sua verdade, transmitida através da escuta e da memorização da palavra do mestre), o surgimento de várias *técnicas de austeridade* (como a interpretação dos sonhos, o exame de consciência, e a escrita de si; todas estas enfocando o que se faz e não o que se pensa) e tendo como finalidade um maior

domínio de si (que não visa mais o governo dos outros através da política, mas o governo de si enquanto ser racional, buscando uma maior independência do mundo e a preparação para a morte); uma *ética cristã*, tendo com substância a *carne* (enquanto ligação entre corpo e alma, conforme termo inventado por São Paulo e retomado por Santo Agostinho), um modo de sujeição *religioso ou legal* (a lei divina), através de uma técnica de autodecifração *hermenêutica*, e visando teleologicamente a *pureza* (e seu corolário, a castidade) e a *imortalidade* em um mundo além. Apesar de Foucault não tratar de modo direto, poderia ser pensada uma *ética moderna*, a partir de algumas modificações da ética cristã, como a substituição do aspecto *religioso* pelo *científico* (mas ainda se mantendo o *legal*) quanto ao modo de sujeição, e a *autenticidade* ou *afirmação do eu* como *thelos*, onde se buscava a sua purificação e recusa, além da proposição de novas substâncias éticas, como os *sentimentos* e as *intenções* (Conferir Foucault, 1983, p.263).

A partir deste balizamento, desenvolve-se uma hipótese clara sobre a gênese das psicologias (apesar de Foucault ter como alvo mais a psicanálise): elas seriam oriundas de uma forma de subjetivação cristã, a hermenêutica de si, que seria alvo do exame do quarto volume não concluído da *História da Sexualidade: As Confissões da Carne*. Não há mais referência ao sexo, ou do *dispositivo da sexualidade*. Para Goldman (1998, p.98), esta mudança se deve à primazia naturalizante do desejo tanto dentro do enfoque psicanalítico (como falta e lei), quanto do micropolítico de Deleuze e Guattari (como positividade e produção). Como em ambos os casos o sexo seria um caso particular, não privilegiado do desejo, a genealogia muda de objeto (ainda que o alvo central de Foucault continue a ser a psicanálise). A proximidade com nossa subjetivação psicologizada se daria na manutenção com poucas modificações de uma substância ética (o desejo), e de um modo de sujeição (a hermenêutica, visando o constante exame e confissão dos pensamentos mais recônditos) oriundos dos primeiros cristãos. As diferenças podem ser vistas na teleologia (a purificação ou a virgindade como finalidades cristãs) e na negação do eu própria dos primeiros cristãos. Ao contrário desses,

nós, modernos, constituímos um novo eu na sua vigilância e afirmação constantes através de uma ascese científica (e também legal e religiosa): "Desde o século XVIII até o presente, as técnicas de verbalização têm sido reinsertadas em um contexto diferente pelas chamadas ciências humanas para ser utilizadas sem que haja renúncia ao eu, mas para construir positivamente um novo eu" (Foucault, 1982-B, p. 94).

As Ciências Humanas, junto com a importância hegemônica do *sujeito do conhecimento* em filosofia, e com a educação cristã massiva proporcionam um predomínio atual do "conhecimento de si". (Foucault em sua Conferência de Toronto em 1982, citado por Morey, 1996, p. 37). Em oposição a este culto de si, a história nos oferta outros modos de subjetivação, como a estética da existência greco-romana, que não possui qualquer valor propositivo que não o de abolir as investiduras universalizantes de decifração do nosso eu:

No culto de si da Califórnia, devemos descobrir o verdadeiro si, separá-lo daquilo que deveria obscurecê-lo, aliená-lo; decifrar o verdadeiro reconhecimento à ciência psicológica ou psicanalítica, supostamente capazes de apontar o que é o verdadeiro eu. Portanto, não apenas não identifico esta antiga cultura de si com aquilo que poderíamos chamar de culto californiano do si; eu acho que são diametralmente opostos (Foucault, 1982-A, p.270).

Que alternativas se impõem a esta hermenêutica de si que vinga do cristianismo primitivo até os dias de hoje, especialmente nos *saberes psi*? Foucault neste período reservará ao intelectual o papel de destruidor das evidências, através do estranhamento do modo como nos constituímos sujeitos na atualidade, apontando para tal outros modos de subjetivação ao longo da história, como a *estética da existência* greco-romana, sem constituir-los como modelos para nós mesmos. A base para este pensamento será buscada na filosofia de Immanuel Kant, mas não através das suas grandes *Críticas*, e sim a partir de um pequeno trabalho

de 1874 denominado *Was ist Aufklärung?* (O que é o Esclarecimento?). Foucault detecta que, ao mesmo tempo que Kant delimita suas próprias questões que irão conduzir a uma crítica do conhecimento, ou a uma *analítica da verdade*, por outro lado, ele irá problematizar a própria atualidade de sua tarefa crítica, abrindo uma reflexão sobre a história em sua atualidade, ou uma *ontologia do presente*, inédita até então. Se a primeira tarefa diz respeito a uma crítica transcendental, a segunda abre a possibilidade da crítica histórica, visando identificar o que nos é dado como universal e o que nos resta como contingente e arbitrário

A finalidade deste processo seria a constituição de uma nova forma de liberdade, nem propositiva nem essencial ao homem (utópica), mas ao sabor das flutuações históricas: sabermos que sempre podemos ser outros, estranhar os nossos personagens mais atuais. Esta seria a *nova liberdade heterotópica* trazida por Foucault para a filosofia segundo John Rajchmann (1987), e base para uma possível *psicoterapia genealógica*, de acordo com Hubert Dreyfus (1990, pp.227-229), considerando as ressonâncias de Foucault com os trabalhos existenciais de Maurice Merleau-Ponty, Martin Heidegger e Ludwig Biswanger. É por fim esse estranhamento de si que Foucault propõe como alternativa mais potente ao modo de subjetivação hegemônico marcado pela hermenêutica de si, que persiste desde o início da cristandade. Enfim, o que ele nos aponta é a possibilidade não de nos acoplarmos a uma verdade, mas lançarmo-nos numa deriva de estranhamentos de si, intensificando numa escala menor o descolamento que a história já nos revela numa escala maior.

5- Conclusão: resumo das contribuições de Foucault para uma Genealogia & Arqueologia da Psicologia e da Psicanálise

O desenlace desse levantamento na obra de Foucault permitirá algumas rápidas conclusões. As seis hipóteses foucaultianas quanto à origem da psicologia poderiam ser circunscritas à três temas:

A) O surgimento do *homem* como sujeito e objeto de um saber, seja em função dos avessos de suas práticas ou de sua *negatividade essencial* (primeira hipótese), seja como representação no *círculo antropológico*, via reduplicação do *empírico/transcendental, cògito/impensado, recuo/retorno à origem* (segunda hipótese).

B) O surgimento do *indivíduo* como objeto de conhecimento e controle em função da *prática jurídica do exame* (terceira hipótese), ou do *poder disciplinar*, em contraste (ou não) com o *poder soberano* (quarta hipótese), ou ainda do *poder pastoral* (quinta hipótese).

C) O surgimento do *sujeito* ético através do *cuidado de si greco-romano*, que se desloca no cristianismo para um *conhecimento* (hermenêutica) *de si*.

As abordagens sobre a psicanálise, quando esta é diferenciada da psicologia, dizem respeito a alianças e distanciamentos críticos. No que tange às alianças, todas ocorrem no período pré-arqueológico e arqueológico (anos cinquenta e sessenta):

A) A psicanálise é a única dentre as psicologias a considerar o homem em sua *negatividade inerente*, e a tratá-lo, portanto, não como um objeto natural, mas sim como um provedor de significações (período pré-arqueológico).

B) A psicanálise se dá conta do *esoterismo estrutural da linguagem*, de sua auto-implicação e ausência de um termo primeiro na interpretação (daí ela ser infinita). Por apontar para a linguagem em seu vazio, ela dissolve o homem como fundamento, instalando-se como *contra-ciência humana* (arqueologia do olhar e dos saberes).

C) A psicanálise, ou mais especificamente, Freud, produz uma nova relação de autoria enquanto *instaurador de discursividade*, uma vez que seus textos são recobertos diferencialmente por vários outros que buscam legitimação em sua assinatura (arqueologia dos discursos). Ainda que não se trate propriamente de um elogio, não é uma problematização.

Quanto às críticas:

A) A psicanálise produz uma *despsiquiatrização relativa*; ainda que liberte o discurso do louco de sua verdade, fortalece o poder médico (arqueologia da percepção e genealogia das formas jurídicas).

B) A psicanálise, ainda que nos "liberte" da repressão e do modelo biológico do sexo, se engaja no *dispositivo da sexualidade* (no entrelaçamento do biopoder com o poder disciplinar), que por sua vez é tributário do *dispositivo de aliança* e da *pastoral da carne* (sistemas de poder soberanos).

C) A psicanálise liga-se à *hermenêutica de si cristã* enquanto modo de sujeição de nossos desejos, como substância ética.

Se a psicanálise não parece se favorecer do conceito de homem e de seu círculo antropológico, ela tem ampla participação na invenção da noção de indivíduo e de sujeito entendido como interioridade a ser decifrada e revelada.

Bibliografia

- CANGUILHEM, G. Muerte del hombre o agotamiento del Cogito. In: *Analisis de Michel Foucault*. Tiempo Contemporaneo, Buenos Aires, 1970.
- DERRIDA, J. Fazer justiça à Freud. In: *Foucault: leituras da história da loucura*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- DREYFUS, H. L. Foucault et la psychothérapie. In: *Revue internationale de philosophie*. Vol. 44, n- 173, 1990.
- _____. & RABINOW, P. *Foucault: uma trajetória filológica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995.
- FOUCAULT, M. Introduction a Le Rêve et le existence (L. Biswanger). In: DÉFERT, D. & EWALD, F. (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto escrito em 1954).
- . La psychologie de 1850 à 1950. In: DÉFERT, D. & EWALD, F. (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto escrito em 1957-A).

- _____. La recherche scientifique et la psychologie. In: DEFERT, D. e EWALD, E (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto escrito em 1957-B).
- . Préface, in Foucault, (M.), Folie et Déraison. Histoire de la folie à l'agê classique. In: DEFERT, D. e EWALD, F. (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (prefácio retirado em 1972, mas escrito junto com o corpo da tese em 1961-A).
- . *A História da Loucura*. Perspectiva, São Paulo, 1978 (tese de doutorado defendida em 1961-B).
- _____. Préface à la transgression. In: DEFERT, D. e EWALD, E (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto publicado em 1963-A).
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1980 (livro originalmente publicado em 1963-B).
- _____. Préface à la transgression. In: DEFERT, D. e EWALD, E (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto publicado em 1963-A).
- _____. La folie, l'absence d'oeuvre. _____ In: DEFERT, D. e EWALD, E (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (texto publicado em 1964-A).
- _____. *Nietzsche, Marx e Freud*. Princípio, São Paulo, 1987 (conferência originalmente pronunciada em 1964-B).
- _____. Psychologie et Philosophie. In: DEFERT, D. e EWALD, E (Orgs.). *Dits et Écrits*. Gallimard, Paris, 1994 (entrevista publicada em 1965).
- . *As palavras e as coisas*. Portugalia, Lisboa. (livro originalmente publicado em 1966-A).
- . Entrevista com Madeleine Chaspal. In: PRADO, E. C. *Estruturalismo—Antologia de texts*. Portugalia, Lisboa, 1968 (Entrevista publicada em 1966-B).
- . Sobre a arqueologia das ciências. In: NEVES, L.F.B. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Vozes, Petrópolis, 1971 (texto originalmente publicado em 1968-A).
- . O que é um autor? In: *O que é um autor?* Vega-Passagens, Lisboa, 1992 (conferência pronunciada em 1968-B).
- . *Arqueologia do Saber*. Vozes, Petrópolis, 1972. (livro originalmente publicado em 1969).
- . *A ordem do discurso*. Loyola, São Paulo, 1996 (aula inaugural no Collège de France pronunciada em 1970).
- . Entrevista com Michel Foucault. In: ROUANET, S.P. *O homem e o discurso*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1971.

_____ Os intelectuais e o poder. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (debate publicado em 1972).

_____ . O Anti-Édipo: Uma introdução à vida não facista. In: *Cadema de Subjetividade*. Número especial, 1996 (resenha inicialmente publicada em 1973-A).

_____ . Foucault, o filósofo está falando: pense. In: *Extensão* vol. 2, n-1, 1992 (depoimento publicado em 1973-B).

_____ . *A verdade e as formas jurídicas*. Nau, Rio de Janeiro, 1996 (conferências pronunciadas em 1973-C).

_____ . O nascimento do hospital. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (conferência pronunciada em 1974).

_____ . *Vigiar e Punir*. Vozes, Petrópolis, 1977, 1ª edição (livro originalmente publicado em 1975-A).

_____ . A casa dos loucos. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (artigo publicado em 1975-B).

_____ . Poder - corpo. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (entrevista publicada em 1975-C).

_____ . *Os anormais*. Martins Fontes, São Paulo, 2001 (Curso proferido em 1975-D).

_____ . Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (aula pronunciada em 1976-A).

_____ . As malhas do poder. In: Barbárie n- 4/5, 1981/1982 (conferências pronunciadas em 1976-B).

_____ . *História da Sexualidade 1. A vontade de Saber*. Graal, Rio de Janeiro, 1977 (livro originalmente publicado em 1976-C).

_____ . Genealogia e poder. In: MACHADO, R. (org.) *Microfísica do poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (aula pronunciada em 1976-D).

_____ . Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (debate publicado em 1977).

_____ . O Verdadeiro Sexo. In: BARBIN, H. *O diário de um hermafrodita*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983 (apresentação originalmente publicada em 1978-A).

_____ . A governamentalidade. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982 (aula pronunciada em 1978-B).

_____ . Omnes et singulatim. In: MOREY, M. (Org.). *Tecnologias del yo*. Paidós/ICE - UAB, Barcelona, 1996 (curso de 1979-A).

_____ . O Poder e a Norma. In: KATZ, C. S. (Org.) *Psicanálise, poder e desejo*. Ibrapsi, Rio de Janeiro,

1979-B.

_____ . O Sujeito e o Poder. In: DREYFUSS, H. & RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault na trajetória filiaofica*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995 (artigo publicado em 1982-A).

_____ . Tecnologias del yo. In: MOREY, M. (Org.) *Tecnologias del yo*, Paidós/ICE - UAB, Barcelona, 1996 (conferências pronunciadas em 1982-B).

_____ . Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUSS, H. & RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault na trajetória filiaofica*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995 (entrevista publicada em 1983).

_____ . *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Graal, Rio de Janeiro, 1984-A.

_____ . *História da sexualidade 3. O cuidado de si*. Graal, Rio de Janeiro, 1984-B.

_____ . O retorno da moral/ entrevista com Gilles Barbedette e André Scala. In: ESCOBAR, C. H. (Org.) *O Dossier*. Taurus, Rio de Janeiro, 1984-C.

_____ . 1970 - 1971: A vontade de saber. In: FOUCAULT, M. *Resumo da cursa*. Zahar, Rio de Janeiro, 1997-A.

_____ . 1971 - 1972: Teorias e instituições penais. In: FOUCAULT, M. *Resumo da cursa*. Zahar, Rio de Janeiro, 1997-B.

_____ . 1972 - 1973: A sociedade punitiva. In: FOUCAULT, M. *Resumo da cursa*. Zahar, Rio de Janeiro, 1997-C.

_____ . 1978 - 1979: Nascimento da biopolítica. In: FOUCAULT, M., *Resumo da cursa*. Zahar, Rio de Janeiro, 1997-D.

GOLDMAN, M. Objetivação e Subjetivação no último Foucault. In: CASTELO BRANCO, G. & NEVES, L. E. B. (Orgs.). *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro & Londrina, Nau & CEFIL, 1998.

GROS, E. *Foucault et la* PUF, Paris, 1997.

LEBRUN, G. Transgredir a finitude. In: RIBEIRO, J. R. *Esquecer Foucault*. Brasiliense, São Paulo, 1985. In: RIBEIRO, J. R. *Esquecer Foucault*. Brasiliense, São Paulo, 1985.

MACHADO, R. *Ciência e Saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault*. Graal, Rio de Janeiro, 1982-A.

_____ . Por uma genealogia de poder. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica de Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1982-B.

_____ . *Foucault, a filiaofia e a literatura*. Zahar, Rio de Janeiro, 1999. MACHEREY, P. Nas origens da história da loucura: retificação e limite. In: RIBEIRO, J. R. *Esquecer Foucault*. Brasiliense, São Paulo, 1985.

- MEZAN, R. Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise. In: RIBEIRO, J. R. *Esquecer Foucault*. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- MILLER, J.-A. Michel Foucault et la psychanalyse. In: *Michel Foucault philosophe*. Seuil, Paris, 1989 (encontro internacional realizado em 1988).
- MOREY, M. Introducción. IN: MOREY, M. (Org). *Tecnologías del yo*. Paidós/ICE – UAB, Barcelona, 1996 (3a. edição)
- PÉLBART, P. *Da clausura do fora ao fora da clausura*. Loucura e desrazão. Brasiliense, São Paulo, 1989.
- RAJCHMANN, J. *Foucault: a liberdade da filiaofia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- RIBEIRO, E Uma genealogia da psicanálise. In: *Arquiva Brasileira de Psicologia*. VOL 45, n- 1 / 2. Rio de Janeiro, 1993.

PARA UMA ARQUEOLOGIA DA PSICOLOGIA (ou: para pensar uma psicologia em outras bases)

Kleber Prado Filho¹

Os historiadores das ciências têm, tradicionalmente, situado o nascimento da Psicologia² na passagem do século XIX para o XX, nos laboratórios de Wundt e James, construindo uma extensa linearidade histórica de desenvolvimento acumulativo do pensamento psicológico, que remonta a Sócrates (469-399), Platão (427-347) e Aristóteles (34-322), na Grécia Antiga, passando pelas concepções cristãs de Santo Agostinho (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274). Segue-se então o pensamento dos modernos — Hobbes (1588-1679), Descartes (1596-1650), Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), entre outros — até a transposição de um certo "limiar de cientificidade", que representa a passagem de uma psicologia pré-científica a uma Psicologia científica, quando esse campo de saber se disciplina e passa a operar dentro de uma regularidade científica. É como se esse pensamento contivesse em germe, já na sua "origem"³, uma "voca-

¹ Psicólogo pela PUC/MG, Doutor em Sociologia pela USP. Professor do Dept° de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

= O termo "psicologia" será empregado neste texto com diferentes sentidos:

— com inicial maiúscula - Psicologia - apontando para uma concepção mais tradicional de psicologia, objetivista, estritamente científica, com pretensões unitárias, universalistas, que existia no momento do seu nascimento como ciência, mas não hoje; — no plural — psicologias - indicando uma posição mais contemporânea, que admite a possibilidade de convivência, não sem conflitos e contradições, de uma pluralidade de psicologias, apontando para toda uma diversidade de objetos, métodos e práticas;

— e no singular, com inicial minúscula — psicologia -, em sentido não-marcado, querendo indicar uma psicologia em particular ou nenhuma delas em especial. Referência à crítica de Foucault à busca das "origens históricas" — veja a "Introdução" de *A arqueologia do saber* (Op. Cit.).

ção"⁴ científica, uma intenção de ser ciência, e progredisse teleologicamente em direção à realização desse projeto – não sem acidentes!

As várias concepções que surgem ao longo desse extenso trajeto proposto pelas histórias tradicionais da Psicologia apontam para figuras psicológicas – a "alma", relações entre alma e corpo, problemática da mortalidade C imortalidade, um certo jogo entre boa natureza e má natureza do homem, o primado da razão como "faculdade" humana, a "mente", a questão da subjetividade C objetividade, um certo estatuto do indivíduo: reflexão, liberdade e autonomia – que não apresentam ainda a densidade, a opacidade e a concretude de um objeto científico. O que equivale a dizer que essas figuras não oferecem visibilidade suficiente, carecem de precisão para serem reconhecidas como objetos num regime científico de produção de verdades.

Também não existe, ainda, ao longo de quase todo o século XIX, especificidade de práticas e técnicas psicológicas. Um campo disciplinado e articulado de conceitos, objetos, métodos e técnicas psicológicas funcionando em regime de regularidade científica forma-se somente na passagem ao século XX, dentro desse domínio maior – que lhe é contemporâneo – das Ciências Humanas. É essa transposição que permite acesso ao estatuto de ciência e faz nascer uma psicologia científica, conforme estudamos nos manuais de História da Psicologia.

Mas essa conquista não é pacífica: ao longo de todo o século XX, a Psicologia, que se multiplicou numa diversidade de psicologias concorrentes, recebeu críticas quanto à falta de uma unidade de campo, objetos e métodos, falta de um consenso, de um paradigma, além dos questionamentos que persistem quanto à visibilidade e concretude dos objetos, quanto ao problema da interpretação, da imprecisão dos métodos, da falta de bases sólidas para a afirmação de verdades científicas, o que a coloca como uma ciência duvidosa, que necessita todo o tempo afirmar e comprovar sua cientificidade. Juntamente com as outras Ci-

No sentido que Weber aplica o termo em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Op. Cit.), como "chamado" — em inglês: "calling".

medida que pode contaminar outros conhecimentos "mais sérios", "mais sólidos", leia-se: conhecimentos fundados empiricamente – basta ter em conta a conotação e aplicação negativa dos termos: "historicismo", "psicologismo" e "sociologismo"⁵.

A pergunta que não quer calar coloca em questão, todo o tempo, a cientificidade da Psicologia, o seu *status* de ciência – o que é um falso problema, segundo Michel Foucault, uma vez que o problema central da Psicologia, de todas as psicologias, assim como de todas as Ciências Humanas, não diz respeito a sua cientificidade, mas a sua disciplinarização, sua constituição como corpo disciplinado e disciplinar de saber, submetido a uma regularidade científica, ou a sua inserção na ordem do discurso moderno. É dessa perspectiva que se pretende analisar o nascimento desse campo disciplinar de saberes e práticas, o que justifica a proposta arqueológica desse texto, que implica uma crítica e deslocamentos em relação às narrativas históricas às quais estamos habituados.

Uma análise arqueológica, tal como proposta por Foucault, toma os discursos na sua exterioridade, buscando conhecer suas condições históricas de possibilidade. Considerando que eles são resultado da acomodação de camadas interpretativas, trata-se de fazer um corte transversal num campo discursivo para analisar os monumentos, as peças históricas ali encontradas e buscar compreender como elas se relacionam. Diferentemente de uma análise epistemológica, a arqueologia não julga verdades – não quer saber que proposições são verdadeiras ou falsas, qual discurso ou qual psicologia é mais verdadeira ou melhor –, ela se refere aos discursos enquanto produções históricas, aponta para uma economia discursiva. Importam a ela os enunciados, não no que têm de verdadeiro

⁵ O emprego desses termos sugere uma aplicação inadequada, distorcida, de método ou perspectiva — um "enviesamento do olhar". "Historicismo" remete a um inadequado uso do recurso à história por um discurso, assim como "psicologismo" sugere um certo exagero na aplicação de uma perspectiva psicológica, tendendo ao individualismo, e "sociologismo" aponta para um exagero no emprego de uma perspectiva social, excessivamente socializante.

ou falso, mas pelo seu poder de produzir realidades, sujeitos e objetos – como atos e jogos concretos de enunciação.

O estudo por ele empreendido em *As palavras e as coisas*, onde se pode ler uma arqueologia das Ciências Humanas, situa o ponto de emergência do conhecimento psicológico no mesmo tempo e espaço epistêmico das outras Ciências Humanas – se essas são as disciplinas que no final do século XIX tomam o homem concreto como seu objeto de conhecimento, "a região psicológica encontrou seu lugar lá onde o ser vivo, no prolongamento de suas funções, de seus esquemas neuromotores, de suas regulações fisiológicas, mas também na suspensão que os interrompe e os limita, se abre à possibilidade de representação". (Foucault, 1987[1], p. 372). Isso porque para ele a Psicologia é a Ciência Humana que trata do par ou da relação função C norma e, assim como outras Ciências Humanas, não encontra espaço próprio entre as ciências empíricas – aquelas que têm objetos palpáveis: a Biologia, a Economia e a Linguística –, constituindo-se nos seus interstícios, como disciplina de fronteira, também em relação às outras Ciências Humanas. Isso coloca em evidência as relações fundamentais do conhecimento psicológico com as disciplinas empíricas citadas – Biologia, Economia e Linguística –, além das suas ligações não menos importantes com a História, a Sociologia e a Antropologia, que ele prefere chamar de Etnologia.

O surgimento desse espaço epistemológico não significa, entretanto, a passagem de um estágio pré-científico à maturidade da Psicologia, mas indica uma ruptura epistêmica na história dos discursos, a passagem a uma outra ordem discursiva em que entram em jogo outros conceitos, objetos e práticas. Todas aquelas figuras psicológicas anteriormente referidas, tendo ou não *status* de objetos científicos, são figuras de discursos colocados em diferentes tempos históricos, em epistemes⁶

⁶ Os termos "episteme" e "epistêmico" aqui empregados referem-se ao conceito de episteme desenvolvido nas análises arqueológicas de M. Foucault, que diz respeito à historicidade dos modos de pensar ou aos modos de operação do pensamento em um tempo histórico e suas rupturas: muda o tempo, muda a sociedade, mudam os modos de pensar e operar o pensamento, mudam os regimes discursivos, muda a ordem do discurso.

vez que são expressão do discurso de um tempo, aquilo que é possível conhecer e falar a respeito do homem em um momento da história.

O próprio nascimento do homem no domínio do conhecimento é um acontecimento recente, datado, segundo Foucault, da modernidade – até então, tratava-se sempre de um "Homem" genérico, abstrato, de uma "natureza humana". No entanto, o homem concreto, em sua positividade, é uma figura do discurso moderno, posto como objeto das várias Ciências Humanas, e não apenas, mas colocado também, em todo o pensamento moderno como sujeito cognoscente, origem de todo conhecimento possível sobre as coisas. Equivale a dizer que o homem não esteve presente todo o tempo por detrás do pensamento Ocidental, à espreita de um triunfo – essa figura tal como hoje conhecemos é criação recente do discurso. E a Psicologia é essa Ciência Humana em que, por excelência, o homem se coloca no centro, nesse duplo lugar de objeto e sujeito do conhecimento, o que é um elemento complicador em termos da cientificidade dessa disciplina, considerando-se a finitude humana, os limites do homem, seus filtros ao conhecimento, tanto numa posição quanto noutra.

Em *Vigiar e punir*, onde, entre tantos outros projetos, se pode encontrar uma genealogia das práticas psicológicas, Foucault desloca o ponto de surgimento da Psicologia, dos laboratórios de Wundt e James na passagem ao século XX para os espaços de exclusão prisional que proliferam nas sociedades Ocidentais durante todo o século XIX, em que os sujeitos se encontram expostos a uma condição de visibilidade total, o que possibilita a observação exaustiva das suas condutas. A Psicologia seria, em seu nascimento, o resultado do cruzamento entre práticas de observação e registro dos aspectos significativos das condutas dos sujeitos expostos a essa visibilidade, que torna possível um saber sobre o homem. Nesse sentido, os conceitos e técnicas psicológicas não seriam decorrência de um refinamento progressivo de práticas de pesquisa, colocado na esteira de um aprimoramento sistemático e intenci-

onal do conhecimento psicológico, que vai sempre mais assumindo caráter científico, mas resultado de práticas bem visíveis de poder, sugerindo que a ciência psicológica não é resultado de um projeto gerenciado, nem nasce pronta – ela tem um nascimento pequeno, mesquinho, e anda por caminhos nem sempre científicos. Em outro texto, intitulado "Nietzsche, a genealogia e a história", Foucault nos convida a notar que "...o começo histórico é baixo." (Foucault, 1984, p. 18), e é o próprio Nietzsche quem afirma, no Prólogo a sua *Genealogia da moral*, que a cor da genealogia é cinza.¹

Isso aponta para o caráter disciplinar da Psicologia: para além da problemática da cientificidade – se é ou não ciência –, todo um corpo de conhecimentos e práticas sobre os sujeitos está se formando nesse momento, que é resultado do exercício de uma prática disciplinar no nível do saber e dos próprios indivíduos, que dá nascimento a um sujeito posto como objeto para uma disciplina do conhecimento. Portanto, deslocando o olhar do problema epistemológico da cientificidade, evidenciam-se as relações do discurso psicológico com uma certa microfísica do poder, com o biopoder e com as bio-políticas modernas.

Dessa perspectiva, a genealogia da psicologia levada a efeito na "história do nascimento das prisões" coloca em questão também, mais uma vez, as relações dessa disciplina com o problema da norma. Em *As palavras e as coisas*, a relação é tratada em termos do par função C norma, onde o conhecimento psicológico se encontra ligado à problemática do "ajustamento", sendo caracterizado como conjunto de saberes e práticas

Mais uma vez, a crítica de Foucault à busca das "origens históricas", agora no contexto da genealogia, onde ele se soma a Nietzsche na recusa à "solenidade das origens", argumentando que os acontecimentos históricos não são, no seu nascedouro, grandiosos ou solenes — eles se tornam grandes, emergem, ganham visibilidade, mas no seu começo são pequenos, mesquinhos, sem importância: baixos. E uma história genealógica não mostra paisagens ensolaradas e dias de céu azul; ela é cinza, uma vez que mostra as sombras, os lugares empoeirados, mofados, não visitados, assim como o trabalho do historiador genealógico, que folheia documentos antigos em uma biblioteca ou museu.

que se desdobra nas fronteiras do biológico com o social. Em *Vigiar e*

punir, a questão é remetida à produção dos sujeitos modernos: a separação, a marcação dos corpos, sua individualização e identificação, além da comparação entre indivíduos, que permite classificá-los. A Psicologia seria esse conhecimento técnico que serviria de suporte a uma prática de ordenamento e regulação social, delimitando estatisticamente faixas de normalidade, observando as condutas, remetendo cada indivíduo à norma, incluindo ou excluindo, marcando os normais e os diferentes pelo jogo das identidades e reconduzindo os desviantes. A partir de *Vigiar e punir*, podemos caracterizar a ciência psicológica como "disciplina da norma", no sentido de saber disciplinado e disciplinador, normatizante e normalizante⁸.

Isso possibilita pensar o lugar político da Psicologia em termos diferentes das análises habituais das suas relações com "o Poder", fazendo foco na sua relação com os poderes cotidianos e na sua própria visibilidade como forma reconhecida de poder social. Muito foram criticados, ao longo do século XX, os saberes e práticas psicológicas por sua solidariedade com o Poder (com inicial maiúscula) do Estado, das Instituições, do Capital, das organizações, das escolas e da própria família, constituindo lugar-comum a denúncia à Psicologia como instrumento auxiliar do Poder. No entanto, a posição dessa disciplina no jogo dos poderes modernos é bem mais relevante do que ser mero "coadjuvante do Poder": a Psicologia, juntamente com os outros saberes psi – Psiquiatria e Psicanálise –, compõe corpos – heterogêneos – de conhecimentos e técnicas de intervenção sobre a

⁸ Saber disciplinado e disciplinador enquanto disciplina científica que toma os sujeitos como objetos; saber normatizante, como conjunto de procedimentos técnicos e científicos que constroi médias e instrumentos comparativos entre sujeitos, delimitando margens e definindo limites de normalidade; e saber normalizante na medida em que age sobre os indivíduos, reconduzindo-os à norma.

subjetividade, conjuntos de saber-poder socialmente reconhecidos que operam sobre sujeitos como dispositivos normalizadores. E importa ainda, de uma perspectiva política e crítica, estar atento às relações entre saberes e práticas psicológicas com os pequenos poderes e relações cotidianas, em que os instrumentos da psicologia se tornam objetos de luta, de apropriação, e são aplicados por uns contra outros – porque, contemporaneamente, os recursos das várias psicologias são muito úteis nas relações entre os sujeitos e nas relações deles consigo mesmos. Isso pressupõe a quebra do monopólio dos psicólogos sobre o campo de conhecimento psicológico, supõe uma prática psicológica para além do poder dos psicólogos, uma psicologia que ganha as ruas, um discurso posto em circulação social.

O contexto histórico da emergência de um discurso psicológico de ordem científica é o do positivismo do final do século XIX, quando predomina o modelo clássico de ciência, centrado na observação, na experimentação, no empirismo e no indutivismo, apoiado em uma quantificação rigorosa. É, ainda, o momento de predomínio de uma perspectiva legalista de ciência – que se caracteriza pela busca de regularidades conforme "leis" imutáveis – que é objetivista, universalista, naturalizante, ahistórica e apolítica, em que impera o monólito da física newtoniana como ideal a ser atingido. Eram essas as regras do jogo da ciência nesse momento, e qualquer saber que pretendesse alcançar *status* de disciplina científica deveria submeter-se a tal regime de produção de verdades, porque o que caracteriza o conhecimento científico é justamente seu compromisso com a busca de verdades devidamente fundamentadas.

Durante muitos anos, ao longo do século XIX, esse conjunto de exigências, esse jogo de regras discursivas, impediu o acesso de qualquer tipo de saber sobre os sujeitos ao estatuto de ciência, mas é importante notar, no entanto, que estão se formando nessas sociedades, naquele momento, todo um conjunto dispar de saberes e técnicas sobre os sujeitos, nas oficinas e fábricas, nas escolas, nos manicômios e prisões, que são de ordem disciplinar e não tardarão a entrar em regime de regularidade científica – a questão da cientificidade é menos da ordem da produção e

comprovação de verdades do que da ordem dos jogos e regras do discurso.

Foi necessária, então, uma ruptura, abrindo-se uma brecha na episteme para que as Ciências Humanas fossem, cada uma a seu tempo, sendo admitidas – mesmo sob suspeita – no seleto clube do conhecimento científico, porque, a rigor, elas não são ciências empíricas, do mesmo modo que seus fenômenos não são passíveis de comprovação e repetição; a rigor, ainda, não são da ordem da objetividade nem da quantificação (apesar de tantos esforços empreendidos nesse sentido). Essa ruptura acontece no final do século XIX, mas irá implicar acomodações epistêmicas durante toda a primeira metade do século XX – esse é exatamente o momento em que o edifício clássico de ciência está sendo questionado e solapado, o que irá culminar com a quebra do seu monopólio no jogo discursivo e uma subsequente ascensão do pensamento relativista no pós-guerra, quando a posição das Ciências Humanas torna-se mais confortável. Recorrendo a Foucault, nota-se que essa abertura forçada de espaço para as Ciências Humanas nos domínios do discurso é mais normativa do que propriamente física, porque, se elas conquistam flexibilidades no nível das regras, que permitem a sua admissão no campo, o espaço que lhes resta é o das confluências e dos interstícios, permanecendo espremidas entre as filosofias, as ciências empíricas e uma região de matematização – por isso, disciplinas de fronteira, porque não têm um lugar próprio, formando-se nas imediações e em relação com outros campos de conhecimento.

Já em seu nascimento a ciência psicológica é dispar, desprovida de unidade e consenso, dividida entre objetos e métodos diversos. A psicologia que surge dos laboratórios de Wundt e James coloca-se como ciência experimental da mente ou da consciência, tomando como objeto os processos psicológicos conscientes: sensações, percepções, apercepção, raciocínios, capacidades, habilidades, destrezas, e virá servir de ponto de partida para os vários desenvolvimentos do cognitivismo ao longo do século XX, inaugurando

uma tradição predominante nesse mesmo período do conhecimento psicológico como ciência da consci-

ência⁹. Em termos de métodos, essa ciência experimental da mente utiliza-se da descrição introspectiva do fluxo de pensamento, do exercício da vontade, dos processos perceptivos e cognitivos, além de métodos sociais, de comparação cultural, de análise lógica, de observação e quantificação.

Nessa mesma paisagem epistêmica, porém marcando diferença em relação às posições de Wundt e James, surge, logo no início do século XX, o behaviorismo de Watson, proposto como ciência experimental do comportamento, portanto, deslocada do problema da consciência, mas mantendo o gosto pelo experimentalismo. Essa ciência do comportamento ocupa-se inicialmente das relações estímulo-resposta envolvidas nos processos de interação e adaptação ao meio, e é somente depois, com o behaviorismo radical de Skinner, que se passa a uma perspectiva mais integrada de comportamento, com o conceito de "operante". O behaviorismo é a psicologia mais próxima do modelo clássico de ciência – em que o projeto da ciência psicológica estaria mais acabado. No entanto, até por isso, nos faz pensar se esse modelo da ciência é o melhor para o saber psicológico, uma vez que a psicologia do comportamento conviveu ao longo de todo o século XX com críticas relativas ao seu caráter reducionista, elementarista, fragmentário, mecanicista e pragmático.

As psicologias que surgem até o final dos anos 1920 trazem o estigma do pensamento científico clássico, que é fragmentário, indutivista, quantitativista e positivista, e nascem sujeitas ao paradigma mecânico da

Essa caracterização do conhecimento psicológico deve ser entendida no contexto do debate da Psicanálise com as psicologias quando a primeira marca diferença em relação a todas elas quanto à definição de objeto, uma vez que os objetos da Psicanálise são o inconsciente e o desejo, diferentemente dos objetos das várias psicologias, que são quase sempre dimensões da consciência – segundo a crítica psicanalítica, toda psicologia é psicologia do ego, do *self*: psicologia da consciência. Isso, aliado às diferenças em termos de delimitação de campos e emprego de métodos, é suficiente para situar as psicanálises – no plural – em um território epistêmico diferente daquele no qual convivem as psicologias, que faz fronteira com ele, mas não é da mesma ordem. É nesse sentido que as psicanálises não entram nesta análise arqueológica: porque ela se refere às psicologias; as psicanálises têm sua própria história! Física newtoniana, como não poderia deixar de ser com qualquer saber com

pretensão ao estatuto de ciência nesse momento. Predominam no discurso psicológico no momento o pensamento funcionalista e um certo biologismo naturalizante – o conhecimento psicológico é ainda acrítico e está muito próximo das suas matrizes biológicas. Está sendo delimitado um domínio de conhecimento psicológico onde emergem objetos e se definem técnicas e métodos específicos. Correlativo desse domínio nasce também, naquele momento, um sujeito psicológico que reflete a falta de unidade do campo, desenhado como sujeito da consciência, sujeito da cognição, dotado de atributos e capacidades – desdobramentos do moderno sujeito da razão –, sujeito de motivos, em interação com o meio, sujeito que se comporta.

Nos anos 1930, o conhecimento psicológico liberta-se dos imperativos do modelo clássico de ciência, abrindo-se para outros modos de produção de verdades, dos quais a psicologia sócio-histórico-cultural de Vygotsky¹⁰ é um exemplo. Essa psicologia, fiel à tradição do materialismo-histórico, é crítica do funcionalismo psicológico individualista e burguês que imperava no Ocidente até então e produz uma extensa desnaturalização em relação a questões centrais para o saber psicológico, marcando diferença quanto ao pensamento biologizante: desnaturaliza os modos de constituição dos sujeitos, os processos de desenvolvimento e aprendizagem, a relação entre pensamento e linguagem, as próprias capacidades cognitivas dos sujeitos, suas "atividades psíquicas superiores". Toda a constituição dos sujeitos é jogada no social – nasce um sujeito de relação que é bastante diferente daquele do interacionismo, porque o materialismo histórico pressupõe o movimento dialético das relações.

Também o pensamento de Piaget está ganhando expressão nesse momento. Partindo de uma posição cognitivista, ao longo da sua ex-

É bom lembrar que, já na década de 1920, Vygotsky vinha construindo sua psicologia, mas seu trabalho apenas irá conseguir expressão fora da Rússia a partir dos anos 1930, praticamente após a sua morte precoce, sendo que, no Brasil, por conhecidas questões de ordem política, somente virá a entrar nos anos 1980.

tensa carreira intelectual, Piaget vai sendo inicialmente identificado como interacionista e, mais recentemente, na segunda metade do século XX, como construtivista, mostrando nada mais do que os avanços do cognitivismo durante o século passado até chegar as suas alianças contemporâneas com a neurociência e com as ciências tecnológicas voltadas ao desenvolvimento da inteligência artificial. Respeitadas as diferenças e distâncias entre eles, tanto Piaget quanto Vygotsky dedicaram-se ao estudo sistemático dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, trabalhando com crianças, fazendo da escola e da sala de aula ambientes de laboratório para pesquisa e produção de conhecimento. São anos de desenvolvimento da psicologia infantil e de exploração das fronteiras com a área de Educação.

As décadas de 1930 e 1940 são um tempo de descolamento do conhecimento psicológico em relação à Biologia e de uma conseqüente aproximação com as Ciências Sociais. No entanto – fazendo exceção a Vygotsky –, a concepção de social incorporada nesse momento é ainda muito bio-social, resultado da migração de alguns conceitos do campo da Biologia para os domínios das Ciências Humanas e Sociais que já estavam em andamento – a idéia de "meio": meio ambiente natural e meio social, ambiente social; o conceito de "interação": da relação organismo C ambiente, para a relação indivíduo C sociedade, a passagem à "interação social"; a idéia de "função": função biológica, função psíquica, função social; a noção de "desenvolvimento": desenvolvimento anatômico-biológico, desenvolvimento psíquico e/ou psicológico, desenvolvimento social; a perigosa idéia de "norma": norma biológica da espécie C norma social, norma de conduta; entre outros tantos exemplos. Desde o final do século XIX, essas concepções vinham passando de forma muito "natural", muito contínua e muito linear de um território a outro, produzindo uma espécie de contaminação do saber.

Apesar de ser Vygotsky o pioneiro na introdução de um pensamento autenticamente social no campo das psicologias, será Kurt Lewin quem irá ocupar o lugar de precursor na fundação de uma psicologia propriamente social. Não que seu pensamento seja tão inovador – umavez que ele se afasta da Biologia para aproximar-se da Física, com sua "teoria de campo" –, mas talvez porque o pensamento de Vygotsky ainda

estivesse em difusão, sendo pouco conhecido nesse momento, e também porque os ecos do seu trabalho sempre soaram mais nos domínios da educação e da aprendizagem do que da psicologia social. Kurt Lewin pode ser considerado ainda um dos introdutores da fenomenologia de Köhler, Wertheimer e Koffka no campo das psicologias, corrente que serve de suporte ao gestaltismo – do qual Lewin se afasta –, que, por sua vez, irá fazer escola nos domínios do conhecimento psicológico desde então. A psicologia da gestalt surge nessa época ocupando-se dos processos perceptivos até encontrar-se com a gestalt-terapia na passagem dos anos 1960 para 1970, ganhando outra dimensão nos trabalhos de Perls.

O pensamento humanista entra em cena também nesse momento, fundando a tradição da psicologia humanista como "terceira força" – alternativa ao objetivismo behaviorista e ao subjetivismo psicanalítico – que irá marcar presença no discurso psicológico até o final dos anos 1970. As propostas da psicologia da gestalt, como da psicologia humanista, devem ser entendidas no contexto das reações e respostas ao mecanicismo e reducionismo vigentes no conhecimento psicológico nos vinte primeiros anos do século passado.

Os anos 1930 e 1940 são, ainda, um período de desenvolvimento de saberes e técnicas que virão servir de suporte a domínios de prática em formação: as teorias da aprendizagem, como suporte para a psicologia educacional e escolar; as teorias do desenvolvimento, como suporte para a psicologia infantil, para a clínica e para a prática nas escolas; as técnicas psicométricas e de orientação profissional, que irão dar suporte às práticas organizacionais e escolares; as técnicas de grupo, que irão dar suporte à psicologia social, às práticas organizacionais e escolares. Estão em formação nesse momento os campos práticos das psicologias escolar e da educação, da psicologia social e da psicologia das organizações, considerando que a prática clínica foi a primeira a se estruturar – tendo como modelo o consultório médico – e já possuía certo nível de definição nesse

período. Esse processo de formação das práticas tradicionais da psicologia segue até final dos anos 1970, quando, a partir dos anos 1980, esses campos começam a sofrer profundas modificações.

O período pós-guerra, até o final da década de 1970, pode ser considerado – pelo menos no Brasil – uma época de consolidação da ciência psicológica, quando seus conceitos e práticas se difundem e são incorporados nas práticas sociais e nas experiências históricas dos sujeitos desse tempo – as psicologias ganham visibilidade, reconhecimento e transformam-se em tecnologia humana e política disponível à sociedade. Prolifera no campo toda uma diversidade de objetos, de práticas e de figuras de subjetividade, correlativas de uma multiplicidade de discursos psicológicos. Percebe-se ainda a presença de uma grande variedade de matrizes teóricas em disputa por hegemonia, porém prevalece a diversidade, a despeito das tentativas de constituição de um "paradigma". Em termos das relações com outras disciplinas e profissões, parece que a Psicologia conquistou seu espaço nas academias, nas organizações produtivas, nas organizações públicas, nas escolas, nos hospitais, nas prisões, nas instituições em geral e na sociedade, mas essa transitória estabilidade está prestes a se quebrar...

Os anos 1980 e 1990 reservam, então, novidades nem sempre confortáveis, particularmente no Brasil: alguns campos tradicionais de prática entram em declínio, como a clínica, as escolas e as organizações; as formas habituais de ocupação dos psicólogos – os empregos – começam a se extinguir sob o peso da globalização, exigindo novas relações de trabalho e novas

" A questão do paradigma, colocada por Kuhn no início dos anos 1960, remete ao critério de consenso de uma comunidade a respeito do que possa ser ou não considerado científico num tempo e numa cultura. A existência de um paradigma definido — portanto, de consenso em um campo de conhecimento — é por ele colocada como condição para que esse campo possa ser tido como científico. Como não há consenso nem paradigma no discurso psicológico, as psicologias estariam numa permanente condição pré-paradigmática em que várias posições lutam por hegemonia, sem obter domínio sobre o campo. Visto de outra maneira, no entanto, parece que, se há necessidade de paradigma no discurso psicológico, esse paradigma é a própria diversidade, tendo em conta a multiplicidade de sujeitos, objetos, métodos, técnicas e práticas circulantes nos vários campos das diversas psicologias.

colas psicológicas anteriormente sólidas começam a se desmanchar, a exemplo da psicologia humanista. No entanto, enquanto algumas portas se fecham, outras se abrem: emergem novos campos de práticas, a exemplo da psicologia do esporte e da psicologia jurídica, proliferam as "ONG's", as "prestações de serviço" e novas formas de trabalho; a psicologia das organizações, de orientação fundamentalmente funcionalista, a despeito da perda de postos ocupacionais, aproxima-se da psicologia do trabalho, de orientação predominantemente materialista-histórica; a psicologia social expande-se, extrapola a comunidade e volta-se para outros problemas e outras práticas. Após uma literal "caça às bruxas" e um embate com o pensamento holístico e as "práticas alternativas", pode-se afirmar que, de maneira geral, o conhecimento psicológico buscou redefinir seu lugar e seus domínios, diversificou-se e politizou-se, tornando-se mais social e mais crítico.

Essa redefinição ou reorganização de campo não se limita a domínios de prática, mas diz respeito também – e sem distância – a aspectos de ordem teórica. A questão é que as várias matrizes das diversas psicologias fizeram escola, construíram tradições e escreveram suas próprias histórias ao longo do século XX, não permanecendo no ponto em que estavam no seu nascedouro. O cognitivismo psicológico, como já foi anteriormente colocado, estabelece alianças com o construtivismo e mais recentemente com a neurociência e com a pesquisa tecnológica sobre inteligência artificial. O behaviorismo clássico de Watson é recoberto pelo behaviorismo radical de Skinner, faz alianças com o próprio cognitivismo – de onde resulta o behaviorismo cognitivista – e atualiza-se, na década de 1980, com o behaviorismo social de Bandura. O funcionalismo revitaliza-se ainda no discurso psicológico, à mesma época, com a entrada em cena do pensamento sistêmico, derivado do sistemismo tecnológico e informacional de Bertalanffy, datado dos anos 1960, que assume diferente roupagem com a psicologia sistêmica, dando um tratamento mais integrado ao sujeito, levando em consideração suas relações, a família, o contexto.

Particularmente no sul do Brasil, um nova matriz entra em cena: a

fenomenologia existencialista sartreana, dando nascimento à psicologia existencialista. A década de 1980 é também o momento da entrada, tardia, do pensamento de Vygotsky em nosso país. Conforme afirmado anteriormente, a psicologia sócio-histórico-cultural introduz um pensamento autenticamente social – e histórico – nos domínios do discurso psicológico, descentrando o individualismo e deslocando sua problematização da constituição dos sujeitos para o conjunto das relações. O sujeito da psicologia de Vygotsky é sujeito ativo, agente do seu próprio processo de produção e de construção e transformação dialética do mundo e de si mesmo.

Durante grande parte do século XX, a Psicologia foi "ciência do indivíduo": por objeto, pelas concepções individualistas, no predomínio da clínica; porém, a partir dos anos 1980, torna-se sempre mais social – psicologia social: sujeitos e objetos sociais, intervenções sociais, concepções sociais e práticas políticas. Os anos de ditadura produziram, no Brasil, uma psicologia muito técnica, individualista, desligada da política e das questões sociais, que foi posta a serviço do "milagre brasileiro". Sem esquecer que foi essa questão política o motivo da chegada tardia do pensamento de Vygotsky ao nosso país, vale apontar que a entrada em cena da psicologia sócio-histórico-cultural no contexto da psicologia brasileira nesse momento é decisiva nesse processo do discurso psicológico – é ela que faz pender a balança para o social.

Nessa paisagem, um objeto se destaca: a problemática da subjetividade. Sem unanimidade, abordada de diversas perspectivas e desligando-se do individualismo e do introspectivismo, parece que quanto mais social torna-se o conhecimento psicológico, mais volta-se o foco de atenção para o problema da produção social, política e histórica da subjetividade. E se essa é uma questão supostamente teórica – para a pesquisa em psicologia –, um problema político bem prático e concreto coloca-se a todos nós nesse momento histórico, segundo M. Foucault, movimentando essa "vontade de verdade"¹²: como resistir

¹² Vontade de verdade, vontade de saber, a partir de Nietzsche e Foucault, referem-se a disposições históricas de uma sociedade no sentido de saber ou produzir saber sobre alguma coisa que se constitui num problema teórico/prático para esse tempo.

às formas de individualização e subjetivação do Estado contemporâneo?¹³

Apesar de as psicanálises não fazerem parte desta arqueologia, é importante notar que a psicanálise freudiana – mesmo pertencendo a outro domínio discursivo – é o solo epistêmico e condição de possibilidade para todas as psicologias, uma vez que coloca a problemática anteriormente filosófica da subjetividade nas bases do discurso "psi"¹⁴, descrevendo-a como instância de interioridade, inaugurando um campo de conhecimento e de experiências do sujeito.

Também deslocando o nascimento das psicologias dos espaços dos laboratórios e academias, Figueiredo e Ribeiro de Santi (Op. cit.) concordariam com isso, afirmando que uma das condições de possibilidade para o surgimento de uma psicologia científica é a formação histórica de uma "subjetividade privatizada" no Ocidente. Essa subjetividade privatizada é exatamente a subjetividade moderna, capitalista, individualizada e interiorizada que vem sendo enunciada e subjetivada pelos discursos e modos de vida liberais e românticos emergentes pós-reforma da Igreja Romana e que virá a se tornar objeto das ciências "psi" na passagem do século XIX ao XX. A formação dessa instância subjetiva, desse moderno modo de ser e de relação consigo mesmo é contemporânea da "invenção do psicológico" – título de outro trabalho de Figueiredo – quando surge historicamente um campo de experiência privada do sujeito, correlativo de um domínio de conhecimento sobre ele.

Questão colocada por Foucault no seu texto: "O sujeito e o poder", publicado por Dreyfus e Rabinow (Op. cit.) nos Estados Unidos pouco antes da morte do autor. Ali ele argumenta que nosso problema político atual não é "tomar o Estado" ou "derrubar o Capital", mas, lutas bem mais próximas e imediatas, ligadas a formas de resistência aos poderes ao mesmo tempo totalizantes e individualizantes do Estado contemporâneo, apontando para movimentos trabalhados por Deleuze e Guattari, como "agenciamento", "singularização", "re-territorialização" (Veja "O antiédipo"; "Revolução molecular"; e "Micropolítica: cartografias do desejo" – Op. cit.)

¹⁴ O termo "psi" está sendo aqui empregado em sentido genérico, englobando as psicologias, as psicanálises e a própria psiquiatria.

Contemporaneamente, a subjetividade tem se mostrado o objeto por excelência de grande parte das psicologias e suas práticas para muito além da concepção interiorizada de Freud, considerando-se que, com uma pequena ajuda desse pensamento de fronteira inadequadamente designado "pós-moderno" – que prefiro denominar "desconstrução"¹⁵ –, é possível tratar a subjetividade da perspectiva da exterioridade, do seu atravessamento por fluxos sociais e políticos, como modo de ser socialmente produzido. E se a Psicologia – discurso moderno – tem sido ciência do indivíduo, saber disciplinar sobre o sujeito, uma psicologia centrada em tal concepção exteriorizada de subjetividade seria uma psicologia descentrada do sujeito – psicologia dos cruzamentos de fluxos, dos agenciamentos, da produção dos desejos, das maquinarias, das maquinações: psicologia das relações sociais e políticas, psicologia de resistência!

Bibliografia

- ABIB, J.A.D. *Revoluções psicológicas: um retorno a Wilhem Wundt, William James e outra clássicos*. São Carlos: UFSCar/Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências. Mimeo.
- BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução aa estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

¹⁵ Desconstrução, ou deconstrução é a designação para uma tradição crítica de pensamento que surge com Nietzsche, no final do século XIX e passa, ao longo do século XX, por Heidegger, Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida, entre outros, sem constituir escola ou ortodoxia. Particularmente os quatro últimos vêm sendo cômoda e equivocadamente classificados como "pós-estruturalistas" – por suas preocupações com a questão dos discursos – e "pós-modernos" – por suas críticas aos valores, saberes e modos modernos de vida. E se é para ser "pós", eles podem ainda ser classificados como "pós-marxistas" na medida em que partem de, mas ultrapassam o marxismo – porém, vale lembrar que seus pensamentos se ligam muito mais pela descontinuidade e diversidade do que pela linearidade e unidade construídas pelas classificações.

- DAVIDOFF, L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: Makron, 1998.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O anti-édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FIGUEIREDO, L.C. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *A invenção do psicológico*. São Paulo: EDUC/Escuta, 1994.
- _____. & RIBEIRO DE SANTI, P.L. *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC, 2002.
- FOUCAULT, M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- _____. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. "Nietzsche, a genealogia e a história." In: MACHADO, R. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15-37.
- _____. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, H., & RABINOW, M. *Foucault: uma trajetória filiafca*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- GUATTARI, E. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. & ROLNIK. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JAPIASSU, H. *Introdução à epistemologia da psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KELLER, F.S. *A definição da psicologia*. São Paulo: Herder, 1972.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MUELLER, F.L. *História da psicologia*. São Paulo: Nacional, 1978.
- NIETZSCHE, E. *Genealogia da moral*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PENNA, A. G. *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ROSENFELD, A. *O pensamento psicológico*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- SCHULTZ, D. & SCHULTZ, S.E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2002.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

ÉTICA E SUBJETIVAÇÃO: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos

*Henrique Caetano Nardi¹
Rosane Neves da Silva²*

A ética pode ser entendida como a problematização dos modos de existência. Essa problematização refere-se tanto às relações com os outros quanto à relação consigo. Nessa direção, Foucault distingue a moral como o conjunto de regras e preceitos veiculados pelas instituições prescritoras – como a família, a religião, a escola e o trabalho – e a ética como o comportamento real dos indivíduos em relação a essas regras. Assim, a determinação da "substância ética" implica a análise dos modos de constituição da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo.

O conceito de ética está, portanto, intimamente ligado à constituição de um sujeito capaz de apropriar-se dos destinos de sua vida (Foucault, 1994a, p. 711). Foucault propõe que a ética seja pensada como a forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver e que a vida seja tomada como a expressão de uma obra de arte singular. A ampliação do grau de liberdade com que se vive a vida depende da construção de uma arte de viver, do desenvolvimento de uma estética da existência, assim como da construção de estratégias para que se possam estabelecer formas mais recíprocas de posicionamento nos jogos de poder e verdade. Essa seria uma forma possível de resistência às formas de dominação. Nesse sentido, a reflexão ética pode ser formulada da seguinte maneira: *Como se pode exercitar a liberdade?* É por essa razão que Foucault afirma que o sentido de

¹ Doutor em Sociologia (UFRGS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.
² Doutora em Educação (UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

sua obra é mostrar às pessoas que elas podem ser muito mais livres do que pensam que realmente são (1994e, p. 778).

É importante frisar que o conceito de estética não é sinônimo de beleza ou da busca hedonista do gozar a vida; ele remete para um exercício da sensibilidade em relação ao mundo. Essa sensibilidade, ou seja, o deixar-se afetar pelo outro (no sentido de Spinoza), é um dos elementos indispensáveis para a prática reflexiva da liberdade. O julgamento ético é necessariamente dinâmico e processual; ele é constantemente corrigido pela razão do outro, ele depende permanentemente da reflexão. É por essa razão que Ortega (1999) analisa a dimensão intersubjetiva da constituição da ética (em forma agonística) como fundamental em Foucault, pois não se pode pensar em si mesmo sem que estejamos de alguma forma nos pensando em relação ao outro.

Assim, a análise da constituição do indivíduo como sujeito ético só é possível por meio de complexas relações intersubjetivas, cujo estatuto e forma são diferentes segundo a época. O sujeito ético se constitui, portanto, mediante práticas historicamente construídas em cada cultura.

A reflexão ética remete para a relação dos sujeitos com a verdade. E é por essa razão que Foucault retorna aos gregos pela via da obliquidade (Gros, 2002): pensar a experiência de si na Grécia antiga e colocar em evidência a precariedade dos modos de subjetivação contemporâneos. O recurso à obliquidade remete para a proposta foucaultiana de ultrapassar o momento cartesiano, ou seja, o momento de separação do processo de busca da verdade daquele da experiência de transformação de si. Nesse sentido, é possível problematizar os processos de subjetivação a partir da análise de como os sujeitos se relacionam com o regime de verdades próprio a cada período, isto é, a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado.

Foucault propõe pensar essa relação a partir da compreensão de como o sujeito se define de maneira ativa, pelas técnicas de si, as quais não são inventadas por ele mesmo; são esquemas que o sujeito encontra na cultura e que lhe são propostos, sugeridos ou impostos pela sociedade e grupo social. Essa apropriação dos elementos da cultura remetem para

as relações saber-poder, cuja análise permite estabelecer a relação entre os sujeitos e os jogos de verdade. Os jogos de verdade referem-se ao conjunto de regras de produção da verdade. A palavra jogo pode conduzir a um erro de interpretação: o jogo deve ser compreendido como o conjunto de procedimentos que conduzem a uma verdade, que pode ser considerada, em função de seus princípios e de suas regras, como válida ou não, como vencedora ou não. É assim que se inaugura um regime de verdades que, adquirindo uma legitimidade social, passa a sustentar e a caracterizar uma determinada forma de dominação.

Ao analisarmos as técnicas de si na contemporaneidade, veremos como determinadas verdades se associam a um elenco de regras morais que, conjuntamente, sustentam a forma de dominação própria aos nossos tempos. Tal regime de verdades sustenta-se pelo fato de ser considerado legítimo pela maioria da sociedade. É assim que podemos compreender a sua dupla função: de dominação e de identificação.

A questão da verdade em Foucault remete para a problemática de como nos governamos uns aos outros e como cada sujeito governa a si mesmo. A verdade corresponde à construção de lógicas específicas que os sujeitos utilizam para compreender quem são. A verdade é, portanto, produzida por indivíduos livres, que organizam um certo consenso e que se encontram inseridos em uma rede específica de práticas de poder e de instituições que as impõem e legitimam. Se a produção de verdade refere-se ao saber que os indivíduos utilizam para compreender a si mesmos, cada verdade sustenta, ao mesmo tempo, um ideal para cada grupo, cultura e sociedade. As verdades produzidas vão servir como justificativa tanto para as formas de dominação quanto para as formas de resistência que marcam os modos de subjetivação de cada contexto.

A noção de subjetivação, enquanto expressão de um tipo de relação entre técnicas de dominação sobre os outros e sobre si mesmo, permite situar os jogos de verdade constitutivos da experiência do sujeito em uma determinada trama histórica.

Um dos principais componentes da tecnologia política efetivada pelo poder contemporâneo consiste em fazer com que as técnicas de si

se tornem um dispositivo privilegiado de normalização e de adaptação cujo mecanismo marca os jogos de verdade naquilo que Foucault chama de sociedades de controle.

Nas sociedades de controle, o exercício do poder dispensa as relações de visibilidade próprias ao esquadramento do espaço disciplinar para se apropriar unicamente da lógica que lhe é inerente. A partir desse momento, a lógica disciplinar não tem mais necessidade de produzir uma visibilidade permanente daqueles que exercem o poder ou daqueles sobre os quais esse poder será exercido. O poder passa a ser exercido de um modo muito mais sutil e imaterial: torna-se mais instantâneo, fluído e eficaz. Podemos dizer que o controle se produz por meio da interiorização da norma, sustentando-se em modos de dominação dependentes da construção da idéia de uma interioridade única, singular e autônoma do sujeito. Essa ilusão de interioridade produz a invisibilidade dos dispositivos de controle e possibilita a invasão da norma em todas as esferas da vida.

Entretanto, cabe lembrar que o controle, assim como a disciplina, não deve ser compreendido somente como restrição, como interdição, mas sim como um processo de maximização da produtividade centrado na (auto)constituição dos sujeitos pelo desenvolvimento de determinadas técnicas de si. A disciplina consiste em técnicas de individualização do poder, de vigilância, de modulação da conduta, do comportamento e das atitudes. Assim, a partir da modernidade, foi possível intensificar as performances, multiplicar as capacidades e colocar cada indivíduo no lugar onde ele seria mais útil. Os dispositivos contemporâneos que fazem funcionar a sociedade de controle baseiam-se, por sua vez, na interiorização e invisibilização da norma na malha fina da vida. Esse processo acontece por meio da construção de determinadas técnicas de si.

Consideramos que a invenção da Psicologia moderna como campo específico de saberes e práticas antecipa essa forma difusa e permanente de exercício do poder que vai caracterizar as sociedades de controle, pois, na sua constituição, é como se ela buscasse produzir um novo tipo de assujeitamento: não se trata mais de um molde forjado a partir do exterior, mas de uma modelagem que se produz do interior

a partir de um processo de normalização e adaptação cuja finalidade é criar uma homogeneização dos modos de existência.

Um dos principais efeitos políticos da invenção dos saberes psicológicos — que se assentam na idéia de uma interioridade essencialista do sujeito — é o de colocar em evidência e de legitimar a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Tomando o indivíduo como matriz que torna possível compreender a dinâmica social, esse tipo de saber será marcado por um processo de individualização do social e de dessocialização do indivíduo. Esse processo encontra-se na base das técnicas de si que se constituem como formas de dominação na sociedade de controle. As técnicas de si, tal como apresentadas por Foucault, não podem ser dissociadas do cuidado de si e podem ser compreendidas como o conjunto de tecnologias e experiências que participam do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito.

Acompanhando a produção de Foucault (2001) nos últimos anos de vida, cabe uma ressalva importante em relação às técnicas associadas ao cuidado de si dos gregos na sua distinção com as técnicas contemporâneas: as primeiras eram indissociáveis do cuidado dos outros e construídas no sentido da busca da boa vida, da transformação da vida em uma obra de arte, da busca de uma estética da existência. Hoje, ao contrário, o uso das práticas e saberes psicológicos, tal como surgem na modernidade e são implementados de forma hegemônica na contemporaneidade, construíram um jogo de individualização que isenta o compromisso do sujeito no laço social. O *ethos* do cuidado transforma-se na atualidade, pois a dimensão individualizante e totalizante que caracteriza essas técnicas de si era estranha aos gregos. Hoje, o saber psicológico produz uma inflexão da norma, que possibilita a atualização dos procedimentos de dominação, fazendo com que os dispositivos de controle ajam sobre o sujeito, obtendo, assim, como efeito, a ilusão da diferença, no sentido de que a suportamos e a toleramos, mas não estamos implicados no jogo da alteridade e do respeito ao outro.

Um exemplo dos efeitos desse dispositivo está na discussão con-

temporânea em torno do respeito à diversidade de orientação sexual. Podemos afirmar que, apesar de existir uma maior tolerância, no sentido da não-punição legal de um comportamento diverso à heterossexualidade compulsória, não existe uma igualdade de direitos, uma vez que a adoção de crianças e o casamento, por exemplo, não são aceitos na ordem jurídica da maior parte dos países. O argumento de interdição usualmente situa-se em dois campos: o religioso e o científico. Na perspectiva da legitimidade da verdade, é o argumento científico e não o religioso que entra na cena política. É o discurso psicológico da busca de "leis" do comportamento ou das teorias da psicanálise que naturalizam uma determinada essência humana que é trazido à tona como argumento para limitar o jogo da alteridade e esquadrihar o exercício da sexualidade em um determinado campo de tolerância (a crítica desse uso do discurso psicológico e psicanalítico pode ser encontrada nos trabalhos recentes de Elisabeth Roudinesco, 2003 e Didier Eribon, 2003).

Desse modo, podemos ver como o caráter individualizante dos saberes *psi* hegemônicos tem efeitos totalizantes, pois está disseminado no imaginário social. A legitimidade de verdade conquistada por esse saber psicológico no jogo de poder e verdade contemporâneo alcança uma amplitude de ação impositiva para o conjunto da população como um mecanismo poderoso de exercício do biopoder (outro exemplo interessante para a discussão é a patologização crescente das crianças urbanas com a utilização generalizada do diagnóstico de hiperatividade com déficit de atenção).

Quando o saber psicológico coloca em jogo a relação de uma política de individualização, ele vai exprimir, de certo modo, a própria problematização da governabilidade que, por definição, remete a um acoplamento entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as tecnologias de si.

Assim, podemos compreender como o saber psicológico toma o cuidado de si como um dispositivo privilegiado de normalização e de adaptação cujo mecanismo marca os jogos de poder na sociedade contemporânea. O discurso psicológico associa-se plenamente com o discurso econômico na construção do dispositivo de controle do novo liberalismo. Dispositivo entendido como mecanismo de dominação, como operador

material do poder, isto é: técnicas, estratégias e formas de sujeição que se apóiam em discursos e práticas. Segundo Foucault, o dispositivo deve ser entendido como a rede que conecta um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, formas arquitetônicas, regras, proposições filosóficas e morais, o dito assim como o não dito (Foucault, 1994d).

Dessa forma, o saber psicológico sustenta para cada período da vida – sejam os problemas de desenvolvimento da criança, os dramas do adolescente, a insatisfação da mulher na menopausa ou a crise do homem de meia-idade – uma certa atualização dos jogos de poder que induzem a formas de dominação e são atravessados pela construção da idéia de uma "crise permanente".

A psicologia moderna, como campo de saber especializado que opera pelo duplo mecanismo de dessocialização do indivíduo e individualização do social, faz do sujeito o lugar privilegiado da crise. Assim, reforça a idéia segundo a qual só resta ao indivíduo adaptar-se às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas pela dinâmica do capitalismo.

Os dispositivos das novas formas de dominação são construídos em torno da exaltação da idéia da liberdade e da autonomia plena dos indivíduos. Cabe frisar, no entanto, que a problematização dessa liberdade mostra que se trata de uma liberdade negativa, ou seja, uma liberdade que se limita a escolher entre aquilo que está dado e exclui qualquer possibilidade de invenção de novos modos de existência.

Pela via da crença na ilusão de liberdade e autonomia, a normalização torna-se então invisível, e a adaptação, flexibilizada. Na modernidade, a disciplina tinha necessidade de dois meios (o dentro e o fora) para exercer seu poder. Nas sociedades de controle, o dentro e o fora não mais existem, é o fim de toda exterioridade: nós estamos sempre dentro. Isso explica por que as principais estratégias das sociedades de controle se produzem sob a forma de exercício de um biopoder que se situa em um modelo particular de relação consigo. Esse modelo ca-

racteriza-se por um processo de privatização da subjetividade que invisibiliza as linhas de força sociais. Trata-se de uma ilusão de liberdade porque ela não pressupõe uma reflexividade a partir da implicação do indivíduo no espaço público, mas somente uma reflexividade prisioneira de um jogo narcísico.

Seguindo nossa argumentação, podemos compreender então porque Foucault utilizou o recurso do estudo do cuidado de si na Grécia antiga para explorar as práticas de (auto)constituição do sujeito grego e assim evidenciar a precariedade da constituição do sujeito contemporâneo. A passagem das práticas do cuidado de si clássicas – impensáveis fora de uma relação com o saber e a verdade que implicavam um trabalho sobre si mesmo – para a dissociação entre a experiência de transformação do sujeito e a busca da verdade produziu uma fragilidade de nossa potência de resistência face às formas de dominação próprias à modernidade e à contemporaneidade. Não se trata de uma descontinuidade entre essas duas "figuras do poder" – as sociedades disciplinares e de controle, respectivamente –, mas de um aumento da eficácia do próprio dispositivo de dominação.

Na perspectiva política foucaultiana, o combate às formas de dominação contemporâneas, a construção da resistência, depende de um trabalho de si sobre si, mais que de uma luta contra uma disciplina "especializada" (tal como descrita em *Vigiar e Punir*). É por essa razão que o estudo da (auto)constituição do sujeito é a forma encontrada por Foucault para denunciar os perigos do presente. Como ele afirma:

A moral dos Gregos é centrada sobre o problema de uma escolha pessoal e de uma estética da existência. A idéia de tomar o Bios (a vida) como material de uma obra de arte estética é algo que me fascina. Também a idéia que a moral possa ser uma forte estrutura da existência sem estar ligada a um sistema autoritário ou jurídico em si, nem a uma estrutura da disciplina (Foucault 1994b, p. 390).

Frédéric Gros (2002) afirma que Foucault utiliza a ferramenta genealógica para produzir uma reflexão sobre o que nós somos nestemomento. Assim, percebemos que, embora todos os livros de Foucault tenham tratado do passado, seus efeitos políticos

produziram importantes reverberações nas instituições e movimentos relacionados aos campos dos quais ele se ocupou (para citar alguns exemplos: a prisão, o hospital, o manicômio, a psiquiatria, a pedagogia, a sexualidade).

A perspectiva ética como prática reflexiva da liberdade e como transformação da experiência da vida em obra de arte (a temática da estética da existência) é ferramenta poderosa de luta e de disputa no jogo dos poderes e verdades hoje, uma vez que nossas sociedades são marcadas pelos dispositivos de controle que sustentam os modos de assujeitamento do capitalismo imperial contemporâneo.

Assim, podemos compreender por que Foucault (1994b) aponta a necessidade de transformação das lutas para combater – do ponto de vista de ampliação da liberdade dos sujeitos – os perigos de cada tempo, já que as possibilidades de reverter relações fixas de poder em cada forma de dominação dependem de lutas que se constroem a partir de estratégias e focos distintos.

Seguindo o argumento de Foucault (1994c), podemos demarcar historicamente três tipos de lutas para cada tempo: lutas contra as formas de dominação étnica, religiosa e social no feudalismo; lutas contra a exploração econômica nos séculos XIX e XX; e, hoje, lutas contra as formas de assujeitamento que produzem a submissão e a serialização da subjetividade.

As lutas de nosso tempo não se dissociam das primeiras (tanto que os fundamentalismos religiosos e a exacerbação da exploração econômica marcam de forma aguda seu retorno à centralidade da cena social). Entretanto, elas não podem ser consideradas simplesmente como efeito das primeiras (como foram tratadas pelas leituras mais dogmáticas do marxismo durante boa parte do século XX), pois vivemos sob uma forma de dominação que é totalizante e individualizante ao mesmo tempo.

O uso da ferramenta genealógica foucaultiana serve-nos, portanto, de guia na problematização das técnicas de si na atualidade. Os três eixos da Genealogia identificados na obra de Foucault (1994b), segun-

do ele mesmo, são: a ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos do conhecimento (saber); a ontologia histórica de nós mesmos em relação ao campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos em relação as nossas ações com os outros; e a ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como sujeitos morais. Ou seja, são os eixos da verdade, do poder e da ética. Os três estão presentes na *História da Loucura*, o eixo da verdade foi estudado em *O Nascimento da Clínica* e em *As Palavras e as Coisas*, o eixo do poder foi estudado em *Vigiar e Punir*, e o eixo da ética, na *História da Sexualidade*.

O que podemos perceber, portanto, é que existe uma estratégia de análise que passa gradualmente da esfera do poder-saber para a esfera do poder-saber-si mesmo, na qual Foucault busca estabelecer a história dos modos de subjetivação e de como o sujeito se (auto)constitui.

Assim, pensar a relação entre ética e subjetivação na sociedade contemporânea passa por tornar evidente e desnaturalizar as formas de dominação que atravessam os processos de constituição da própria experiência do sujeito.

Foucault muitas vezes é criticado por um suposto conservadorismo e fatalismo devido a uma má compreensão do conceito de poder. O fato de dizer que o sujeito é socialmente construído não implica dizer que ele é determinado pelo lugar que ocupa na estrutura social, pois o poder não pode ser entendido como uma força superior que subjugaria a todos. Ele deve ser entendido a partir de seu caráter relacional. O poder é a força que constitui os sujeitos e que está presente em toda a sociedade. O poder pensado dessa forma implica a sua distribuição em todas as esferas sociais (família, trabalho, escola, política, relações amorosas, etc.). Se o poder está em todo lugar, a possibilidade de resistência também se faz presente, pois as relações de poder só se exercem entre sujeitos livres.

No debate entre Habermas e Foucault, podemos perceber a pre-ocupação deste último em clarear o conceito de poder:

As relações de poder não são algo de mal em si mesmas, das quais devemos nos livrar, eu creio que não existem sociedades sem relações de poder, se nós as entendermos como estratégias pelas quais os indivíduos tentam se conduzir, determinar a conduta dos outros. O problema, portanto, não é de tentar dissolver as relações de poder em uma utopia de uma comunicação completamente transparente, mas fornecer regras de direito, técnicas de gestão e a moral, o ethos, as práticas de si, que permitirão, nos jogos de poder, jogar com um mínimo possível de dominação (Foucault, 1994, p. 727).

Ao assumirmos que o sujeito é atravessado pelas regras morais e verdades definidas socialmente ao construir sua forma de inserção no mundo, devemos compreender que, para que uma ordem social seja transformada, para que se possa estabelecer a ruptura com uma determinada forma de dominação, é necessário desconstruir os regimes de verdade que naturalizam as relações sociais, pois somente dessa forma é possível transformar o jogo inerente às relações de poder. Entretanto, não se pode reverter um domínio de verdade se nos situamos em uma posição completamente exterior ao jogo. Ao contrário, é necessário compreender as regras do jogo e desnaturalizar as formas de dominação, demonstrando que elas são históricas e contextuais. Isso é possível quando explicitamos, por exemplo, as incoerências e as conseqüências negativas de uma política econômica e do discurso psicologizante que a acompanha, evidenciando a existência de outras racionalidades possíveis. Dessa forma, amplia-se o grau de liberdade com que se joga o jogo e é possível construir as condições de legitimidade que permitem a emergência de uma outra verdade que desmascare a dominação e permita aos sujeitos transformar as relações de poder – indissociáveis de uma transformação das relações consigo – em uma determinada sociedade.

Assim, a transformação das práticas psicológicas e a reversão de seu papel nos jogos de poder e verdade dependem da reconstrução da verdade que nos foi apresentada como isenta de relações com o poder e da identificação dos múltiplos constrangimentos que marcam seu lugar em nossa sociedade. Trata-se de buscar as técnicas e os procedimentos que legitimam determinado discurso como verdadeiro e outro como falso

para nosso tempo e arranjo social. Nessa direção, a Psicologia deveria sustentar a indissociabilidade da análise dos jogos de verdade e dos modos de subjetivação, mostrando que a produção histórica da subjetividade emerge da descrição arqueológica da constituição dos saberes, da análise genealógica das práticas de dominação e da desconstrução dos regimes de verdade propostos ao sujeito para sua (auto)constituição.

Essa transformação só é possível a partir de um (re)centramento da discussão ética, uma vez que essa discussão é essencialmente política e fornece uma ferramenta de luta e de compreensão dos modos de existência para além do regime de verdades instituído. A verdade como escândalo de verdade (tomada da ética dos cínicos por Foucault) produz efeito de deslocamento e de ruptura quando revela as convenções e denuncia a opressão da regra. É a vida e não o pensamento que são expostos ao fio da navalha da verdade (Gros, 2002, p. 163).

Na pesquisa de Foucault (2001), a busca dos efeitos do "parhêsia" nos cínicos faz aparecer a verdade que todos "sabem", mas que ninguém diz, de que as pessoas se dão conta, mas cuja potência de ação está bloqueada. É o exercício do resgate da coragem da ruptura, da recusa, da denúncia. É, portanto, a busca da verdade, libertada do imperativo da ciência (no sentido da verdade dissociada da experiência do sujeito que se afirma a partir do momento cartesiano), que dá corpo à resistência possível na compreensão radical do conceito de poder em Foucault, pois o poder não existe como virtualidade, ele só existe na ação. A recusa da ação emperra o dispositivo.

Assim, as performances normatizadas a partir do que está definido nos códigos morais e científicos do que é ser homem, mulher, *gay*, lésbica, criança, adolescente, hoje perpassados pelo discurso psicológico individualizante, sustentam determinadas estratégias de dominação. A possibilidade de transformação está, portanto, no estranhamento e na desnaturalização das verdades que nos constituem. Fazer explodir a verdade, ao tomá-la como uma prática de transformação da vida, da nossa vida e das outras vidas, é fazer da experiência de si uma obra de arte. A vida e a obra de Foucault são exemplos da resistência e da criação em ato.

Bibliografia:

- ERIBON, Didier. *Hérésies: essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Fayard, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *L'Herméneutique du sujet: cours au Collège de France, 1981-1982*. Paris: Gallimard/Seuil, 2001.
- _____. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In : Foucault, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. IV, Paris: Gallimard, 1994a (pp. 708-29).
- _____. À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu dans travail en cours. In : Foucault, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. IV. Paris: Gallimard, 1994b (pp 383-412).
- . Le sujet et le pouvoir. In : Foucault, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. IV. Paris: Gallimard, 1994c (pp. 222-43).
- . Le jeu de Michel Foucault. In : Foucault, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. III. Paris : Gallimard., 1994d (pp. 298-329).
- . Vérité, pouvoir et soi. In : Foucault, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. III. Paris : Gallimard., 1994e (pp. 777-783).
- GROS, Frédéric. *Foucault: le courage de la vérité*. Paris: PUF, 2002.
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e Estética da Existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

E F E I T O F O U C A U L T : desacomodar a psicologia

*Simone Maria Hüning¹
Neuza M E Guareschi²*

"A psicologia é somente uma fina película na superfície do mundo ético no qual o homem moderno busca sua verdade – e a perde."

(Foucault, 2000, p. 85)

"Toda psicologia é uma pedagogia, toda decifração é uma terapêutica, não se pode saber sem transformar."

(Foucault, 2002, p. 227)

As reflexões que apresentamos neste trabalho produziram-se de um lado pela desacomodação que o olhar foucaultiano introduz a partir de análises que mais recentemente têm sido feitas no campo da Psicologia e de outro lado, pelo incômodo suscitado pelas práticas psicológicas tradicionais. Iniciaremos situando algumas das razões destes desconfortos buscando apontar o reducionismo que determinadas posturas do campo psi têm produzido na sua abordagem dos sujeitos e do psicológico.

O incômodo em relação às práticas psicológicas tradicionais diz respeito a sua pretensão em dar conta do desvelamento do sujeito – portanto, supondo a pré-existência de uma interioridade do sujeito – por meio de teorias e técnicas cunhadas sob inspiração do paradigma positivista a partir das quais a Psicologia passou a ostentar o título de Ciência da

¹ Mestre em Psicologia Social e Doutoranda do PPGP — Faculdade de Psicologia — PUCRS/CNPq.

² = Professora/pesquisadora do PPGP — Faculdade de Psicologia — PUCRS; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas.

Conduta. Para Foucault (2002a), a psicologia do século XIX ostentou duas preocupações: "alinhar-se com as ciências da natureza e de encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais" (p.133), o que a levou a elaboração de leis com bases em modelos matemáticos e hipóteses explicativas que tomavam como matriz a metodologia das ciências naturais. Essa psicologia, que buscava constituir-se como conhecimento positivo, ancorou-se, segundo este autor, em dois postulados filosóficos: "que a verdade do homem está exaurida em seu ser natural, e que o caminho de todo o conhecimento científico deve passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental" (p.133).

Em sintonia com este pensamento grande parte de seu investimento deu-se no sentido de produzir medidas, testagens e previsões, instituindo uma racionalidade que tudo classifica em termos do comportamento, analisado com base no indivíduo, cindindo-o do social e centrando no primeiro as origens das patologias e transtornos da psique.

Ao social, colocado como uma instância secundária de influência sobre o sujeito, restaria a propriedade de adaptar esta unidade que se produz desde um dentro, de um núcleo psíquico previamente dado, estabelecendo-se a primazia do indivíduo sobre o social. Como instância de influência e regulação, o social estaria fora do âmbito de interesse (e competência) do campo psi. O olhar da psicologia estaria voltado para os processos de adaptação do indivíduo a este campo social dado como natural e a "inadaptação" (problema apontado pela Psicologia Social) recairia sobre o próprio indivíduo. Mesmo a Psicologia Social que se produziu tendo por base este paradigma. Por sua vez, a Psicologia Social Crítica na tentativa de superar a filosofia adaptacionista, instalada pela Psicologia Social Norte Americana, alega uma não separação entre o objeto de estudo da Psicologia e a da Psicologia Social, postulando que toda Psicologia é Social, não avança, porém, na discussão epistemológica sobre as dicotomias individual/social e sujeito/objeto.

Em parte, podemos relacionar esta postura ao fato de que, referenciada por uma perspectiva evolucionista e adaptacionista, e bus-

chamadas "ciências duras" seus métodos de investigação e experimentação, aos quais ainda se vincula na maior parte de suas práticas cotidianas (como avaliações psicológicas, testagens, estabelecimento de perfis de personalidade, diagnósticos, etc.). Dentre a diversidade de vertentes teóricas da Psicologia e abordagens centradas em processos diagnósticos, nosológicos, terapêuticos ou avaliativos, entre outros, há em comum a referência a um discurso de cientificidade, manifesto pela proposição de acesso, mensuração e controle desse psiquismo.

Neste sentido, Foucault (2002a) aborda a história da psicologia assinalando, no final do século XIX, um traço comum às diferentes psicologias, o que chama de "preconceito da natureza": a psicologia se ancorava no modelo das ciências da natureza, na busca da objetividade e de seus métodos de análise (modelo físico-químico, modelo orgânico, modelo evolucionista). Mais adiante, a ênfase é posta naquilo que diferia o homem e não mais no que o tornava igual a qualquer ser vivo, reconhecendo sua história pessoal e colocando em questão a análise dos sentidos da conduta humana, "a descoberta dos sentidos". Aqui a emergência da psicanálise, levando a psicologia ao que Foucault chamou de "estudo objetivo das significações".

Neste ponto, o autor aponta para uma ruptura na concepção da ciência psicológica. No artigo Filosofia e Psicologia, Foucault (2002b) afirma que se no século XVIII, a psicologia possuía uma definição po-

Talvez, aqui, pudéssemos colocar a Gestalt, a Fenomenologia e algumas versões da Psicanálise como abordagens teóricas diferenciadas. Entretanto, a Gestalt não chegou a se firmar como uma vertente teórica, mas como um movimento, e a Fenomenologia é uma corrente filosófica, utilizada na psicologia como abordagem metodológica ou de compreensão, descrição e explicação de fenômenos. Tanto uma quanto a outra não referenciam questões sobre as práticas psicológicas de controle e normatizações que abordamos neste texto. Por sua vez, a psicanálise, em suas várias vertentes, não se apresenta de forma unívoca quanto a estas questões. Temos aqui as especificidades das diferentes vertentes da psicanálise, dentre as quais, a chamada Psicologia do Ego, mais vinculada aos pressupostos de controle e acesso ao psiquismo a qual poderíamos opor perspectivas mais recentes da psicanálise, vinculadas à virada lingüística, como por exemplo, a corrente lacaniana.

sitiva, como ciência da alma, da consciência ou do indivíduo, após Freud, essa definição sofre um abalo. Com a introdução da noção de inconsciente, oposições entre alma e corpo, indivíduo e sociedade deixam de fazer sentido, bem como as fronteiras que antes definiam o que era domínio de um conhecimento psicológico ou sociológico.

Toda a história da psicologia até o meado do século XX é a história paradoxal das contradições entre esse projeto a esses postulados; ao perseguir o ideal de rigor e exatidão das ciências da natureza, ela foi levada a renunciar aos seus postulados; ela foi conduzida por uma preocupação de fidelidade objetiva em reconhecer na realidade humana outra coisa que não um setor da objetividade natural, e em utilizar para reconhecê-lo outros métodos diferentes daqueles de que as ciências da natureza poderiam lhe dar o modelo. Mas o projeto de rigorosa exatidão que a levou, pouco a pouco, a abandonar seus postulados tornou-se vazio de sentido quando esses mesmos postulados desapareceram: a idéia de uma precisão objetiva e quase matemática no domínio das ciências humanas não é mais conveniente se o próprio homem não é mais da ordem da natureza. Portanto, é a uma renovação que a psicologia obrigou a si própria no curso de sua história; ao descobrir um novo *status* do homem, ela se impôs, como ciência, um novo estilo. (Foucault, 2002a, pp.133-134)

E segue afirmando que essa tarefa na busca de novos princípios nem sempre foi bem compreendida pelos psicólogos. Resistindo a novos projetos, ou a novos princípios, esse que chamamos de discurso hegemônico da psicologia, não apenas fundou-se, mas também tentou sustentar-se a partir de uma compreensão de Ciência que tem como pressupostos a experimentação, a objetividade, a neutralidade e a generalização, que se complementariam demarcando o que poderia ser tomado como um conhecimento cientificamente válido. A experimentação trouxe-lhe a primazia da técnica. Dessa forma, não se permitiu experimentar como uma ciência que se distanciava dessa abordagem tecnicista para poder avançar em uma dimensão discursiva.

A objetividade sustentou o discurso da neutralidade do cientista, pretensamente garantida pela utilização do instrumento que propiciou a

separação entre o sujeito e o objeto. Essa suposta separação situou o psicólogo (sujeito ativo) numa posição de "descobridor" da realidade psíquica (objeto passivo) que independeria dos modos de conhecer utilizados pelo primeiro. Objetividade e neutralidade contribuíram, assim, para idéias como interioridade e essência psicológica. A psicologia constituída como ciência positivista⁴ propõe, assim, a noção de um sujeito universal que tornaria inquestionável a generalização a partir de pesquisas fundadas metodologicamente em testes de probabilidades estatísticas. Disso resulta a naturalização tanto dos fenômenos psíquicos, dessa "substância psicológica", quanto dos conhecimentos que buscariam dar conta deles.

Neste ponto, as reflexões sobre estas questões nos conduzem ao outro ponto indicado no início deste trabalho: a desacomodação, por sua vez, provém das problematizações introduzidas pelo pensamento foucaultiano no campo da Psicologia. Foucault (1998), ao discutir os modos como os discursos científicos constituem-se em regimes de verdade que formam sujeitos, questiona não apenas as possibilidades e limitações desta Ciência e dos saberes psi, mas propõe pensar que outras formas estes podem assumir, não com a intenção de buscar para si o caráter científico, mas problematizando questões tais como: a que objetivos tais saberes vinculam-se ou podem vincular-se, como "funcionam" produzindo realidades e modos de subjetivação. Ou seja, para Foucault (2000) as ciências humanas são formações discursivas que durante três séculos foram se articulando em diferentes campos de saber, instituindo o sujeito da modernidade. Desta forma, e seguindo o pensamento Foucaultiano, para a Psicologia se faz necessário buscar as condições de possibilidade e de emergência de suas teorias e conhecimentos que a constituíram enquanto uma disciplina que marca determinados objetos como de seu campo de saber e ordena modos de viver.

A introdução destas interrogações rompe com uma dicotomia própria da Modernidade: a separação entre o que dizia respeito à Ciên-

Não é a intenção, aqui, aprofundar a discussão sobre a história da Ciência e as diferenças inerentes ao próprio positivismo.

cia e à política, sendo a primeira reconhecida como valor supremo, como algo que justificava e legitimava a si mesma. Foucault desconstrói esta oposição mostrando a estreita relação entre saberes e poderes, portanto, o comprometimento político das ciências. Nesta proposição, implica-se a produção de conhecimentos com a esfera política e dimensiona-se a Ciência como constituinte das práticas culturais. Ao contrário do que propunha o pensamento Moderno, a ciência não está mais acima da cultura para analisá-la ou sofrer sua interferência, mas é em si uma prática cultural.

A cultura, neste contexto é entendida como constituinte dos sujeitos. Os processos de subjetivação são culturais, compreendem práticas de significação que posicionam os sujeitos e produzem modos de existência. A cultura não é um termo abstrato, mas diz respeito às práticas cotidianas que se dão num campo de lutas, de relações de poder. A ciência insere-se, desse modo, entre as práticas culturais, como discursos que produzem determinados modos de subjetivação. Ao se relacionar a ciência à cultura a primeira passa também a ser ação, entendida aqui como prática política que se efetua e modifica as ações alheias. Tanto a cultura como a ciência são tomadas como práticas que ao produzirem sentidos, estes adquirem efeitos de verdade, instituindo modos de ser e de compreender e explicar a si e ao mundo. Isso significa atentar-se ao modo de compreensão de história proposto por Foucault (1979), de modo que fazer ciência é fazer história, e esta não é somente a descrição de fatos e acontecimentos, mas evidenciar os modos pelos quais o campo social produz, modifica e, especialmente, possibilita o aparecimento desses acontecimentos.

Essas considerações iniciais de modo algum resolvem, ou mesmo propõem-se a resolver o incômodo que motiva este trabalho. Talvez seu principal efeito seja a desacomodação que provocam à Psicologia, adimensionando- enquanto prática teórico-política que problematiza a construção de um "sujeito/social" (Guareschi, 2003). Pensar a Psicologia a partir de uma articulação com o pensamento foucaultiano é trazer para esta disciplina, marcada por diferentes momentos teóricos, alguns

descentramentos, por exemplo, nos modos como compreendemos o que é o sujeito e na própria concepção de conhecimento. Ao assumirmos que as práticas culturais, onde se inscrevem as práticas psicológicas, constituem os sujeitos, estes não se reduzem mais a uma unidade possuidora de um núcleo, situada fora do social e do político. Desse modo, podemos interrogar que sujeitos têm sido forjados pelos discursos das disciplinas psicológicas, que efeitos estes têm produzido nos modos de subjetivação no contemporâneo e a que compromissos têm-se vinculado.

A partir disso o pensamento foucaultiano lança a Psicologia a uma posição de desassossego e desnaturalização de práticas institucionalizadas. Desassossego pela provisoriedade e localidade do conhecimento produzido; desnaturalização na medida em que questiona e busca visibilizar as condições de emergência das práticas psi, recolocando-as não como "desenvolvimento inevitável" do campo científico, mas como efeitos de determinadas articulações discursivas. A proposta de desnaturalização do que está legitimado constitui em si uma tarefa conflituosa, especialmente em um campo onde as disputas teóricas têm se dado de forma tão ferrenha por uma busca de demarcações de abordagens teóricas, metodológicas ou campos de especialidades, sendo deste modo alvo de várias críticas. Para além disso, especificamente as análises que buscam um diálogo com o pensamento foucaultiano são freqüentemente acusadas de desconstruir o que existe sem, no entanto, propor alternativas a serem colocadas no lugar daquilo que criticam. É-lhes atribuído um esvaziamento, talvez também pautado pela dicotomia pensar/fazer, que coloca na proposição de uma prática (neste caso, como oposição ao discurso) sua positividade produtiva.

A essa acusação, pode-se responder que se as teorizações foucaultianas não nos oferecem uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer psicologia, elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar por outros caminhos, o que, como efeito, transforma o próprio fazer. Esse entendimento recusa a separação entre pensar/fazer, teoria/prática e nos indica o potencial produtivo que estas análises encerram.

Assim, no mal-estar em relação ao que se faz e as interrogações na busca por outros fazeres no campo da Psicologia, nos aproximamos do pensamento foucaultiano para problematizarmos, por um lado, as práticas psicológicas como tecnologias que produzem um certo tipo de sujeito; por outro lado as próprias análises foucaultianas realizadas no campo da Psicologia interrogando sobre seus potenciais e limitações na reinvenção de outras práticas psi.

Apresentadas as questões propulsoras deste trabalho, tendo também indicado os terrenos pelos quais transitamos para desenvolvê-lo, nos deteremos agora na análise de uma prática central do campo psi: a intervenção. O foco na problematização da intervenção deve-se ao fato de que esta é uma prática que, do modo como tem sido constituída na Psicologia, se vincula intimamente com o projeto da Modernidade na sua pretensão de controle e neutralidade. Não esquecendo que, como o pensamento foucaultiano nos indica, um dos principais fatores que caracteriza a modernidade é a normalização das disciplinas e, a Psicologia enquanto uma delas produziu suas ferramentas para a construção não só dos saberes, mas dos sujeitos psicológicos. Tomaremos a intervenção como um analisador desses saberes dos discursos psicológicos com o objetivo de propor uma ampliação do que se tem compreendido por intervenção, a partir das contribuições foucaultianas, para assim situarmos alguns deslocamentos que estas provocam nos modos de pensar/fazer a(s) psicologia(s).

Algumas interrogações que nos orientam podem ser assim apresentadas: dentro de que *episteme* torna-se possível pensar a intervenção? Como são "eleitos" os alvos de intervenção? O que pretendem as intervenções? Há possibilidade dessa demarcação, usualmente utilizada no campo psi, entre um momento de diagnóstico e um momento de intervenção?

A Modernidade e a intervenção em Psicologia

Embora as questões acima elencadas não estejam vinculadas com uma intenção (ou pretensão) de linearidade em suas respostas (se é que

estas são possíveis), se concordamos com Foucault que o conhecimento e a verdade são produtos historicamente construídos, cabe inicialmente refletirmos sobre as condições de possibilidade da emergência da noção de intervenção. Para tanto, entendemos ser importante dimensionar a(s) disciplina(s) psicológica(s) em relação ao campo científico em que se fundou(aram), ou seja, sua produção a partir de uma matriz positivista experimental de Ciência, implicada na configuração de operadores e teorias psicológicas e seu comprometimento com o chamado "Projeto da Modernidade".

Dentre as várias características elencadas por autores⁵ na contemporaneidade que se ocupam de discussões acerca da Modernidade, interessa-nos particularmente uma de suas características, talvez a mais relevante e que ancore todas as outras: a centralidade da razão. A partir desta forjou-se a possibilidade da produção de ferramentas e instrumentos que "traduziriam o mundo" tornando-o capturável pela racionalidade humana, submetido aos seus saberes. Para além disso, tornando-se "senhor" deste mundo, conhecedor de suas leis, o ser humano empenhou-se em construir modos de previsão, intervenção e controle do futuro. Produziu-se a crença na certeza de dominação da natureza e do universo, a retirada do futuro da esfera do acaso, do destino, da submissão aos deuses, do descontrole e do que não podia ser dominado, para ser compreendido como resultado da escolha e da ação do ser racional, mediada fundamentalmente pelo saber científico.

Bauman⁶ faz uma análise do empreendimento de tal projeto situando duas noções importantes e muito caras a Modernidade, que ele aborda como "o sonho da pureza" e a "busca da ordem". O autor discute como a Modernidade construiu a admiração pelos ideais da beleza, pureza e ordem, e empenhou-se em criar mecanismos que dessem conta de

⁵ Além de Michel Foucault que tomamos como referência para este trabalho, podemos citar Jean-François Lyotard; Zygmunt Bauman; Homi K. Bhabha; Boaventura de Sousa Santos; Stuart Hall; Lupicínio Iñiguez, entre outros. Cabe destacar que estes autores articulam suas análises da Modernidade à análise dos compromissos do conhecimento na contemporaneidade.

⁶ Ver Zygmunt Bauman, 1998 e 1999.

limpar a sujeira e ordenar a desordem. Precisou-se para tanto classificar, esquadriñar, categorizar, dar uma estrutura ao mundo buscando suprimir as ambivalências, o acaso e a contingência, determinar o "lugar certo" para cada coisa e para cada ser. A preservação da ordem e a inteligibilidade do ambiente colocaram-se no centro das atenções da racionalidade. Mas estes ideais de modo algum se restringiram à ordem ou pureza das *coisas* e, conforme este autor, uma das mais importantes "corporificações da 'sujeira'" deu-se sobre os "*outros seres humanos*", mais especificamente sobre certas categorias de pessoas que atrapalhariam a perfeita organização deste ambiente. Como esse pensamento não admite uma outra ordem, pois entende só haver *uma* possível, adequada e correta, ao invés de possibilitar outras organizações, o que produz são os outros de uma ordem tomada como única possível. *Os outros*, são também os *fora da ordem*, que como tais, têm de ser eliminados: adequar-se ou desaparecer, serem retirados dos espaços reservados aos normatizados. Temos o terreno a partir do qual se pode falar em cálculos, planejamentos, diagnósticos, previsões e, portanto em prevenções e intervenções: o futuro teria se tornado passível de gerenciamento. O mundo torna-se administrável, as pessoas passam a ser vistas como governáveis e será dada especial atenção àqueles que devem ser incluídos nos sistemas normativos e normalizadores dessa sociedade.

Sob a convicção do controle e da ordenação do mundo pela racionalidade, o pensamento Moderno instigou também no campo das ciências do comportamento, a busca por um sujeito universal e, de fato o construiu, determinando para este, entre outras prescrições, estágios de desenvolvimento e modos de existência adequados desde o ponto de vista psicológico.

A preocupação com a ordenação do mundo, especialmente dos seres humanos, está intimamente vinculada ao objetivo das ciências do comportamento ou da psique: ocupação com a norma em si, com a adequação das pessoas às normas, com quem está ou não no lugar correto, com a recolocação no lugar, ou a criação de lugares para os impuros, os anormais. As operações de ordenação e limpeza foram simulta-

neamente ações de construção de domínios de saber e dispositivos de inteligibilidade deste mundo. Tornando-se agentes autorizados a falar sobre o normal e o anormal, na verdade autorizados a estabelecer a normalidade e a anormalidade, os especialistas da conduta – e certamente não apenas estes – usufruíram dos poderes de classificar aptos e inaptos, adequados e inadequados, corrigíveis e incorrigíveis, medindo e avaliando a pessoa certa para o lugar certo e os lugares certos para as pessoas "erradas". Assim, a condição de existência das psicologias tradicionais tem sido a referência a normas (normalidade/anormalidade) e a busca pela correção, via intervenção, de determinados tipos de sujeitos, de determinados modos de vida.

Mesmo que consideremos a já mencionada diversidade teórica e metodológica do campo da psicologia, teremos nas mais diferentes abordagens a intervenção como uma questão central ou mesmo como a própria finalidade desta disciplina mesmo que não devamos reduzir uma à outra. A despeito das suas diferentes justificativas e estratégias de intervenção, coloca-se como principal objetivo desta ação uma chamada preocupação terapêutica, seja ela vinculada a prevenção, cura ou correção (embora esta última não costume lisonjear muito os profissionais do campo *psi*, que costumam atribuí-la outras áreas). Em qualquer uma destas instâncias, reitera-se a produção das normas: prevenir o indesejado, curar o anormal e corrigir o inadequado. Podemos encontrar exemplos destas posturas tanto em práticas institucionais, sociais ou clínicas; em propostas como a justiça terapêutica, avaliação psicológica para seleção profissional e pesquisas. Importante ressaltar também, que intervenções dessa ordem não são exclusivas da Psicologia, mas dizem respeito a diferentes práticas das áreas das Ciências Humanas. Entretanto, é do campo da Psicologia o saber para se conhecer o "subjetivo". E é justamente a implicação deste conhecimento com o sonho de ordem e limpeza da Modernidade, que imprime a marca higienista em grande parte das teorias e intervenções do campo *psi* e no desenvolvimento de estratégias e tecnologias para a formação de *bons* costumes e *bons* sujeitos. Temos assim um paradoxo, pois a psicologia

se constituiu como fundamento científico para práticas como a educação ou trabalho, ao mesmo tempo em que se ofereceu como resposta para os problemas decorrentes destas práticas, como os problemas de aprendizagem, adaptação, desempenho e produtividade dos sujeitos (Foucault, 2002a).

A racionalidade do pensamento Moderno também marca os modelos de intervenção operados pela psicologia. A preocupação profilática orientada por uma lógica de causalidade e a constituição de domínios de saberes especializados – e, nesses domínios, o cálculo de cada ação – respondem à fragmentação de saberes e práticas, exigida pela proposta de ordenação da Modernidade. Assim, ancorada em um modelo das ciências naturais, a intervenção tem sido organizada seguindo uma divisão que postula um período de diagnóstico (e seus procedimentos específicos) que daria condições e antecederia, mas seria independente da intervenção. É a partir desta lógica que, a despeito do poder que pudesse representar assumir a formulação das normas de inclusão/exclusão em tais categorias normativas e dicotômicas', essa autoria frequentemente foi e, ainda é negada ou recusada, sob a alegação da "constatação" daquilo que já estaria dado. Os especialistas, "gerentes da ordem" orgulham-se de serem os diagnosticadores e interventores sobre a desordem, mas não se implicam com a própria instauração, constituição dessa ordem/desordem. Atribuem assim um caráter de essência a uma realidade dada, que cabe à ação racional ordenar, tornar mais funcional: essa seria sua função imprescindível. O exercício do poder em tais instâncias manifesta-se de forma sutil, até dissimulada, já que a bandeira ostentada é a da neutralidade científica.

Foucault provoca importantes deslocamentos no modo de entender a psicologia, ao situá-la como "uma forma cultural" relacionada a "um certo programa normativo". É também no âmbito da cultura

⁷ "A dicotomia é um exercício de poder e ao mesmo tempo sua dissimulação. Embora nenhuma dicotomia vingasse sem o poder de separar e pôr de lado ela cria uma ilusão de simetria. A falsa simetria de resultados encobre a assimetria de poder que é a sua causa" (Bauman. 1999. p. 22).

mas ao construído pelos saberes, "portadora de pretensão ao poder". Ela funda e legitima certos exercícios de poder, onde podemos situar o poder de falar sobre, intervir sobre, conhecer. O estabelecimento da norma passa a equivaler à possibilidade de domínio sobre a ordem e a desordem. Ela integra e define o normal e o anormal, e a partir disso a perspectiva de gerenciamento destes. Assim, ela "(...) não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo"(Foucault, 2001, p. 62). Tornar o outro inteligível - ainda que como *o outro*, com a demarcação que o separa dos *iguais* - é uma tarefa que tem estado no centro das produções psicológicas tradicionais. E é neste contexto que o "terapêutico" tem, muitas vezes, se vinculado mais ao "corretivo/normativo" do que à promoção de saúde (ainda que a própria noção de saúde deva também ser problematizada). Mas se o principal alvo da intervenção psicológica está centrado neste *outro*, isso não retira seu olhar dos "iguais", dos normais, na medida em que estes também são constituídos e "precisam", para continuar na normalidade, ser regulados por estes discursos. A expansão do domínio e da intervenção psi, amplia-se da regulação dos indivíduos, para a regulação do social.

A produção dos "efeitos de verdade" psicológicos é intrinsecamente amarrada aos processos pelos quais uma variedade de domínios, lugares, problemas, práticas e atividades "tornam-se psicológicos". Eles "tornam-se psicológicos" no que são *problematizada* — ou seja, apresentaram-se simultaneamente problemáticos e inteligíveis — em termos do que é incorporado pela psicologia (Rose, 1991).

A partir disso, a questão que propomos pensar é: se a fundação das normas está de tal modo vinculado à produção dos alvos da intervenção, como poderíamos então, dissociar o momento do diagnóstico, das elaborações teóricas, das produções científicas disso que chamamos intervenção e que implicações éticas vinculam-se a assumir ou não esta

separação? Entendemos que ao produzirem-se parâmetros ou discursos (teorias) que sustentam diagnósticos e que assujeitam pessoas constituindo-as a partir de determinadas verdades, o que se produz sobre os sujeitos diagnosticados já é uma forma de intervenção. Os mesmos discursos que intervêm são os que constituem os alvos de sua intervenção. São discursos normativos (voltados ao estabelecimento de normas) e normalizadores (porque operam no sentido de enquadrar dentro das regras de normalidade/anormalidade aqueles a quem se dirigem). Ao falar afetamos/produzimos os sujeitos sobre quem falamos e a nós mesmos. Nesta medida, intervêm-se os transformando em sujeitos de determinados tipos, mudando seus modos de pensar sobre o mundo e sobre si.

A noção de intervenção passa a ser ampliada para os efeitos discursivos que provocam modos de subjetivação sobre os sujeitos por estes interpelados: aqueles sobre quem se fala, aqueles que se relacionam com estes de quem se fala e os modos das pessoas relacionarem-se com este de quem se fala. Ao mesmo tempo afeta aqueles que se posicionam como interventores sobre quem é falado. É neste sentido que já não entendemos mais a intervenção apenas pelo seu propósito de efeito terapêutico, mas a deslocamos para o entendimento da intervenção como aquilo que se produz, via discurso, nos modos de subjetivação. Pelos discursos, constituímos e somos constituídos como sujeitos de gêneros, de idades, tipos de personalidades. Produzimos categorias e fabricamos sujeitos como mulheres com tensão pré-menstrual, crianças hiperativas, adolescentes vulneráveis, etc. Essa compreensão desconstrói a lógica da neutralidade das teorias, em especial das teorias psicológicas. Transformando o mundo inteligível aos nossos saberes, não o estamos apenas explicando ou desvendando, mas construindo-o, o que se dá também sobre os sujeitos. O que podemos empreender a partir disso, é uma reflexão acerca do que pode estar marcando a diferença entre discursos/intervenções meramente disciplinadores e reguladores e discursos/intervenções que sejam criação de possibilidades, espaço para a produção de alteridades.

ção de determinados regimes de verdade, que passam a produzir modos de subjetivação. Desta perspectiva, Foucault construiu a história da loucura, da clínica, do saber psiquiátrico, dos anormais... A arqueologia e a genealogia foucaultiana nos apresentaram análises de como determinadas práticas foram historicamente produzindo rupturas, demarcação de campos discursivos e saberes oficiais sobre os sujeitos, enredadas em campos de exercício de poderes. A proposta foucaultiana de construção de uma história do presente, desconstrói verdades acatadas e possibilita a produção de novas articulações na análise do que nos tornamos e de nossas práticas.

E desse ponto que podemos pensar em deslocamentos no campo das práticas psi. Porém, para tanto, a psicologia não pode ser compreendida meramente como uma disciplina teórica, mas como implicada com uma série de modos de pensar e agir, de práticas, técnicas, formas de cálculo, rotinas e procedimentos. Todos estes aspectos relacionam-se com a produção de regimes de verdade, compondo aparatos de governo, que entre outras questões, respondem à satisfação de demandas como ordem social, harmonia, tranquilidade e bem-estar (Rose 1991). É neste sentido tomamos a expressão práticas psi, como práticas discursivas que, extrapolando o campo disciplinar da psicologia (científico, teórico, técnico, instrumental, metodológico, etc.) estão voltadas ao gerenciamento da subjetividade, capilarizando-se nas mais diversas práticas sociais. Isso porque, a despeito da não-unidade em termos de objeto, conceitos ou sistemas teóricos, a psicologia assumiu, desde o século XIX, uma unidade pedagógica e institucional e estabeleceu uma série de ligações com outros discursos, como a criminologia, a filosofia política, a estatística, a peda-

A Ciência Psicológica não tem uma essência. Esta assertiva é o ponto de partida para a discussão que sustentou a presente proposta de trabalho e formulou-se a partir da contribuição das teorizações foucaultianas acerca da constituição das ciências humanas. Isso porque grande parte do trabalho de Foucault consistiu na análise da constitui-

gogia, a medicina e a psiquiatria promovendo e participando novos tipos de reflexão sobre as pessoas e seus mundos (Rose, 1991, 1996). Forneceu-nos conceitos, regras e categorias pelos quais nos descrevemos e compreendemos, que nos produzem e colocam em determinadas posições de sujeito (Hook, 2004a, 2004c)

Para problematizarmos as práticas psi, tomamos como eixos neste trabalho o questionamento sobre como este campo de conhecimento tem operado uma unicidade discursiva na produção de um sujeito universal, patologizando a diferença que se torna alvo de suas intervenções; e a divisão que se estabelece entre o fazer e o pensar a Psicologia, que retira do âmbito da ação (ou da intervenção) a reflexão e a crítica sobre a própria Ciência. Esta trajetória por si mesma já constitui o que podemos chamar de um primeiro deslocamento provocado pela aproximação de Foucault à psicologia.

Cabe registrar, que propor articulações da Psicologia com o pensamento foucaultiano está longe de significar tomar a produção deste autor como um referencial teórico para as ciências psicológicas. O que ele nos tem indicado, acima de tudo, é uma forma de olhar e interrogar as práticas legitimadas pelo discurso psicológico, questionar "como funcionam" estas práticas e as condições de emergência e legitimação de tais saberes. Talvez uma das principais contribuições foucaultianas para a Psicologia seja justamente a crise que este pensamento pode instaurar nesta disciplina. Para Foucault (1990, pp.113-128), a crise de disciplinas como a medicina, a psiquiatria, a justiça penal e a criminologia, análise em nosso entendimento também pertinente à psicologia,

(...) não coloca em questão simplesmente seus limites e incertezas no campo do conhecimento. Coloca em questão o conhecimento, a forma de conhecimento, a norma "sujeito-objeto". Interroga as relações entre as estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade e o conhecimento, não em seus conteúdos falsos ou verdadeiros, mas em suas funções de poder-saber. (Foucault, 1990, p. 118)

Evidenciar as implicações políticas do discurso psi, questionar suas funções de poder-saber, resulta em rupturas ontológicas e epistemológicas com o modelo da Psicologia tradicional. Entre outros efeitos irá comprometer a psicologia com a produção das normas que descrevem normais e anormais (classificação que está na base de sustentação da Ciência Psicológica) e com a produção dos sujeitos que tradicionalmente ela afirma apenas "tratar". Desse modo trata-se de assumir o poder instituinte de verdade e "realidade" do discurso, especialmente deste que se diz científico e presta-se a solucionar, ou no mínimo explicar, as "desordens" do mundo. Envolve, finalmente, recusar a neutralidade do interventor e a essencialidade disso que chamamos realidade. Neste sentido, podemos falar de uma ciência que pode lançar um olhar para si e repensar-se, mas não mais como uma instância que estaria acima do mundo das pessoas comuns, que olha para este para explicá-lo do alto de seu conhecimento e principalmente imparcialidade. Trata-se de reconhecer os saberes que produz e opera como práticas culturais e políticas. De acordo com esta compreensão "(...) a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática (...) local e regional (...) não totalizadora" (Foucault, M.; Deleuze, G., 1990, p.71). Essa perspectiva recusa a dicotomia teoria e prática já que a teoria (o conhecimento) está sempre implicado com uma ação sobre o mundo, a partir do que podemos argumentar que a produção teórica já se constitui como uma forma de intervenção, como uma prática que forja sujeitos. Outro importante efeito dessa articulação é um descentramento da unidade-sujeito para a rede discursiva onde este é produzido, ou seja, desloca-se o olhar do comportamento e da internalidade do sujeito-

to para as práticas culturais nas quais ele é produzido. Isso exige uma mudança também por parte dos "especialistas" na forma como se propõem a compreender tal sujeito, deslocando a busca pelo desvelamento de uma verdade interior para a análise dos efeitos de verdade dos discursos, sobre como as práticas que o cercam o produzem como sujeito de um determinado tipo. Somando-se a isso a desestabilização das certezas e das "verdades absolutas" sobre "sujeitos universais" produz-se

um terreno fértil para produção de outras práticas, para a inclusão de outros discursos, para a provisoriedade, para o diálogo com "saberes marginais", do cotidiano, das pessoas comuns.

Não estamos aqui querendo preconizar um determinado tipo de ciência em detrimento de outros, mas questionar verdades acatadas como uma única maneira de ser no mundo. Alguns princípios de se colocar em dúvida os saberes como, por exemplo, os postulados pelo construcionismo, de se considerar a especificidade e particularidade histórica e cultural do conhecimento e que este sempre é o resultado de construções coletivas inseparáveis de ações sociais, podem nos encaminhar para problematizar sua origem, processos e efeitos (Íñiguez, 2002) – ou, seguindo Foucault (1990), as condições de possibilidade que fizeram com que um conhecimento emergisse em determinado momento da história e não em outro, fazendo falar e calar determinados discursos.

É justamente por estes deslocamentos que o olhar permeado pelo pensamento foucaultiano pode produzir um novo pensar/fazer Psicologia. A mudança de foco dos "problemáticos" (que, tradicionalmente, corremos atrás tentando entender) para a problematização das teorias, das normas que constituem os mesmos. Trata-se de desconstruir tais teorias e, portanto seus objetos (aqueles que são falados e constituídos por elas) dando visibilidade ao seu caráter histórico, contingencial. Foucault nos dá exemplos deste tipo de desconstrução ao falar, por exemplo, da loucura, da sexualidade e dos anormais. Este processo de desconstrução ou desnaturalização pode ser sempre reinventado ao questionar outras verdades e ao ocupar-se da problematização de outros saberes que, sempre transversalizados por relações de poder operam na constituição da Ciência Psicológica.

Se as teorizações foucaultianas não nos oferecem uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer Psicologia, elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar por outros caminhos o que, como efeito, transforma o próprio fazer. De fato, Foucault não se propunha a prescrever modos de intervenção que, por sua vez, se tornassem modelos a serem seguidos, e tam-

bem não é esse o caminho que pretendemos percorrer. Ao invés disso sugere um olhar crítico sobre este saber e seus efeitos nos modos de subjetivação. Nesta crítica, contempla a necessidade de uma permanente reflexão acerca da própria ciência psi:

A renovação radical da psicologia como ciência do homem não é, portanto, simplesmente um fato histórico do qual podemos situar o desenrolar durante os últimos cem anos; ela ainda é uma tarefa incompleta a ser preenchida e, a esse título, permanece na ordem do dia (Foucault, 2002a, p. 134).

Desse modo, ao propormos articulações da psicologia com o pensamento foucaultiano, pensamos em reinvenções, tanto desse pensamento quanto das práticas. Pensamos em afetamentos que se podem produzir por esse diálogo, que sempre se inaugura quando o colocamos em outras articulações. Reinventar práticas psi não diz respeito necessariamente a inventar outros métodos de intervenção, mas a introduzir outros modos de interrogar e outras interrogações, entre elas, o que pretendemos e quais as implicações de nossa prática, daquilo que afirmamos como verdades sobre os que tomamos como nossos sujeitos-objetos. Nisso reside uma mudança radical compreensão daquilo que se tem entendido por intervenção no campo da Psicologia, em pelo menos dois aspectos. O primeiro, desde a recusa de uma dicotomia entre teoria e prática – que situaria nesta última o lócus da intervenção – assumindo o caráter "interventivo" da produção teórica da psicologia e dando um adeus à neutralidade científica e a uma realidade que independe dos modos que utilizamos para conhecê-la; o segundo aspecto dessa mudança diz respeito a colocar a própria psicologia como "alvo" de intervenção, ao torná-la também problemática, ou seja, passível de problematizações.

Esta, como as demais posturas que possamos assumir como agentes dos saberes psi, estará imbricada com nosso posicionamento político, que neste caso, vinculamos a uma importante tarefa crítica, buscando os comprometimentos e a rede de saberes e poderes em que eles se produzem. Para Collins (2004) falar em uma psicologia crítica tem um duplo significado, quais sejam, "uma crítica da psicologia e um modo

crítico de fazer psicologia"(p. 23). E segue afirmando que o objetivo "não é destruir a psicologia, mas transformá-la ao ponto que ela possa tornar-se o que ela reivindica ser: simultaneamente um rigoroso modo de compreender as pessoas e uma profissão da saúde" (p. 23).

Essas possibilidades evidenciam-se especialmente a partir de experiências de práticas não massificantes, inspiradas por perspectivas que assumem posturas desnaturalizadoras da realidade e dos sujeitos, recusando as essências, considerando os processos culturais de construção de diferenças/identidades e os modos de subjetivação. São, portanto, perspectivas que operam não se isentando das relações de poder, do caráter instituinte que o saber assume, mas que atentam criticamente para este caráter, ao invés de assumir uma postura desqualificadora de modos de ser e conhecer diferentes dos seus.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- COLLINS, Anthony. (2004). What is critical psychology. In: Hook, Derek (org). *Critical Psychology*. (pp. 22-23). Republic of South Africa: UCT.
- FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- _____. Deleuze, Gilles. (1979). Os Intelectuais do Poder. In: Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- _____. (1970). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 4ª ed. 1998.
- _____. (1954). *Doença mental e psicologia*. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. (1974 — 1975) *Os anormais: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. (1957). A Psicologia de 1850 a 1950. In: *Dita e Escrita I — Problematizações do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. (pp.133-151). 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.
- _____. (1965). Filosofia e Psicologia. In: *Dita e Escrita I — Problematizações do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. (pp.220-231) 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b.
- GUARESCHI, Neuza M. F.; Medeiros, Patrícia Flores de; Bruschi, Michel Euclides. (2003). Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: Guareschi, Neuza M. E; Bruschi, Michel Euclides (orgs). *Psicologia Social na Escuta Cultural: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social*. (pp. 23-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- HOOK, Derek. (2004a). Critical Psychology: The basic co-ordinates. In: Hook, Derek (org). *Critical Psychology*. (pp. 10-23). Republic of South Africa: UCT.
- _____. (2004b). Governmentality and technologies of subjectivity. In: Hook, Derek (org). *Critical Psychology*. (pp.239-271). Republic of South Africa: UCT.
- ÍÑIGUEZ, Lupicínio. (2002). A Pós-modernidade: O Novo Zeitgeist de Nosso Tempo. In: Martins, João Batista (org); Hammouti, Nour-Din Íñiguez, Lupicínio. *Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social*. (pp. 101-126) São Carlos: RiMa/Fundação Araucária.
- ROSE, Nikolas. (1991) *Power and Subjectivity: Critical History and Psychology*. Acesso online: <http://academyanalyticarts.org/rosel.html>.
- _____. (1996). *Inventing Our Selves: Psychology, Power and Personhood*. New York: Cambridge University Press

No original "caring profession".